



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THIAGO MOURA SOARES

**SUBSÍDIOS DA GEOPOLÍTICA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: UM
OLHAR PARA O ESTADO DE RONDÔNIA.**

Porto Velho-RO
2018

THIAGO MOURA SOARES

**SUBSÍDIOS DA GEOPOLÍTICA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: UM
OLHAR PARA O ESTADO DE RONDÔNIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em geografia do Departamento de Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Área de Concentração: Paisagem e Território no Pan-Amazônia.

Linha de Pesquisa: Território e Sociedade no Pan-Amazônia – TSP.

Orientador: Prof. Dr Eliomar Pereira da Silva Filho.

Porto Velho-RO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S676s Soares, Thiago Moura.

Subsídios da geopolítica para a Política Nacional de Defesa: um olhar para o Estado de Rondônia / Thiago Moura Soares. -- Porto Velho, RO, 2018.

133 f.: il.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Eliomar Pereira da Silva Filho

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Cenário Geopolítico. 2. Política Nacional de Defesa. 3. Exército Brasileiro. I. Filho, Eliomar Pereira da Silva. II. Título.

CDU 911.3:321



**PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
E DOUTORADO EM GEOGRAFIA**
Ambiente e Território na Pan-Amazônia



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

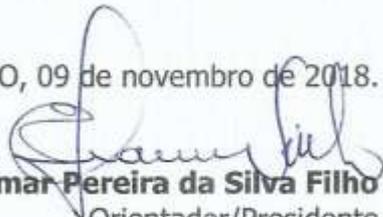
Ministério da Educação - MEC
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Núcleo de Ciências Exatas e da Terra - NCET
Departamento de Geografia - DGEO
Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR

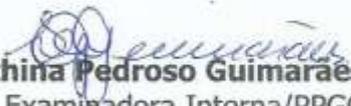
ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

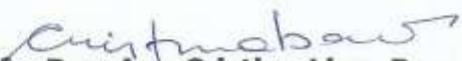
Thiago Moura Soares

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo Orientador e Presidente **Prof. Dr. Eliomar Pereira da Silva Filho** e constituída pelos examinadores: **Siane Cristhina Pedroso Guimarães Silva** - Examinadora Interna/PPGG/UNIR e **Profa. Dra. Ana Cristina Lima Barreiros da Silva** – Examinadora Externa/Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil/CAU-RO, reuniram-se em 09 de novembro de 2018, às 15 horas no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: **"Subsídios da geopolítica para a Política Nacional de Defesa: Um olhar para o Estado de Rondônia"** do mestrando **Thiago Moura Soares**, matrícula 20162001729. Após a explanação do pós-graduando e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADO. O Candidato terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada. Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.

Porto Velho-RO, 09 de novembro de 2018.


Prof. Dr. Eliomar Pereira da Silva Filho
Orientador/Presidente


Siane Cristhina Pedroso Guimarães Silva
Examinadora Interna/PPGG/UNIR


Profa. Dra. Ana Cristina Lima Barreiros da Silva
Examinadora Externa/CAU-RO

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a quem tenho o
dever de apresentar o mundo,
mostrando-lhes o caminho da vida.
Aos meus filhos Gabriel e Ana Luiza.*

AGRADECIMENTOS

Ao autor da vida, graças a Ele por tudo!

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Dr. Eliomar Pereira da Silva Filho, do qual apreendi tantos ensinamentos e por quem guardo profunda admiração. Invariavelmente rigoroso e cuidadoso no uso das palavras, com a intenção de orientar-me e mostrar-me o rumo certo, sou muito grato pela confiança e apoio.

Agradeço às contribuições e toda forma de apoio que recebi dos professores do programa de pós-graduação em geografia da Universidade federal de Rondônia com os quais tive aulas em disciplinas cursadas durante o Mestrado, e aqueles que em algum momento travei contato nos corredores da Universidade e até mesmo em encontros ou congressos.

Aos colegas que labutaram e caminharam juntamente comigo nesta jornada, toda minha gratidão, pelos inúmeros momentos que mesmo juntos ou afastados, sempre estivemos ligados por um ideal em comum. Em especial, faço um agradecimento a Laura e ao Salem pelas importantíssimas contribuições nesta caminhada.

EPÍGRAFE

Deveis, portanto, saber que há dois meios de combate: um com as leis, outros com força: o primeiro é próprio do homem, o segundo, das bestas; mas, como o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, a um príncipe é necessário saber usar a besta e o homem (MAQUIAVEL, 1513).

RESUMO

Pensar o Brasil em sua essência como nação soberana, remete-se, obrigatoriamente, propor soluções com vistas às questões que surgem em um cenário geopolítico que vem se reconfigurando ano após ano. Para isto, este trabalho buscou através da ciência geográfica, discutir conceitos e estabelecer parâmetros entre a Política Nacional de Defesa e a atual geopolítica, a qual possui como escopo a interação entre os fatores geográficos, enquanto condicionantes para efetivar a Estratégia Nacional de Defesa, e os assuntos militares de defesa, a partir de uma profunda relação entre eles. Fazendo uso do método histórico dialético, buscou-se, ainda, a partir do conceito multidisciplinar, à geografia e às relações internacionais, tentar explicar o protagonismo do Brasil, pois é o maior possuidor do território Pan-Amazônico, e o mesmo deve estar preparado, em todos os aspectos, para proteger uma de suas maiores riquezas que é a floresta, por conseguinte todo o território nacional. Nesse sentido, analisar o Poder Nacional e suas limitações de ordem interna e externa, sob o lócus da geopolítica, utilizando o Exército brasileiro como instrumento para alcançar este Poder, especialmente na área amazônica e contextualizando com o novo estado de Rondônia, é objetivo maior deste trabalho. A partir da discussão sobre geopolítica e segurança, este pensamento foi estruturado, por um lado, na construção regional da Pan-Amazônia como uma região intrinsecamente relacionada às questões de segurança internacional e nacional, e por outro, na compreensão das possíveis alterações, no que tange ao planejamento operacional de segurança e defesa dos objetivos estratégicos nacionais em regiões consideradas carentes de tais ações, como resultado da conjugação de fatores que justifiquem a presença do Estado; E assim tentar compreender a motivação da presença física de instituições como as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro com suas características e atribuições específicas em lei, sob a análise das características físicas e socioeconômicas do recorte territorial em questão. A utilização do território como categoria de análise serviu como ponto de intersecção entre o tema e a ciência geográfica ao pautar na dimensão política do uso do espaço e da efetivação do poder, enquanto componente indispensável ao território. Assim sendo, como artifício para estruturação teórica, este trabalho fez uso, principalmente, de autores como Castro (1994, 1999), Myiamoto (1981) Saint-Pierre (2007), Buzan (2012), Mattos (2011a, 2011b, 2011c) e Becker (2015a, 2015b). A adoção dessa abordagem deriva das possibilidades que a presença militar oferece na forma de representação do Estado em pontos fundamentais da faixa de fronteira, os quais o Estado deve atuar, centrado em aspectos sociais e legais interligados no plano operacional. E assim, o reposicionamento da Instituição diante das novas problemáticas relativas ao contexto atual e futuro, desde que bem compreendido pelo Poder político, é fator preponderante para o Estado entendido como ator sintagmático por excelência.

PALAVRAS-CHAVES: Cenário Geopolítico; Política Nacional de Defesa; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

To think of Brazil in its essence as a sovereign nation, it is mandatory to propose solutions to the questions that arise in a geopolitical scenario that has been reshaping itself year after year. To this end, this work sought through geographic science, discuss concepts and establish parameters between the National Defense Policy and the current geopolitics, which has as its scope the interaction between geographic factors, as conditions to implement the National Defense Strategy, and military matters of defense, from a deep relationship between them. Using the dialectical historical method, it was also sought, from the multidisciplinary concept, to geography and international relations, to try to explain the protagonism of Brazil, since it is the greatest possessor of the Pan-Amazonian territory, and the same must be prepared, in all aspects, to protect one of its greatest riches that is the forest, therefore all the national territory. In this sense, to analyze the National Power and its limitations of internal and external order, under the locus of geopolitics, using the Brazilian Army as instrument to reach this Power, especially in the Amazon area and contextualizing with the new state of Rondônia, is objective of this work. Based on the discussion on geopolitics and security, this thinking was structured, on the one hand, in the Pan-Amazon region's regional construction as a region intrinsically related to international and national security issues, and on the other, in the understanding of possible changes, in what operational planning of security and defense of national strategic objectives in regions considered devoid of such actions, as a result of the combination of factors that justify the presence of the State; This is to try to understand the motivation of the physical presence of institutions such as the Armed Forces, in particular the Brazilian Army with its specific characteristics and attributions in law, under the analysis of the physical and socioeconomic characteristics of the territorial cut in question. The use of the territory as a category of analysis served as a point of intersection between the theme and geographic science as it guided the political dimension of the use of space and the effective use of power as an indispensable component of the territory. As such, as a ploy for theoretical structuring, this work made use mainly of authors such as Castro (1994, 1999), Saint-Pierre (2007), Buzan (2012), Mattos (2011a, 2011b, 2011c) and Becker (2015a, 2015b). The adoption of this approach derives from the possibilities that the military presence offers in the form of representation of the State in fundamental points of the border strip, which the State must act, centered on social and legal aspects interconnected in the operational plan. And so, the repositioning of the Institution in the face of new problems related to the current and future context, since well understood by the political power, is a preponderant factor for the State understood as syntagmatic actor par excellence.

KEYWORDS: Geopolitical Scenario; National Defense Policy; Brazilian Army.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CMA	Comando Militar da Amazônia
CPE	Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EB	Exército Brasileiro
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
END	Estratégia Nacional de Defesa
FFAA	Forças Armadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IIRSA	Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PCN	Programa Calha Norte
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPG/7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e
a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Faixa de fronteira da Amazônia brasileira com destaque para o estado de Rondônia.....	77
Figura 2: Localização do Forte Nossa Senhora da Conceição e do Forte Príncipe da Beira.....	92
Figura 3: Distribuição e ocupação de terras em Rondônia em 1970.....	98
Figura 4: Principais Rotas de tráfico de drogas e outros ilícitos em Rondônia.....	106
Figura 5: Área de responsabilidade da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A Correspondência entre os Instrumentos e os Níveis de Condução de emprego.....	27
Quadro 2: Temas Geopolíticos de Análise de Backheuser.....	44
Quadro 3: Temas Geopolíticos de Análise de Mário Travassos.....	46
Quadro 4: Temas Geopolíticos de Análise do General Golbery do Couto e Silva.....	48
Quadro 5: Temas Geopolíticos de Análise de Therezinha de Castro.....	49
Quadro 6: Temas Geopolíticos de Análise de Bertha Becker.....	50
Quadro 7: Temas Geopolíticos de Análise do General Meira Mattos.....	51
Quadro 8: Temas Geopolíticos de Análise de Wanderley Messias da Costa.....	53
Quadro 9: Iniciativas políticas com reflexo na faixa de fronteira.....	55
Quadro 10: Evolução da Área de abrangência do Programa Calha Norte.....	65
Quadro 11: Municípios de Rondônia situados em área da faixa de fronteira.....	78
Quadro 12: Organizações militares em Rondônia e os fins a que se destinam.....	117
Quadro 13: Materiais apreendidos durante a Operação Ágata 2015 e 2016 em ações coordenadas pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva.....	120

GRÁFICO

Gráfico (único): Taxas anuais de desmatamento em Rondônia em Km²/ano.....102

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	i
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – Instituições e fronteira política: geopolítica, geografia política e presença militar dialogam.....	23
1.1. A influência da geografia e as contribuições da teoria da organização para a aplicação das doutrinas militares.....	23
1.2. A Geografia Política e a análise da Amazônia ocidental brasileira sob a perspectiva e abordagem do conceito de território.....	30
1.2.1. Procedimentos metodológicos.....	31
1.2.2. O problema da geografia política.....	34
1.3. Aplicação da Geopolítica como base teórica e metodológica da pesquisa.....	42
CAPÍTULO 2 – Compreensões a partir dos documentos de Defesa Nacional.....	55
2.1. Atualização das definições de defesa.....	55
2.2. A dimensão geopolítica e estratégica da Política Nacional de Defesa.....	63
2.3. Defesa Nacional <i>versus</i> segurança nacional: efeitos da vulnerabilidade das fronteiras.....	71
2.4. Cooperação em defesa e segurança na América do Sul: perspectivas acerca do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).....	79
CAPÍTULO 3 – Exército Brasileiro como poder militar no Estado de Rondônia.....	88
3.1. Historicidade da atuação do governo federal para ocupação da região...88	
3.2. Geopolítica contemporânea e o Estado de Rondônia como elemento central de análise.....	99
3.3. Estrutura Organizacional do EB e especificidades das atribuições subsidiárias no estado.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

APRESENTAÇÃO

A partir da escolha e decisão pela formação militar após o ensino médio, no ano de 2002, destacou-se como principal motivação, a necessidade de naquela época iniciar, logo, o longo caminho em minha estrada na formação profissional, haja vista todo contexto vivido na infância e adolescência. Entre o silêncio encontrado nos momentos de reflexão, eu conversava comigo mesmo sobre as inquietudes, os medos, os mistérios de criança, de adolescente e de adulto. No entanto, este silêncio não colocava limites aos meus ideais, pelo contrário me impulsionava a busca de respostas, alargava fronteiras, pois dele surgiram palavras, argumentações e possibilidades.

Nascido e criado até os dezessete anos de idade, em comunidade da zona norte da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Complexo da Maré, a qual se constitui num dos maiores complexos de favelas do estado fluminense, consequência dos vários indicadores de desenvolvimento social que caracterizam a região.

Neste contexto de vida formou-se um sentimento que se revelou numa certa indignação pessoal, desencadeadora de força interior determinante para atingir os objetivos por mim traçados, culminando na aprovação em concurso público, no ano de 2003, para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde me formei Oficial do Exército com graduação em Ciências Militares.

A inquietude citada acima persistia como chama impulsionadora para manter os pensamentos sempre em busca de algo maior, e até mesmo vislumbrar o próximo obstáculo desafiador. A vivência nacional, resultante da profissão militar, propiciou bases sólidas a partir de diversos conhecimentos regionais por cada lugar que passava, através de cada conversa e na experiência vivida, isso tudo fez com que agregasse informações e questionamentos, de tal forma que a formação do espírito científico aflorasse através de cada construção e (des) construção de ideias formadas acerca de determinados temas.

A importância da ciência Geográfica nesse contexto se deu a partir da noção de que a possibilidade de realizar diferentes análises de cunho sócio-econômico-ambiental e estratégico, contextualizando a espacialização antropogênicas ou físicas dentro de um determinado tempo (relação espaço – tempo) foi crucial para situar informações e questionamentos existentes sobre a temática ora apresentada. A

proposição e a aplicação da metodologia de pesquisa para este fim tiveram como apoio as leituras de cunho geográfico associada às observações em campo que motivaram novos questionamentos e busca incessante de conhecimentos correlativos para o desenvolvimento da pesquisa.

A forma a qual esta temática vem sendo desenvolvida é consubstanciada por uma paixão e uma identificação pessoal no esforço de estudar a Amazônia e a reflexão científica apresentada neste trabalho está enquadrada no escopo de atividades de aprofundamento científico de pesquisas associada à geopolítica, no que tange às possibilidades de gestão territorial com influência em escalas local, regional e internacional, iniciou antes mesmo de residir no Estado de Rondônia, o que propiciou análises comparativas do modo de se pensar estrategicamente o espaço em algumas cidades da região norte do país.

Decorrente desta percepção, o desenvolvimento de nexos teóricos e metodológicos entre a geografia e as demais áreas de conhecimento que possibilitam realizar novas abordagens sobre o objeto de estudo em questão – o papel das Forças Armadas Brasileiras no Pan-Amazônia, em particular na faixa de fronteira de Rondônia – é a motivação para esta empreitada iniciada há dois anos.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), O Plano Nacional de Pós-Graduação considera a Defesa como um conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar para a defesa do território e soberania dos interesses nacionais. Nesse sentido, o sistema de pós-graduação como um sistema dinâmico, reforça a necessidade formal de consideração dessa área de conhecimento, ou seja, Defesa, na formação de especialistas civis, evidenciando a proposição da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2017).

Destarte, a pertinência científica deste trabalho está alinhada com a busca de atender o desejável desenvolvimento da pesquisa dentro da grande área da defesa, limitando-a ao monitoramento e controle de nossas extensas fronteiras terrestre da Amazônia, e assim busca-se atingir os propósitos atinentes a esta área de pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar que uma das consequências da democracia recente - a partir da Constituição Federal de 1988 - apresentada nitidamente de forma clara e perceptível, é a capacidade em que esta atinge o relacionamento entre civis e militares. Esta relação é um dos fatores primordiais para a condução política de uma nação. E assim, desprezar as questões de defesa e segurança, assim como deixar

de priorizar a busca efetiva da capacidade de gerir o território mediante as instituições que detém o monopólio da força, é um equívoco.

INTRODUÇÃO

No Brasil, um salto temporal do início da República à atual Constituição, mostra um século e meio de exacerbações políticas, caracterizadas por diferenças de ideias e múltiplos interesses geradores de conflitos, tomados em confrontos armados com perdas de vidas e trazem a Defesa à pauta das discussões de organizações internacionais e nacionais.

Por entender o protagonismo do país em escala regional e até mesmo com perspectivas de destaque no cenário internacional, a partir de sua crescente inserção global que implica o fato de o Governo brasileiro assumir responsabilidades decorrentes dessa situação, sendo compreensíveis suas preocupações na área de defesa em seu sentido *lato*.

Uma de suas responsabilidades está centrada na defesa em seu significado mais objetivo do termo, razão pela qual o Governo aprovou, por meio de Decreto, a Estratégia Nacional de Defesa (END), contida na Política Nacional de Defesa (PND)¹, lançada em 2008, e revista em 2012, a qual traça metas de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise e em ações que vão além da Defesa nacional, contemplando metas ambiciosas de curto, médio e longo prazo, para o fortalecimento do Poder Militar brasileiro (BRASIL, 2010).

Diante disto, Mattos (2011a) vê, segundo o critério geopolítico que a medida da força imanente do território de um Estado depende da conjugação de cinco fatores: extensão, posição, articulação, povoamento e possibilidades econômicas, todavia, a análise deste espaço territorial brasileiro é feita sob os aspectos fundamentais que esboçam a visão estratégica para o Brasil, sob o enfoque da expressão do Poder Militar, devido o fato de o Brasil dispor de condições territoriais que o coloca em destaque no cenário mundial, devido suas características físicas geográficas, econômicas e políticas que impõem ao país responsabilidades diferenciadas, em outras palavras, maiores responsabilidades do que qualquer outra nação, no território Pan-Amazônico.

¹ O primeiro documento relacionado à identificação de objetivos de defesa e à orientação de como conquistá-los, encontrava-se inserido na Política de Defesa Nacional, lançada em 1996. Posteriormente, no ano de 2005, o Ministério da Defesa lançou a Política Nacional de Defesa (PND), reeditando tal documento no ano de 2012.

Outro aspecto significativo, não menos importante e que trata da sistematização do crime organizado em sua dimensão internacional, traz a importância para o desenvolvimento de esforços para alcançar a cooperação de órgãos nacionais e internacionais no combate a esse fenômeno, através do controle mais acirrado da faixa de fronteira, a partir do estabelecimento de Organizações Militares e conseqüentemente seu emprego, ao passo que a fragilidade geopolítica que envolve a região da Amazônia ocidental e o seu entorno estratégico é um problema preocupante e recorrente, sobretudo, na faixa de fronteira onde as cidades lá localizadas apresentam alta complexidade e diversidade de problemas, em áreas como segurança, defesa, economia e infraestrutura.

A abordagem deste trabalho permite teorizar aspectos da geopolítica, enquanto esta possui influência direta nas ações do Estado a partir de políticas públicas de caráter estratégico na relação entre espaço e poder de um território nacional ou regional, no sentido de que o Exército Brasileiro (EB) possui capacidade de projetar poder militar além das fronteiras, havendo a necessidade de este espaço geográfico ser pensado além de seu valor econômico, mas também político e principalmente, estratégico.

Esta dissertação configura-se como uma pesquisa Geopolítica com ênfase na sua aplicação prática e atual em termos de políticas territoriais na Amazônia, oferecendo um enfoque para o Estado de Rondônia por pertencer a Pan-Amazônia.

O presente trabalho levanta dois aspectos importantes, o primeiro que caracteriza o poder político como definidor dos interesses nacionais basilares de sua ação e a partir deles define sua política interna e externa, em decorrência, sua política de defesa, e o segundo, aponta para a questão sobre quais Forças Armadas são desejadas em função do perfil estratégico pretendido pelo País, chamando a atenção para a complexidade da Amazônia e sua faixa de fronteira.

O contexto temporal recente nos permite dizer que é por meio da atual PND que se desenvolve o processo para se alcançar a soberania nacional, devendo esta política ser atuante, tanto na face externa, como na face interna de nossas vulnerabilidades.

Nesse sentido, analisar o Poder Nacional e suas limitações de ordem interna e externa, sob o lócus da geopolítica, utilizando o Exército Brasileiro como instrumento para alcançar este Poder, especialmente na área amazônica e contextualizando com o novo Estado de Rondônia é objetivo maior deste trabalho.

Por compreender que a soberania é o fundamento inalienável, indivisível e imprescritível (BRASIL, 1988), observamos possibilidades e carência de ações que abrangem diversos campos, tais como, o militar, econômico, político, psicossocial, ambiental, entre outros, cujo conceito de segurança é a condição que permite ao país preservar sua soberania e integridade territorial, cuja manutenção da segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as seguintes políticas: econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial (BRASIL, 2012a).

Nesse sentido, como objetivos específicos deste trabalho, temos:

a) Analisar a importância da capacidade militar de dissuasão que lhe possibilite reagir não apenas contra ameaças externas convencionais, mas também contra riscos contemporâneos como o crime organizado transnacional;

b) Apresentar os principais aspectos da Estratégia Nacional, em conformidade com a situação da Amazônia Brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade em consonância com os interesses nacionais.

Tendo como principal questão as transformações geopolíticas da forma de tratar a Pan-Amazônia², e em particular o Estado de Rondônia, decorrentes da efetivação de ações governamentais, fazemos o seguinte questionamento que formula nossa base para esta pesquisa: Ações resultantes da atual Estratégia Nacional de Defesa estão em conformidade com as necessidades atuais da Amazônia e, como consequência, a soberania do Brasil?

Para isso, a presente dissertação encontra-se estruturada em três partes, que se interconectam e dialogam entre si, ensejando uma discussão conceitual da geografia política e da geopolítica acerca do emprego do Exército brasileiro e suas formas de atuação territorial no estado de Rondônia.

Na primeira parte busca-se apresentar a contextualização histórica do processo de evolução do papel do Estado Brasileiro em termos de gestão territorial, influenciado pelas recentes doutrinas militares, a fim de assegurar seus objetivos nacionais propostos. Esta reflexão está pautada no pensamento geográfico ao analisar as características da área de estudo através de um eixo teórico comum a

² Países em que ocorre a Floresta Amazônica: Brasil, que cuja área representa cerca de 60% da Floresta Amazônica, Peru, com aproximadamente 13% seguido da Colômbia, com cerca de 10% e Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, que juntos detêm cerca de 17% da floresta Amazônica. "Em Monitoramento da Cobertura Vegetal da Amazônia Sul Americana", INPE (2018).

geografia política e a geopolítica, subáreas da geografia que devem ser exploradas e discutidas, à medida que instituições como as Forças Armadas (FFAA), com atribuições e características inerentes a sua razão de existir na sociedade brasileira, caminha nestas subáreas como instrumento do Estado.

Assim, construiu-se uma interpretação crítica do pensamento militar acerca da Amazônia, e ainda, de forma mais específica, sobre a função do Exército Brasileiro em Rondônia como elemento institucional do Estado dentro de um sistema.

Tais ideias não seriam levadas em discussão ao desconsiderar o significado do conceito de 'território', haja vista nele estar contido a multiplicidade de atores (órgãos públicos e privados, organizações não governamentais, organizações internacionais, sociedade civil/movimentos sociais, povos originários), assim como os planos de nível internacional, regional, nacional e local.

Este capítulo utiliza da geografia política e a geopolítica, de acordo com uma metodologia de apresentação, de modo a compreendê-las enquanto ciência, ideologia e prática política em um espaço produzido a partir de relações de poder e que toma forma, também, a partir de uma construção histórica consubstanciada pela contínua e sucessiva valorização do capital natural.

No segundo capítulo, "Compreensões a partir dos documentos de defesa nacional", analisamos os principais documentos: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de defesa Nacional. A finalidade desta análise é verificar as causas da reformulação das definições clássicas para os novos sentidos, atualmente, dado a Amazônia.

Ainda, delimitando sua abrangência no Estado de Rondônia é realizada uma análise geopolítica e estratégica da Política Nacional de Defesa apresentando a situação de vulnerabilidade da faixa de fronteira e as possibilidades resultantes da integração, através do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) oriundo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

O terceiro capítulo traz três tópicos que conectados entre si, inicia com um resgate histórico acerca da ocupação militar no atual Estado de Rondônia, apresentando, de forma breve, aspectos históricos da atuação do governo federal para conquista, ocupação e manutenção territorial. No segundo tópico o Estado de Rondônia é tratado sob o lócus geopolítico contemporâneo levando em consideração a potencialidade de fatores geradores de instabilidades e estabilidades em termos de defesa e segurança.

O último tópico apresenta o Exército Brasileiro como poder militar no Estado de Rondônia partindo do pressuposto de suas possibilidades de emprego sob a forma das atribuições subsidiárias amparadas pela lei complementar nº 97, de 1999, conforme sua estrutura organizacional no estado, e seus efeitos sobre as atividades operacionais realizadas em ações conjuntas e isoladas, praticadas no combate aos crimes transnacionais na fronteira Brasil Bolívia.

CAPÍTULO 1 – Instituições e fronteira política: geopolítica, geografia política e presença militar dialogam.

1.1. A influência da geografia e as contribuições da teoria da organização para a aplicação das doutrinas militares.

A ciência geográfica tem forte influência sob o pensamento militar. Grande é aplicação conceitual e prática para a tomada de decisão nos diversos níveis de comando, sobretudo, no nível político, haja vista que o Presidente da República é a autoridade suprema das Forças Armadas que em caso de uma conjuntura de crise internacional político-estratégica, poderá desencadear o emprego do poder militar nacional, exemplificando o conceito clausewitziano que “a guerra é a simples continuação da política por outros meios” (MATTOS, 2011b, p. 258).

Nesse sentido, o território, que nesta dissertação é a categoria geográfica de análise, para o Exército é considerado a base para o teatro de operações terrestre, local onde são desencadeadas as operações militares, dentro do contexto de guerra convencional³.

Sobre a importância da geografia, Gray (2016, p. 267) diz que, quaisquer que sejam os motivos (objetivos político ou outros) que não sejam estritamente territoriais em tipo, a guerra tem que ser feita na geografia e para a geografia. Mattos (2011a, p. 141) diz que, no período considerado contemporâneo de nossa geopolítica, alguns autores procuraram manter aquecido o pensamento orientado para as soluções políticas consentâneas com as realidades geográficas - nossas, do continente e do mundo, destacando-se entre eles, Golbery do Couto e Silva e Theresinha de Castro.

Doutrina, termo que juntamente com as palavras política e estratégia se complementam nesta dissertação, intrinsecamente à política, tanto como a doutrina e a estratégia precisam coexistir dialogando entre si, para definirem a aplicação instrumental da força. Conforme Sloan (2012), a estratégia define se haverá ou não o enfrentamento para a doutrina militar se subordinar a esses propósitos estratégicos.

³ A guerra é o conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro. No sentido clássico, caracteriza um conflito, normalmente entre Estados, envolvendo o emprego de suas Forças Armadas. Desencadeia-se de forma declarada e de acordo com o Direito Internacional. (Manual de Fundamentos: Doutrina militar terrestre, 1ª Ed 2014).

Segundo Hart (1991), a estratégia militar é a arte de distinguir e aplicar os meios militares para atingir seu objetivo, ao passo que Gray (2016, p. 77-78), considera que política e estratégia são julgadas como fenômenos eternos, embora com características muito diferentes em ambos os lados da equação 'meios e fins' ao longo dos séculos. No presente trabalho trataremos o termo relacionando-o à estratégia nacional de defesa, que nos parece mais adequado para analisar o nosso objeto de estudo, seguindo a linha de Silva (1981), e também o pensamento de Mattos (2011), procurando estabelecer uma geopolítica aplicada tendo inerente a ideia de que as relações geográficas quando compreendidas devem estar contidas na política de governo (FREITAS, 2004, p. 65).

Os princípios pelos quais as Forças Armadas desenvolvem sua organização e preparo para uma eventualidade de emprego, dá-se o nome de doutrina militar, em outras palavras, é um conjunto de conceitos, princípios, normas e métodos, em que, para cada momento da história nacional, houve uma que mais se adequou e que foi aplicável aos interesses do Estado nacional, sendo balizadas tanto pela política quanto pela estratégia, as quais se ligam às condições internas e externas de um Estado, sendo governadas por fatores geográficos (CASTRO, 1999, p. 22).

A perspectiva adotada para o conceito de doutrina militar, também pode ser entendida como um objeto do pensamento, concebido pela integração da teoria com a prática, ou uma ponte entre o pensamento e a ação. A doutrina militar articula a guerra, ou seja, é a essência do como fazer, como lutar, como vencer (SLOAN, 2012).

Desta forma, entende-se que sempre ocorreu uma evolução das doutrinas militares, onde fatores geopolíticos em escalas locais, regionais e/ou continentais foram preponderantes para a reformulação de tais doutrinas, de forma que as mesmas teriam sua evolução ao longo de seus processos históricos.

Não obstante a readequação doutrinária surge um fator fundamental: o político, que de certa forma oferece condições para consolidar e efetivar a estratégia em determinada área. Um dos principais mecanismos, por exemplo, foi a criação de blocos de integração regional. Tal processo visa à ampliação nas ligações entre países de um continente ou região, nas esferas política, econômica e jurídica, objetivando o desenvolvimento mútuo e contínuo de todos os Estados-membros, como bem assinala a primeira parte do Estudo Prospectivo América do Sul 2025, do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa Sul americano:

Para tanto, consideramos a identidade sul-americana em defesa de uma visão compartilhada que possibilite a abordagem comum em questões de defesa e segurança regional, dos desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários; e identificação de abordagens conceituais e diretrizes básicas comuns que permitam a articulação de políticas regionais de defesa e segurança. Construir essa identidade é um dos principais objetivos do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL (UNASUL, 2015, tradução nossa).

Neste quadro, a territorialização da Amazônia por suas dimensões geográficas extrapola o poder do Estado Nação, pois a região excede os limítrofes nacionais abrangendo vários países vizinhos. A América do sul apresenta o Brasil como líder regional em diversas áreas, que dentro dessa lógica a América do Sul passou a ser um dos pontos de interesse fundamentais e tornou-se uma das principais zonas estratégicas para que o Brasil construísse a sua influência regional, de modo que essa estratégia viesse a colaborar na sua inserção internacional, particularmente, em assuntos militares de defesa.

A constituição de um plano político e estratégico alicerçado em certo grau de legitimidade e reconhecimento capaz de conferir ao Brasil o título de potência unipolar da região, e a função de desempenhar o papel de centralizador, dominando as dinâmicas regionais de segurança, demonstra como as FFAA são Instituições do Estado cada vez mais importantes para a inserção a nível nacional e internacional do Brasil.

Nesse sentido, a complexidade deste cenário contemporâneo evidencia a necessidade de uma Força Terrestre (EB) capaz de enfrentar ameaças difusas e condicionantes, como o enfrentamento de forças irregulares robustas, a atuação em espaço de batalha não linear⁴, a atuação em ambiente interagências, o incremento da proteção (individual e coletiva), a condução de operações de informação, as ações no espaço cibernético⁵, a proteção de civis, entre outras. Assim, no ano de 2013, a Portaria n. 197, do Estado-Maior do Exército, aprovou as Bases para a

⁴ Além das operações convencionais, ações de guerrilha, adversários não estatais, guerra psicológica, envolvendo elementos aéreos, terrestres e marítimos, bem como o espectro eletromagnético e o ciberespaço.

⁵ Ciberespaço ou espaço cibernético é considerado o domínio que existe para a inserção, armazenamento, transmissão e extração de informações utilizando o espectro eletromagnético. Inclui todos os tipos de hardware, software e mídias de transmissão utilizados, desde os dados inseridos por um "iniciador" (ex.: pressionando teclas, falando ao microfone ou escaneando documentos) até a apresentação das informações à percepção do usuário (ex.: imagens na tela, sons emitidos pelos alto-falantes ou reprodução de um documento) ou alguma outra ação (ex.: guiar um veículo não tripulado ou fechar válvulas), PAKER, em "A utilidade do Poder Cibernético", 2014.

Transformação da Doutrina Militar Terrestre, documento que passou a orientar a introdução de fundamentos e de concepções doutrinárias, a fim de incorporar capacidades e competências necessárias à atuação no século XXI.

Não é oportuno que seja realizada uma análise acerca do conceito de arte da guerra desenvolvida através do emprego tático e operacional do Exército, no entanto a abordagem se faz no sentido da construção do pensamento político, o qual relaciona o Exército à altura dos objetivos propostos para atingir a soberania e segurança nacional desejada, levando em consideração a importância e a grandeza do Brasil no cenário geopolítico mundial, dentro do que se busca em termos de expressão do poder nacional para a Amazônia, e por consequência, a projeção regional por meio da cooperação, e mundial por meio da dissuasão.

A partir disso, é importante destacar que a doutrina para o emprego do Exército Brasileiro permeia todos os níveis de planejamento, sendo influenciada, direta ou indiretamente, pelo nível político, em que são determinadas quais capacidades são requeridas, as quais são denominadas capacidades militares terrestres⁶, seguindo a um encadeamento lógico e hierárquico, em conformidade com os níveis de condução de emprego e valendo-se dos instrumentos concernentes ao sistema de doutrina militar terrestre, dispostos a seguir (Quadro 1).

⁶ Segundo o Estado-Maior do Exército, em seu catálogo de capacidades do Exército, a Capacidade Militar Terrestre é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida. É a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (BRASIL, 2015).

Quadro 1 - A Correspondência entre os Instrumentos e os Níveis de Condução de emprego.

Níveis de Condução de emprego	Instrumentos elaborados
Político	Constituição da República Federativa do Brasil Política Nacional de Defesa (PND) Estratégia Nacional de Defesa (END) Livro Branco de Defesa Nacional
Estratégico	Política Militar de Defesa (PMD) Estratégia Militar de Defesa (E Mi D) Doutrina Militar de Defesa (DMD) Estrutura Militar de Defesa (Etta Mi D)
Operacional	Doutrina de Operações Conjuntas
Tático	Política Militar Terrestre (PMT) Estratégia Militar Terrestre (EMT) Doutrina Militar Terrestre (DMT)

Fonte: Adaptado em Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SISDOMT), 2012.

Seguindo uma hierarquia, em termos de organização, preparação e condução para o emprego do Poder Militar Terrestre (EB), as responsabilidades são escalonadas nos níveis de decisão político, estratégico, operacional e tático, conforme coluna da esquerda do quadro acima, e a coluna da esquerda que descreve os instrumentos que nortearão os respectivos níveis de condução, que conforme a Doutrina Militar de Defesa:

No Brasil, o nível político é representado pelo Presidente da República (Comandante Supremo das FFAA), que tem como órgão consultivo o Conselho de Defesa Nacional (CDN). A ele cabe, dentre outras atribuições, o estabelecimento dos objetivos políticos de guerra, a celebração de alianças, a formulação de diretrizes para as ações estratégicas de cada campo do Poder Nacional, a definição das limitações ao emprego dos meios militares, ao uso do espaço geográfico, ao direito internacional e aos acordos a serem respeitados. O nível estratégico transforma os condicionamentos e as diretrizes políticas em ações estratégicas, voltadas para os ambientes externo e interno, a serem desenvolvidas setorialmente pelos diversos ministérios, de maneira coordenada com as ações da expressão militar (expressão prevalecente). Este nível se desdobra em todos os setores da vida nacional. No nível operacional, é elaborado o planejamento militar das campanhas e realizada a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a estratégia estabelecida. Os comandos operacionais compõem esse nível de condução da guerra. No nível tático, empregam-se frações de forças militares, organizadas segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões. Nesse nível, ocorrem enfrentamentos entre forças oponentes e são utilizados procedimentos padronizados e técnicas

associadas ao adestramento e à liderança dos chefes militares (BRASIL, 2007).

A forma que os níveis de condução para o emprego do EB são dispostos enfatizam as características organizacionais das FFAA, as quais mediante a fundamentação a partir da teoria da organização⁷ são ressaltados alguns atributos do Poder militar, os quais afetam suas atitudes em relação a algumas dimensões das doutrinas militares como: a escolha de doutrinas ofensivas, defensivas ou dissuasivas; a adoção de uma integração entre a diplomacia e a política de defesa; e o incremento de inovações.

Diante desta concepção, a conjuntura atual permite dizer que o EB está inserido e subordinado diretamente ao Poder político e os principais aspectos geopolíticos que subsidiam o escopo apresentado atestam esta afirmativa de forma contundente, a PND colocar em destaque a doutrina dissuasória – sendo esta a mais política de todas – como demonstração de força e meio para alcançar a soberania, isto devido ao fato do Estado nortear sua política e conduzir cada vez mais por meio da integração entre a diplomacia e a defesa nacional, visando privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, ao formular sua política buscando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins.

Pautada nesses instrumentos e no seu direcionamento às ações militares com vistas à defesa e segurança do território nacional, é que se orienta a Política Nacional de Defesa, entendendo que a Política possui sentido mais amplo, ao pressupor que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros (BRASIL, 2012a).

⁷ Segundo a definição de uma importante obra de referência, o Dicionário de Política: “A expressão Teoria da organização é demasiado ampla e indefinida para se prestar a uma definição sintética e substantiva. Numa primeira análise diremos que a Teoria da organização é uma ciência social que estuda todas as organizações, fazendo-o desde uma perspectiva interdisciplinar (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 864)”. No que concerne à aplicação da Teoria da organização nas análises que tratam da relação entre Geopolítica e Forças armadas: “Trata-se do estudo que se concentra na análise das funções ‘políticas’ mais ou menos latentemente desenvolvidas pelo aparelho da administração pública. O ponto de partida, hoje amplamente conseguido e empiricamente válido, está em que os administradores de profissão participam ativamente na formação das decisões político-administrativas e exercem um controle quase monopólico sobre as tecnologias de organização que regem a execução dessas mesmas decisões. Em outras palavras, trata-se do tema clássico da relação entre política e administração que está sendo sujeito à revisão crítica e à verificação empírica (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 869)”.

A forma do Estado conduzir sua política e estratégias de defesa por meio de ações diplomáticas, segundo a teoria da organização, enfatiza os aspectos positivos da intervenção civil nas questões militares ao estabelecer vínculo de dependência com as diretrizes de Governo. Esta dependência pode ser mais bem observada a partir da forma que ocorrem os investimentos⁸ de recursos no setor, na interação com outros países sob a ótica ideológica da força política que está no poder, no incentivo à ciência e tecnologia com a finalidade de incrementar inovações doutrinárias, entre outros.

Nesse sentido, é sistemático o critério estabelecido pelo Estado a fim de adotar a estratégia a partir de uma doutrina militar, ainda mais quando influenciado pelo conceito cultural estratégico para a condução da análise do pensamento militar e da presença militar na Amazônia, guardando suas especificidades geográficas.

E assim entende-se que, sendo a estratégia a aplicação de uma política, haverá uma específica para cada política geral (nacional), econômica, psicossocial e militar (MATTOS, 2012b, p. 223). Em outras palavras, política é o que fazer; estratégia é como fazer, dependendo de onde fazer.

Sob o escopo da atual PND, a inserção de ações do Estado se dá por meio de políticas dentro dos diversos campos já citados, já no contexto da análise do conceito de defesa e segurança do território nacional destaca-se num primeiro momento e sob o prisma regional, a Amazônia, como uma região estratégica para a defesa e a garantia da estabilidade de vários países, destacando-se aqui a Bolívia, por ser esta primordial para a integração física sul-americana.

Daí o Exército brasileiro como instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, caracteriza-se como ferramenta para a Política Nacional de Defesa, que segundo a qual é orientado para uma doutrina dissuasiva, em parte porque elas são mais dependentes da vontade política do que da capacidade militar. O que sugere a necessidade de melhor percepção por parte da sociedade, acerca da razão de existir desta instituição, a partir da

⁸ Os recursos direcionados para o setor de defesa no ano de 2017 foi no valor de 92,5 bilhões de reais (excluindo os créditos extraordinários) e correspondeu em torno de 1,4% do PIB destinados aos investimentos no setor. Fonte: <https://www.defesa.gov.br/orcamento>. Os gastos contabilizados incluem salários, custos de operações, compras de armas e equipamentos, assim como pesquisas e projetos de desenvolvimento. Tal investimento coloca o Brasil em 11º no ranking dos países que mais investiram no setor em 2017, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri).

perspectiva interdisciplinar, a qual permite o entendimento simples de seu papel no Estado Nacional.

O problema, contudo repousa no poder político - este derivado da soberania que juntamente com o povo e o território constituem os pressupostos (elementos) de existência do Estado - o autor do processo de territorialização, por meio desta instituição que a ela, de forma bem genérica, é delegada a função de garantir a ordem interna e a defesa da soberania na esfera internacional como fins jurídicos do Estado.

1.2. A Geografia Política e a análise da Amazônia ocidental brasileira sob a perspectiva e abordagem do conceito de território.

Cada método utilizado nas pesquisas geográficas⁹ está dotado de ideologias e posições epistemológicas, pois cada objeto estudado merece um método adequado pelo geógrafo (GEORGE, 1972), que segundo Moraes (2007), tal fato é resultado da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que o compõe, haja vista o mosaico da geografia ser bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções.

Com o propósito de estreitar os laços com a ciência geográfica, procurou-se nesta dissertação direcionar quase a totalidade de seu desenvolvimento para a geopolítica, entendendo que a formulação de estratégias que interessassem as políticas de poder é resultado do uso de seus postulados. Por este motivo, este tópico é apresentado como o passo anterior à geopolítica, pois o mesmo, também, aborda explicitamente o amplo campo de relações entre a política e território. Além disso, Costa (2016, p.18) também assinala que a Geografia Política é o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à Geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado; enquanto à Geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de

⁹ O princípio do pensamento de Moraes sobre a história e a geografia parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção herderiana de ver a Terra como “palco” das ações humanas; a segunda vem dos geógrafos, que veem a “geografia como parte do presente”. Na primeira visão, a geografia é uma espécie de anteato da história, um mundo de plena naturalidade, a partir do qual (e na relação com o qual) os grupos humanos vão construir suas culturas. O geográfico (confundido com o natural) é, portanto, concebido com a qualidade do que antecede o trabalho humano, uma matéria-prima para a história. Na segunda visão, a geografia é posta em uma realidade pós-histórica, o domínio de uma atualidade que só pode ser apreendida funcionalmente, isto é, cujo sentido escapa aos contemporâneos, logo à reflexão da história. A análise geográfica seria, então, este prolongamento funcional da abordagem histórica (MORAES, 2005, p. 21).

ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros.

1.2.1. Procedimentos metodológicos.

Segundo as concepções de Castro (2005, p. 18), em sua origem, ao contrário da atualidade, a geografia política se colocou o compromisso de compreender o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia. Desta forma, o método destinado à análise do objeto de estudo da geografia política, o espaço político, que é obtido através de práticas espaciais políticas, promovendo o diálogo entre as fragilidades e os contrastes do desenvolvimento e suas dinâmicas territoriais, revelando a produção territorial resultante da apropriação e do ordenamento político em termos de segurança nacional e defesa territorial, pode ser decomposto na:

a) compreensão do problema, que envolve uma interpretação do objeto político no tempo e no espaço e o estabelecimento de objetivo estratégico, delineado aqui, pelo papel do Exército Brasileiro como instrumento do Estado na Amazônia, ator capaz de interferências sócio espaciais;

b) análise dos fatores do espaço político, na sua relação entre si desde o passado até o objetivo político ou problema a resolver, avaliando cada um destes fatores e a maior ou menor influência;

c) formulação de soluções possíveis, de modo a atingir as metas propostas pela Política Nacional de Defesa, em outras palavras, a busca do eficaz aproveitamento do EB, de acordo com suas formas de emprego;

d) análise das vontades opostas – quando no espaço político em estudo existem interesses coincidentes, diferentes e que se opõem entre si à resolução do problema ou à concretização de determinada objetivo;

e) determinação das soluções possíveis modificadas, após análise de oportunidades de melhoria;

f) seleção das soluções mais favoráveis para atingir os objetivos estratégicos nacionais.

Entre os temas privilegiados pela Geografia Política, tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação da sociedade. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas

de poder, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica.

Costa (2016) diz que cabe à geografia política a tarefa nada trivial, dentre outras, de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral. Isto posto, o método dialético, ao ser utilizado tendo como fulcro a categoria geográfica de território, tem a devida apropriação para discutir as questões concernentes ao desenvolvimento da PND, haja vista a porção do território da Amazônia Ocidental Brasileira ser levada em questão ao enfatizar a dimensão histórica dos processos que tiveram influência direta ou indireta nas novas compreensões de segurança e defesa territorial.

Em Saquet (2015) a pertinência do uso deste método possui razões ao compreender que o território é um produto sócio espacial de relações sociais que são econômico, políticos e culturais, principalmente, de ligações de redes internas e externas, sendo constituído histórica e geograficamente, além do mais, o método dialético aponta para uma última característica: a de totalidade ao entender que a realidade está totalmente interdependente, inter-relacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Oliveira (1990, p.22) considera que a pesquisa geográfica deve ser feita mediante uma reflexão radical (buscar a origem do problema), crítica (colocar o objeto do conhecimento em um ponto de crise) e total (inserir o objeto no contexto do qual é parte integrante).

Através da clareza epistemológica que o método dialético conduz o desenvolvimento da análise do Poder nacional em um cenário que traz à tona a importante função que o EB pode desempenhar com possibilidades de alterações territoriais na faixa de fronteira com reflexos em todo o território nacional, relacionado ao fato da legislação ter conferido às Forças Armadas atribuições na atuação contra os delitos transfronteiriços (ou transnacionais) e ambientais nas faixas de fronteira terrestre, podendo contribuir para a cooperação e integração regional tendo em vista a presença militar fixa em pontos da faixa de fronteira e até mesmo, em uma escala maior, pode efetivar um dos objetivos estratégicos nacionais: a dissuasão extra regional.

Com intuito de compreender e analisar este tema segundo a ciência geográfica, numa perspectiva dialética, o “método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa (a essência do concreto), e, portanto,

compreender a coisa” (KOSIK, 2010, p. 18), esta pesquisa é de cunho explicativa por explicar a dialética existente entre o Estado e o território, ao entender que este método vem a ser a maneira de pensar e entender as contradições que acontecem nas sociedades, nas relações sociais, compreendendo a realidade em constante transformação e sendo contraditória, vendo o sujeito (Instituição Exército brasileiro) como participante desse processo de transformações.

Em virtude das características e do nível explicativo desta pesquisa, recorreremos à observação como método de investigação, adotando como procedimentos para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica em sua maior parte, aliada ainda, a pesquisa documental e ao estudo de campo.

Recorreremos, principalmente, a pesquisa a partir de fontes bibliográficas, assim como artigos científicos publicados, dissertações de mestrados e teses de doutorados com intuito de realizar uma análise de conteúdo teórica.

A pesquisa documental serviu para colher informações de cunho oficial acerca de Projetos, Programas e Instituições citadas neste trabalho, de forma a permitir acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do território, ao realizar uma leitura que propiciou a observação do processo de maturação ou de evolução destas Instituições, grupos, processos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Por último e de forma mais contundente, o estudo de campo permitiu o aprofundamento das questões propostas, em virtude da proximidade que a análise qualitativa ocorreu ao focar preponderantemente o poder político, em sua vertente militar, e suas relações territoriais intrínsecas ao Estado. Esta proximidade com os dados permitiu estabelecer quais fatos são relevantes e entender os fatores determinantes¹⁰ que corroboram a necessidade de efetivação ou implementação dos objetivos propostos pela PND, ao utilizar o Exército Brasileiro.

Para Castro (2005), não pode haver geografia política que não incorpore a política. Nesse sentido, a geografia política tem como objeto de estudo a análise da territorialização dos fenômenos políticos, de modo que estes alteram os espaços significativos das relações de controle, dominação e poder, por meio de Instituições que, a partir de seu estabelecimento em um espaço, este abarcando suas inúmeras escalas, suas práticas determinam a territorialidade, que segundo Saquet (2015, p.

¹⁰ Fatores que resultam da ausência de Instituições ou da ineficácia de suas ações.

76) é compreendida como relacional e dinâmica, variando no tempo e no espaço com um caráter (i)material ligado aos três mundos: no real, das sensações e da representação.

Sob esta perspectiva, a análise é feita identificando a ação institucional do EB e suas alterações territoriais causadas pela intervenção de uma Instituição que detém o monopólio da força e que embora seja ínfima a possibilidade de execução de sua missão precípua e essencialmente militar de defesa da Pátria, pautada na soberania nacional, integridade territorial e segurança contra agressões ou ameaças estrangeiras, há ainda as hipóteses de destinação das Forças Armadas no âmbito interno do Estado, com vistas à soberania interna sob a forma da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

É importante destacar, ainda, que a base metodológica da geografia política permite a análise de projetos estratégicos que envolvem a atuação direta ou indireta do EB como principal ator nesse processo, no que tange às ações governamentais no recorte territorial deste trabalho, parte de área prioritária do ponto de vista estratégico nacional – o recorte territorial deste trabalho pertencente à Amazônia.

A compreensão que faz do EB ferramenta do Estado ou ator sintagmático, que tenta escrever, sobre o espaço, seu plano de poder através de diferentes práticas, é corroborada em Lacoste (1993) ao lembrar que a própria ciência geográfica já apresentava esta missão quando vinculada à ação que o autor chama de 'Geografia dos Estados Maiores', tendo este a incumbência estratégica de referendar e desenvolver ações de poder, relacionando a ideia de território à dimensão de espaço de jurisdição de um Estado-Nação.

1.2.2. O problema da geografia política.

Esta abordagem consiste em analisar o caráter político, o qual é demonstrado através de uma perspectiva decorrente de ações, através do emprego das Instituições Forças Armadas no contexto de segurança e defesa nacional da Amazônia, e como forma de compreender a evolução da aplicabilidade de conceitos inerentes à geografia política, será apresentado um breve apanhado da contribuição ratzeliana, por ser indispensável para compreendermos como o estudo geopolítico nasceu e como se desenvolveu a partir daí, sobretudo, voltando esta análise para o

objetivo deste trabalho e utilizando como categoria de análise o conceito de território, capital na concepção ratzeliana.

A ilustração política daquilo que se chamou de determinismo, partia da teoria de uma profunda relação entre o solo e o Estado (RAFFESTIN, 1993, p.13), numa teoria em consonância com aquele contexto e caracterizada por apresentar certa descontinuidade com o que atualmente se entende e pratica a partir dos conceitos de geografia política, tanto que La Blache (1898) exemplifica os equívocos cometidos pelo pensador alemão, através da teorização das relações homem-natureza, ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios, ao ver o homem bem mais como ser dotado de iniciativa que como ser sofrendo passivamente as influências exteriores.

Numa tentativa de reposicionar a geografia política na geografia, La Blache (1898), ressalta ainda que apesar de Ratzel ter suas concepções de território, carregadas, de uma ligação aprofundada com o naturalismo e o determinismo, em verdade refletem a relevância do território como importante conceito-chave da ciência geográfica ao vincular a questão nacional à unidade nacional e aos interesses de formação e consolidação do Estado, aos objetivos relacionados à guerra, como necessária à delimitação das fronteiras, e à defesa dos ganhos territoriais e materiais, relativos ao poder do Estado, ao governo e à afirmação do país.

Suas ideias não possuem aplicabilidade plena do recorte temporal e espacial por ora pesquisado neste trabalho, já que o quadro conceitual de Ratzel, que Raffestin (1993) descreve como muito amplo e tão naturalista quanto sociológico que o próprio Ratzel recuou e reconheceu que a comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos não era produtiva. Ainda, em Raffestin (1993, p.12), Ratzel insistindo no Estado, na circulação e na guerra, ele revela preocupações e, sobretudo uma perspectiva sociopolítica que pouco se satisfariam com uma simples demarcação dos métodos puramente biológicos, em uma Alemanha, a geografia universitária era percebida como uma disciplina estreitamente ligada às questões políticas e militares.

Ratzel (1883) entendia que a extensão progressiva do território dos Estados era considerada como caráter essencial e, ao mesmo tempo, um poderoso motor do progresso histórico, a partir de compreensão espacial e voltado à consolidação do imperialismo alemão, ao afirmar que:

À medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência (*Ibidem*, p. 101)

Apesar da desconsideração desta visão isolada acerca do uso da geografia com vistas ao Estado para ao século XXI, a relação entre Raffestin e Ratzel possuem ligações evidentes com a atualidade, e uma delas está justamente na relevância do território para a existência do Estado moderno e a permanência de sua centralidade para a competição intercapitalista¹¹ e solução das crises econômicas sistêmicas, como afirma Costa (2016, p. 143), para Ratzel a dissociabilidade entre Estado e território determinaria todos os demais elementos constitutivos do espaço político.

Com vistas à compreensão do espaço em que se vive e a própria geografia a partir de seus elementos políticos e territoriais, Raffestin (1993) apresenta o Estado como ator sintagmático por excelência:

O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para "produzir", *lato sensu*, uma ou várias coisas (*Ibidem*, p.40).

À luz desse conceito, entende-se que a representatividade do Estado por meio do Exército deve ser realizada, principalmente ao ver a Amazônia sob a ótica dos interesses de seus recursos naturais e por ser um território considerado com pouca representatividade do Estado. E tais aspectos constituem fatores determinantes para a articulação do Estado, enquanto ator sintagmático por excelência e, por conseguinte articulador entre o povo e o solo – no mesmo sentido de território e base física de uma nação – o que resultaria na concepção política da soberania como pressuposto fundamental do Estado.

Embora a interpretação do pensamento de Ratzel só se faz possível por meio da compreensão do período histórico em que este viveu e produziu suas obras, seu legado teórico conceitual reside no fato da compreensão da versão adaptada do

¹¹ Referente ao uso geopolítico e/ou econômico do território como base física do Estado. Vide em Saquet (2015).

Estado como organismo vivo¹², ao visualizar que o Estado no verdadeiro sentido da palavra é expressão bastante desenvolvida na lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo, e assim como Vidal de La Blache, transferiu o campo de seus estudos geográficos das relações entre o homem e o meio físico para o campo das relações entre o Estado e território (MATTOS, 2011c), assim decidimos fazê-lo de modo igual, considerando como aspecto fundamental em nossa discussão.

Esta acepção dessa versão adaptada para o conceito de Estado como organismos vivo, o qual deve ser concebido em sua íntima conexão com o espaço é vista, a partir de conceitos de Costa (2016, p. 185), como o pano de fundo para as ideias de integração nacional que, sob vários matizes, marcaram o discurso político-territorial de muitos setores do poder estatal:

A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação do Estado nacional em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte-americano) e mais próximo de um conjunto político administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional (*ibidem*, p. 185).

Cabe salientar que no período recente, em sua obra 'Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre o Território e o Poder', Costa (2016), evidencia uma destacada característica dos estudos de Vallaux¹³: que o Estado deve ser considerado como uma “forma essencialmente geográfica da vida social” (COSTA, 2016, p. 47), pois o mesmo colocava do seguinte modo o problema fundamental da geografia política: quais as regiões terrestres, pelo fato de existirem causas devidas à natureza física e ao povoamento humano, multiplicam-se oportunidades de conflitos ao ponto de criar meios favoráveis ao surto e ao desenvolvimento do Estado? (CARVALHO; CASTRO, 2009).

¹² Desafio de repensar o território, sobretudo, a partir das profundas desigualdades no exercício da soberania entre os Estados, onde cada Estado nacional busca alcançar esta soberania plena e ao mesmo tempo mutável. Assim como Moraes (2000), solicita que o território seja explicado pelo processo histórico de sua formação, Friede (2015, p. 284) diz que a identificação da soberania de um Estado forte é irremediavelmente associada ao conceito amplo de Estado de legalidade no exato sentido não só da efetiva constatação da presença de um sólido poder político, mas também da sinérgica disposição de utilizá-lo, de acordo com os ditames da ordem jurídico-política estabelecidos e, particularmente, em favor de sua completa concretização.

¹³ Vallaux, “*Geografía social: El solo y el Estado*”, 1914.

O autor também retoma os estudos de Ratzel ao evidenciar a importância da ‘valorização territorial’, ao explicar ser esse “um processo de longo prazo que implica integração econômica, política e delimitação de fronteiras”, em prol do “ideal nacional” ou da “política nacional” (COSTA, 2016, p. 35-41).

Ainda, hoje não existe suporte teórico e metodológico que garanta afirmar com uma visão determinista que o Poder de uma Nação dependa das características de sua terra, da abundância e aproveitamento de seus recursos naturais e, no entanto, a realidade brasileira apresenta-nos uma ideia possibilista, de um futuro de grande Nação que provavelmente possa existir um dia, haja vista o abismo existente entre o Brasil e as grandes economias com tão poucas riquezas quando comparadas ao Brasil.

Nesse sentido, Mattos (2011c) corrobora a função do Estado, ao afirmar que:

A vinculação inseparável de estado e território, ambos integrados no princípio fundamental da soberania, obriga o Estado a ter definidos no solo, no mar e no ar os limites de sua área de poder. Daí vem a fronteira, a faixa de contorno do corpo estatal (MATTOS, 2011c, p. 19).

O território, plataforma de análise desta dissertação é visto como fonte de poder desde os clássicos da geografia como Ratzel (1897), La Blache (1898), Lacoste (1993), Raffestin (1993), Mattos (2011a; 2011b; 2011c) entre outros autores. Como já dito, o poder presente na geografia de Ratzel, utilizada como instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído, demonstrou naquele momento a imprescindibilidade do espaço vital para uma dada sociedade. Já Perry Anderson (1981) qualifica o território como base para o exercício da soberania e propriedade, Raffestin (1993) mostra que o território é construído socialmente, e onde se projeta trabalho, informação e fronteiras, delimitado por axiomas das relações de poder e que as revela (MELLO, 2011).

No campo político, para uma análise geográfica de Estado, nas investigações de ordem territorial e remetendo a Castro (2005 p.15-16) temos que: “é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política”. Castro, ainda contextualiza que:

A geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, estes espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas etc. Para a análise desses espaços, o recurso ao artifício metodológico da escala tem sido uma perspectiva adequada porque identifica o significado das escalas de ação institucional e os recortes territoriais produzidos por esta ação (*idem*, 2005, p. 53).

Há, nessa abordagem o reconhecimento do sentido material e imaterial do conceito de território sob a perspectiva que Raffestin (1993) conceitua muito bem como, “fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço”. De forma que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ esse espaço.

A necessidade de territorialização de espaços que carecem da devida apropriação realizada pelo poder público, ao levar em consideração as consequências desta não apropriação, chama a atenção e até mesmo é colocada em debate público com a finalidade de estimular respostas mais acentuadas dos governos por conta de terem se tornado um espaço essencial de preocupações, como é o caso da faixa de fronteira da Amazônia.

Em Saquet (2015), Raffestin destaca ainda o caráter político do território, entendendo que o objeto da geografia é formado pelas relações sociais efetivadas entre os sujeitos e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades, já Moraes (2008) define a apropriação política do território sob a ótica da unidade dialética entre forma e processo, importante para o enfoque geográfico que se busca ao relacionar o emprego do Exército, enquanto agente estatal, e o recorte territorial, apresentando esse discurso geopolítico como fundamentação dos desígnios do Estado.

Becker (2015) e Costa (2016) abordam o poder intrínseco de desenvolvimento que o território possui trazendo uma visão integradora dos espaços, atores e agentes. Daí destaca-se os pensamentos de Becker (1983), que por sua vez pauta sua argumentação no conceito de território preocupada com seu uso político e no real, com ênfase nas dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, partindo do princípio que há uma estreita ligação entre o solo, no sentido de território nacional, e a figura do Estado, implicando desta forma, na constituição do Estado como a principal forma de poder e controle desse

território, na medida em que cabe exclusivamente a Ele efetivar a execução de políticas públicas, aqui relacionadas à Estratégia Nacional de Defesa (END).

De certa forma, a geografia humana consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática em relação ao que o homem pensa sobre o território, ao passo que, para se atribuir a este 'espaço' o valor categórico de território, torna-se claro observar como efeito causa e consequência, o aspecto de 'poder'¹⁴ presente na relação homem - espaço, à medida que se articula poder e território, e ao mesmo tempo, evidenciando o território como objeto e meio do poder de Estado.

É o próprio Raffestin (1993, p.144) quem escreve: “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É resultado de uma produção humana – através do exercício de apropriação - a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”.

Dado que, para Raffestin, o território é resultado de uma produção do espaço — produção, ademais, que envolve múltiplas relações —, produzidas por atores sociais sintagmáticos. O que se constitui é um arranjo de relações denominado 'campo de poder', ou território de luta, resultante do entrelaço espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial.

Para a geopolítica clássica, a fronteira sempre foi considerada um dos mais importantes elementos do Estado. Já no início dos estudos da geopolítica no Brasil Backhueser (1926) considerava que as fronteiras refletiam o poder de um Estado e constituíam a 'epiderme do organismo estatal' e deveriam ser protegidas para a integridade física do Estado. Considerava ainda que, deixar as áreas de fronteira para a administração de autoridades locais era temerário, já que os locais “não expressam nenhuma sensibilidade em relação aos problemas nacionais” (idem, p. 32).

Os limites territoriais trazem à tona o caráter difuso que a faixa de fronteira representa para relação existente entre política e território, em uma dupla conotação, material e simbólica. Nesse sentido, a materialidade presente nos limites do Estado brasileiro, representado pelo Estado de Rondônia, tem na Teoria das fronteiras

¹⁴ Foucault, “Microfísica do Poder”, 2016. O poder não é tido como um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

naturais¹⁵ a geografia como principal elemento que a constitui, que bem define Reis Friede:

A teoria das fronteiras naturais, segundo a doutrina mais abalizada a propósito do tema, surgiu como incontestado instrumento de dominação das potências militarmente mais poderosa sobre as menos poderosas, não obstante seus objetivos iniciais restringem-se à natural imposição dos acidentes geográficos como elemento de justo contorno das Nações, considerando, acima de tudo, que não seria razoável traçar limites arbitrários quando existem elementos naturais de formação fronteira, tais como rios cordilheiras, mar, montanha etc (FRIEDE, 2015, p. 113).

O paradoxo existente no termo 'fronteira' indica que a territorialidade presente no território fronteiriço é influenciada pela possibilidade de integração, seja cultural, econômica ou física, presente através das redes de circulação, onde o espaço ocupado por grupos de pessoas que vivem e convivem numa conurbação transnacional, interpenetradas e interconexas dão importância à fronteira ao destacar a dimensão geopolítica presente em seu território.

Fronteira, termo oriundo do meio militar: seu original francês *frontière* significava, no século XIII, a vanguarda das tropas militares. O termo front, que se utiliza até hoje para especificar a porção avançada das tropas de um efetivo militar no território, tem a mesma origem (COUTO, 2007). A definição de fronteira está relacionada, pois, à expansão territorial e ao início da associação desta, de forma delimitada e demarcada, a uma unidade em diferenciação à outra. As fronteiras da guerra no território na Antiguidade conformam, portanto, as fronteiras de limite territorial, cultural e político ou nacional (fronteiras de diferenciação entre os Estados) posteriormente, na Era moderna.

Segundo Becker (2015b, p.179), no processo de modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado, a fronteira não deve ser entendida como a retaguarda dos processos histórico-geográficos atuantes no território nacional, mas sim a frente avançada desses processos. Por estarem geralmente situadas em

¹⁵ Para Foucher (1991, p. 41-42), a teoria das fronteiras naturais surgiu na França iluminista, no século XVIII, com objetivo de estabelecer as relações com países vizinhos e, para compreender a artificialidade de uma fronteira linear bastaria observar um mapa que se apresenta quadriculado por traçados retilíneos e acrescenta: “[...] nos textos dos juristas como nos discursos dos estrategistas, uma fronteira seria natural quando seu traçado é sustentado, em grande escala, sobre uma configuração física linear, fluvial, divisão aquática [...]”. Para esse autor todas as fronteiras-linhas são por definição artificiais, “pois os traçadores escolheram entre diversos rios, diversas cristas possíveis”.

regiões distantes dos centros administrativos de poder dos Estados Nacionais, as fronteiras são frequentemente classificadas como um lugar remoto, longínquo e por vezes áreas de litígio, no entanto, o território como base física da Nação delimitado pelas suas fronteiras, encontra nestas regiões fronteiriças carência em termos de presença do Poder militar terrestre, de forma a assegurar sua defesa, de acordo com a Constituição Federal e com a legislação dela decorrente.

Espaços transfronteiriços são considerados como aqueles espaços que resultam de relações de tensão e cooperação na escala regional. Sua particularidade está na associação de proximidade, nas transgressões cotidianas daqueles que vivem de um lado e de outro da fronteira, e igualmente pela relação de investimentos ou ações de corporações, agentes não governamentais e as resistências à construção de institucionalidades específicas. São espaços que contestam a ideia de fronteira como divisa entre países que, durante muito tempo, foi considerada verdadeira restrição para a exploração de terras e recursos (RIO; DRUMMOND, 2013, p. 218-219).

Portanto, nesta pesquisa assume-se o espaço de fronteira como um espaço territorial transnacional, no qual conflitos inerentes às dinâmicas internas de um Estado podem ocorrer mesclando a binacionalidade em suas diversas possibilidades, destacando a importância geopolítica do Estado Plurinacional da Bolívia como parceiro nesse processo dinâmico de integração.

Assim, a forma que a geopolítica produz e reproduz seu atual discurso sobre o território, ao utilizar as possibilidades do estado gerir políticas públicas e planos de ações entre Estados, ao mesmo tempo em que configura o recorte espacial deste trabalho como o *Heartland* ambiental, ou seja, a área-pivô ou 'coração' geográfico do continente sul-americano, haja vista sua importância global, retrata-o com ênfase nos aspectos de defesa e segurança nacional, com vista à garantia da soberania do Estado paralelamente a dissuasão extra regional.

1.3. Aplicação da Geopolítica como base teórica e metodológica da pesquisa.

A reflexão sobre os fatores e aspectos que são considerados como elementos fundamentais para analisar geopoliticamente um Estado, valorizando tanto questões internas quanto externas - que é o caso deste trabalho - é considerado como elemento que compõe a metodologia utilizada. Tal questão reside na evolução

territorial do Brasil e pelo histórico interesse internacional dos recursos naturais amazônicos e nas potenciais reservas destes recursos para produção e renda, propiciando a subordinação às geoestratégias dos Estados hegemônicos que privilegiam a manutenção da ordem internacional em detrimento da defesa de interesses específicos dos Estados da América do Sul.

A forma que o conceito da geopolítica foi discutido em obras consagradas a partir do surgimento de seu termo no fim do século XIX, inspirado pela obra Geografia Política, de Friedrich Ratzel, e, sobretudo, um produto do contexto europeu daquele momento histórico, apresenta polêmicas, principalmente, no que tange a sua aceitação como ciência (Mattos, 2011a).

Tendo sido criado com o propósito de expressar as relações entre Estado e território, Ratzel e Kjellén¹⁶ relacionaram o poder político essencialmente aos fatores forma, extensão e posição do território gerando os conceitos do determinismo geográfico, e em consequência a escola determinista alemã (MATTOS, 2011c). Nesse sentido, entendemos a geopolítica, segundo a descrição de Costa (2016), como um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais, entendida como uma área ou campo de estudos interdisciplinar.

Em um breve resgate histórico e sem perder o foco geopolítico deste trabalho foram consideradas as ideias de Travassos (1947), Silva (1981), Castro (1994, 1999), Mattos (2011a, 2011b, 2011c), Costa (2016), entre outros autores, com o objetivo de elucidar conceitos e, sobretudo, servir de base para a reflexão da evolução das questões inerentes a geopolítica que envolve o recorte espacial em estudo.

O pensamento geopolítico brasileiro remonta pelo menos ao início do século XX, através da contribuição de autores como Everardo Backheuser e Mário Travassos, ambos autores que receberam forte influência europeia, marcada pela grande preocupação com alguns conceitos ligados ao domínio territorial, como 'posição', 'espaço vital', 'centralidade', 'fronteira', dentre outros.

¹⁶ Autor do neologismo originalmente cunhado, no crepúsculo do século XX. Professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala. Mas, para além das credenciais acadêmicas é importante notar, ainda, que Kjellén foi, igualmente, um político ativo e influente da Suécia no início do século XX, membro do Parlamento sueco, senador, e um defensor de ideais nacionalistas de tipo conservador-autoritário, alternativos ao modelo de democracia liberal representado pela França e pelo Reino Unido.

Influenciando muitos escritos posteriores, estes autores já alertavam para temas que seriam recorrentes no âmbito da geopolítica brasileira e que ganhariam força na década de 1970 durante o governo militar.

Backhauser (1952) é considerado o precursor do pensamento geopolítico brasileiro, com importantes contribuições em sua análise territorial. Uma de suas ideias mais divulgada foi, sem dúvida, a proposição de uma nova divisão territorial brasileira, baseada na equipotência espacial das unidades políticas. Assim, Backheuser (1952) considerou uma redivisão política-administrativa do território brasileiro a partir de um equilíbrio entre tamanho da população, atividades econômicas, extensão territorial e limites geométricos, aspectos essenciais na sua proposta de um equilíbrio regional harmônico do país. Abaixo (Quadro 2) são apresentados alguns temas de interesse desenvolvidos pelo autor.

Quadro 2 -Temas Geopolíticos de Análise de Backheuser.

1	Como pioneiro em sistematizar informações e dar corpo para que a geopolítica tornasse disciplina e se desenvolvesse em território nacional, impulsionou os estudos traduzindo-os na valorização (de sentido ratzeliano) dada à grandeza e ao valor do espaço geográfico próprio do país, preocupando-se ainda com a problemática inerente à divisão administrativa, localização ideal da capital e fortalecimento das regiões limítrofes .
2	O enriquecimento dessa área do conhecimento aconteceu, sobretudo, sob a circunstância de conceber a Geopolítica como elemento propulsor e determinante dos destinos do país.
3	Defensor da ideia geopolítica de que a grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada à ocupação e povoamento adequados , ao mesmo tempo que o poder central, bem localizado, possa estabelecer relações de coesão eficazes, no todo territorial
4	As fronteiras refletiam o poder de um Estado . Constituía a “epiderme do organismo estatal” e deveriam ser protegidas para a integridade física do Estado. Para ele, deveriam ser ocupadas por assentamentos humanos “cheios de vitalidade” e subordinadas ao governo central.

Fonte: Backheuser (1926), Backheuser (1933) e Freitas (2004). Grifos nossos.

A ideia principal relacionada às fronteiras brasileiras vinculava-se a necessidade de expansão e povoamento destes espaços, no sentido de garantir as conquistas territoriais adquiridas através da diplomacia de atores como o Barão do Rio Branco¹⁷.

¹⁷ Sua consagração, enquanto ator político tornou-se pública ao expor sua convicção de que o Brasil estava destinado a se projetar internacionalmente e, para tanto, deveria tentar manter o maior grau de autonomia possível em relação às grandes potências. Responsável maior pelas vitórias diplomáticas, nas questões do Acre com a Bolívia e a de Palmas na Argentina, entre outras, e sempre preconizou a cooperação na América do Sul, admitindo como natural liderança do Brasil (PEREIRA, 2007, p. 240-241).

A concepção de que o Brasil necessitava ocupar e defender suas fronteiras, fazendo coincidir o 'espaço físico com o espaço político', será constante dos escritos da geopolítica brasileira, que recorrentemente qualifica estes espaços periféricos enquanto 'remotos' e 'desconhecidos'.

A partir da década de 40, o antagonismo entre os ocidentais e a extinta URSS influenciado pelo fim da segunda grande guerra mundial, que por meio da qual fez surgir a guerra fria, o pensamento geopolítico brasileiro surge tal qual formulado por Kjéllen e desenvolvido por Haushofer¹⁸, isto é, a manipulação de alguns conhecimentos ditos 'geográficos' para a formulação de esquemas que interessem às políticas de poder (COSTA, 2016, p. 179).

Neste período inúmeros trabalhos foram produzidos realçando a importância cada vez maior que a geopolítica deveria assumir no estudo da geografia, sobretudo, trabalhos inspirados por Mário Travassos¹⁹, que segundo Freitas (2004, p. 17) este autor preconizava a necessidade de adoção por parte dos poderes públicos de uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica em direção ao oeste brasileiro, dando ênfase às teorias que privilegiassem a necessidade de uma unidade nacional-territorial, em face da projeção do país na região, conforme descreve (Quadro 3).

¹⁸ Com Karl Haushofer (1869-1946) a geopolítica sai do âmbito das reflexões políticas ou acadêmicas para tornar-se uma teoria que dirige ou justifica a ação política. Para ele, a geopolítica é uma "ciência aplicada": ou seja, aplicada pelos políticos. Sobre Haushofer, Ratzel exercitou influência direta, porque Ratzel era amigo do pai de Haushofer.

¹⁹ O título de precursor da geopolítica brasileira também pode ser conferido, pela influência e perenidade de suas obras, sobretudo em *Projeção continental do Brasil*, de 1935, segundo Meira Mattos, foi um dos livros brasileiros mais traduzidos e discutidos pelas repúblicas do arco fronteiriço do Brasil". (MARTINS, 2011, p. 41). O autor parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro (COSTA, 2016, p. 198).

Quadro 3 - Temas Geopolíticos de Análise de Mário Travassos.

1	Objetivando a hegemonia do Brasil sobre o continente sul-americano , acreditava que, através da pressão demográfica, os colonizadores brasileiros não somente protegeriam as fronteiras nacionais, mas iriam, cedo ou tarde, expandir suas atividades econômicas para além, conquistando “pacificamente” o território dos países vizinhos.
2	Preconizava a necessidade de adoção, pelos poderes públicos, de uma estratégia de interiorização política , econômica e demográfica (atenuadora do vazio populacional).
3	Seu pensamento geopolítico analisaria não apenas as questões mais urgentes que o Estado brasileiro deveria compreender, mas, além disso, procuraria superá-los por meio de coerente projeto nacional, procurando ambientar os problemas de organização nacional e suas implicações com o jogo interamericano , desigual e preocupante para o Brasil.
4	Vê a necessidade do empenho que o Brasil deveria fazer para neutralizar a influência político-econômica de outros países - como a Argentina à época - sobre os países menores da América do Sul, sobretudo a Bolívia.

Fonte: Travassos (1947) e Freitas (2004). Grifos nossos.

Dentro desse contexto, observa-se a hegemonia do pensamento militar e de suas instituições, como a Escola Superior de Guerra, cujas bases formam a geopolítica brasileira, assim narrada por Miyamoto em artigo publicado em 1981:

Salvo poucas exceções o estudo nesta área tem sido monopolizado por militares, principalmente aqueles ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), bem como por pessoas vinculadas direta ou indiretamente a órgãos que tratam da segurança nacional. Poucos são os outros que se têm aventurado a perscrutar o caminho “tão suspeito” dos estudos da geoestratégia e geopolítica. (*Ibidem*, p. 78.)

A conjuntura política à época tinha em suas bases a geoestratégia, reconhecendo a fundamental importância da geopolítica na formulação da política exterior do Brasil. Destacava-se neste período a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), constituída por um conjunto de elementos que norteavam e fundamentavam sua efetivação, girando em torno de quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. De acordo com Comblin (1980), a segurança nacional era tida como:

A capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais (*idem*, p. 54).

Segundo Costa (2016, p. 201), Silva²⁰ (1981) em sua obra intitulada 'Planejamento Estratégico', apresenta como principais fatores para alcançar a segurança e a geoestratégia nacional a integração e a valorização espaciais, o expansionismo para o interior, a colaboração continental e a contenção, ao longo das linhas fronteiriças de forma a lançar suas bases em direção a uma doutrina de segurança nacional, contribuindo para moldar uma consciência nacional em torno do que chama de objetivos permanentes, ou seja, uma estratégia nacional de longo prazo, para além, portanto, das conjunturas políticas.

O enfoque dado por Silva (1981) para a Amazônia, com reflexo para o atual Estado de Rondônia está presente ao definir claramente as ideias – forças que deveriam orientar a conduta interna e externa do Brasil sob o lócus de uma visão nacionalista, sendo o geopolítico mais influente conseguindo transformar a geopolítica em ações transversais para a Amazônia cabendo chamar a atenção para ações tidas como estratégicas para a ocupação da Amazônia ao considerar que a segurança nacional se realiza por meio do desenvolvimento econômico, os quais alguns dos fundamentos teóricos acerca das redes de circulação, subsidiaram posteriormente a formulação de políticas territoriais, principalmente no espaço amazônico, considerado até então um vazio demográfico.

Com essa reflexão nasceu o projeto das rodovias amazônicas visando interligar essa região, articulando-a ao restante do país em uma rede rodoviária, promovendo a circulação no interior do território e nas fronteiras. Nesse contexto, Golbery do Couto e Silva é considerado o pioneiro ao operacionalizar ideias geopolíticas governamentais que conduziram ao esforço das décadas de 1960-70 para incorporar à economia nacional a Rondônia.

Golbery pretendeu delinear a direção dos esforços institucionais dentro de um projeto de Poder Nacional (Quadro 4) que se potencializa na execução de ações estratégicas integradoras de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe o Estado nacional brasileiro, “da capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta” (SILVA 1967, p. 13). Numa luta em prol de um desenvolvimento que iria garantir a integração e a segurança nacional, invocando a nação a resolver o dilema do bem-

²⁰ Em “Avanços recentes da geopolítica do Brasil”, A Defesa Nacional, 1988, p. 70, Philip L. Kelly diz não haver dúvidas de que Golbery do Couto e Silva foi o primeiro dos principais geopolíticos brasileiros a converter, de forma claramente concebida, as ideias geopolíticas em política governamental.

estar *versus* segurança com base numa política de Segurança Nacional. Ele decompõe diretrizes governamentais em quatro estratégias (política, econômica, psicossocial e militar) que garantiriam a segurança nacional.

Quadro 4 - Temas Geopolíticos de Análise do General Golbery do Couto e Silva.

1	A Escola Geopolítica Brasileira molda-se à nova realidade nacional e internacional surgida no pós-guerra.
2	A concepção das “ fronteiras vivas ” subsidia a formulação de um manual técnico – Planejamento Estratégico lançado em 1955 – propiciador de uma base conceitual imprescindível ao correto desenvolvimento e implantação da planificação estratégica ao mais alto nível das atividades do Estado.
3	Segurança nacional e planejamento da ação governamental é o meio seguro de coordenar vontades e congregar esforços na consecução de elevados propósitos comuns (fortalecimento do potencial nacional, consecução dos objetivos nacionais permanentes e objetivos nacionais ou conjunturais).
4	Esforço de interiorização e vertebração do Brasil como pré-requisito para a assunção pelo Brasil do status de potência emergente do sistema internacional.

Fonte: Silva (1981) e Freitas (2004). Grifos nossos.

De acordo com Freitas (2004, p. 93), a escola brasileira de geopolítica tem na análise de Therezinha de Castro a geoestratégia como pressuposto teórico, ao conceber a região amazônica como um subsistema dentro do subsistema da América do Sul, relacionando a importância da posição do Brasil dentro desse conjunto regional, ao conferir a fundamental importância do mapa fluvial da Amazônia o que favorece o domínio e controle do povo aí estabelecido e maior capacidade de expansão pela sua bacia apesar da oposição dos detentores da nascente²¹.

A contribuição intelectual e literária de Therezinha de Castro (Quadro 5) para a Escola brasileira apresenta como propósito, a materialização da potência emergente, de que falava Golbery do Couto e Silva, a qual deve plasmar o comportamento dos diferentes atores nacionais (FREITAS, 2004, p. 93), e seguindo a análise dos princípios fundamentais da Nova Ordem Internacional, a autora chama a atenção para a unificação de posições por parte da comunidade internacional a

²¹ Sobre a importância geopolítica da posse da foz de um rio, Therezinha de Castro estabelece um paralelismo entre ocorrido com a presença portuguesa e espanhola no Rio da Prata e no Amazonas: “tal determinismo geopolítico se fez presente no caso da Bacia do Prata, onde os portugueses, detentores das nascentes, se viram barrados pelo expansionismo espanhol, detentor da foz; tal premissa fez-se presente em sentido inverso na Amazônia, onde os portugueses, estabelecendo-se em Belém e alcançando Manaus, impuseram um epílogo às conquistas espanholas, barrando, por outro lado as pretensões francesas, inglesas e holandesas, que tiveram que se contentar com a zona das Guianas”.

respeito da Amazônia, em que a pressão mundialmente exercida é baseada na defesa dos grupos indígenas e da proteção dos diversos ecossistemas amazônicos, em que se destaca a causa econômica como fator precípua de toda a reação internacional contra ação nacional em prol do desenvolvimento da Amazônia.

Quadro 5 - Temas Geopolíticos de Análise de Therezinha de Castro.

1	As perspectivas geopolíticas brasileiras só serão válidas se tiverem como pedra angular o Brasil como centro do mundo.
2	Estudo geopolítico e definição de coordenadas geoestratégicas visando ao reforço do papel histórico-político a ser desempenhado pelo Brasil no continente americano e no mundo.
3	A partir da premissa que a região amazônica é entendida como um subsistema dentro do subsistema da América do Sul decorre a importância da posição do Brasil dentro desse conjunto regional resultante de seu mapa fluvial.
4	A aliança entre a visão geopolítica da relação de poderes e a definição de diretrizes geoestratégicas potencialmente aplicadas afigura-se como método operativo e modelo auxiliar dessa ampla estratégia nacional de ocupação, valorização e transformação da zona geopolítica neutra marginalizada – Amazônia – em ecúmeno estatal, tendo sempre subjacente o eterno princípio de “integrar para não entregar”.

Fonte: Castro (1994, 1999) e Freitas (2004). Grifos nossos.

Novos enfoques geopolíticos, particularmente os relativos à globalização e à inserção do Brasil no cenário mundial, formaram a base de novas ações do Estado Brasileiro, para reformulações de políticas, dando ênfase a ciência e tecnologia como fatores cruciais capazes de estabelecer a diferença entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista que a geopolítica demonstra que a segurança e o desenvolvimento de uma nação são interdependentes (BECKER, 2015).

Bertha Becker (Quadro 6) entendia a territorialidade como produto de relações políticas em diversas escalas, desde aquelas induzidas pelo Estado e as grandes corporações até os movimentos de organização e resistência sociais. Outro aspecto marcante de suas reflexões era o estímulo para compreender também a polarização existente entre a perspectiva conservacionista (endógeno) e desenvolvimentista (exógena), que caracterizam os projetos para a região e que refletem interesses econômicos e políticos diversos.

Tamanho é sua relevância para o atual cenário por mostrar que o novo valor estratégico atribuído à natureza amazônica traz à tona a questão que este espaço geográfico não se restringe à Amazônia brasileira, mas sim a extensa Amazônia sul-

americana, indicando que os limites políticos dos países podem ser anulados – de forma que a soberania dos Estados seja preservada - em busca do uso conjunto e complementar dos recursos em prol do desenvolvimento regional da América do sul.

Quadro 6 - Temas Geopolíticos de Análise de Bertha Becker.

1	Linhas de tensão entre, de um lado, os imperativos de defesa da soberania com a ocupação e a integração a todo custo e, de outro, as consequências desse modelo centralizador de aplicação de políticas territoriais.
2	Ciência, Tecnologia e Inovação – Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.
3	Defesa da Amazônia Brasileira e seu Desenvolvimento Sustentável: Possibilidades e Desafios no Século XXI
4	Desafios e Perspectivas da Integração Regional da Amazônia Sul-Americana.

Fonte: Becker (2015a) e Becker (2015b). Grifos nossos.

No que tange à política nacional de defesa, um fato paradoxo é o fato de os países com poder de veto no conselho de segurança da ONU²² serem os maiores fabricantes e exportadores de armas do mundo e, comprovadamente os maiores responsáveis pelas últimas guerras localizadas.

A partir dos princípios fundamentais da nova ordem mundial, decorre à luz dos interesses nacionais do Brasil, a subordinação aos países hegemônicos, no que se refere ao conceito de soberania limitada²³, através da destruição do conceito de Estado nacional soberano, ao considerar a Amazônia ‘patrimônio da humanidade’, e até mesmo, impondo o *apartheide* tecnológico, restringindo o acesso às tecnologias avançadas, sob o pretexto de impedir a disseminação de tecnologias passíveis de

²² Os Estados Unidos responderam por 31% das armas pesadas exportadas entre 2010 e 2014, volume que subiu 23% em relação a 2005-2009. As armas norte-americanas foram para 94 países, recorde entre os exportadores. Os principais destinos foram Coreia do Sul (9%), Emirados Árabes Unidos (8%) e Austrália (8%). A Rússia foi responsável por 27% das exportações de armas pesadas entre 2010 e 2014 e seu volume teve aumento de 37% em relação ao período 2005-20. Suas entregas foram bem mais concentradas do que as norte-americanas: 60% do total foi para apenas 3 países (Índia, China e Algéria). A China mais que dobrou suas exportações de armas pesadas entre 2010 e 2014 em relação a 2005-2009. Com isso, o país aumentou de 3% para 5% sua participação no bolo total e subiu uma posição no ranking. 68% das exportações de armas pesadas chinesas tiveram como destino 3 países: Paquistão (41%), Bangladesh (16%) e Myanmar (12%). Dados de Stockholm International Peace Research Institute.

²³ A destruição do conceito de Estado Nacional e a crescente desvalorização da soberania como objetivo maior de qualquer nação são princípios fundamentais da nova “ordem internacional”. “Ordem” hegemônica que visa estabelecer limites no exercício da independência e autonomia em áreas ditas do interesse da humanidade e enquadram a Amazônia e seus extraordinários recursos, tornando-a hoje o principal foco, de um lado da cobiça estrangeira, e do outro, dos interesses nacionais de desenvolvimento e segurança, com ênfase na soberania, integridade do patrimônio e nos esforços de integração nacional (Silva, Luiz N. da. 1999. Calha Norte – A fronteira do futuro, in Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), Amazônia I, Rio de Janeiro: Tauari, p. 215,1999).

utilização militar, inviabilizando um desenvolvimento científico-tecnológico autônomo (FREITAS, 2004, p. 108).

A ciência do Estado - geopolítica - trata da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos e deve aproveitar todos os ramos da geografia, no planejamento das atividades do Estado para alcançar seus objetivos (PEREIRA, 2007, p. 253). Partindo desse princípio, Meira Mattos, vê o poder nacional como a soma de recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe uma nação, ao passo que a política reflete os caminhos que levam a esses objetivos, tendo em vista o que pretende alcançar ou preservar (MATTOS, 2011a).

Sendo assim, utilizamos a associação da política ao conceito de 'poder', pois a história nos mostra que ambos são inseparáveis, em que Mattos (2011c) sintetiza ao descrever que “a partir da aplicação da política aos espaços geográficos, pode-se concluir que a aplicação de política é poder” (Quadro 7). Assim, a aplicação de políticas na Amazônia, sobretudo com reflexos em Rondônia, como descrito por Mattos (2011b), alterou de forma significativa o espaço territorial, a partir do pensamento geopolítico inaugurado pelo governo militar, dando novos significados a este, destacando a reformulação estratégica para o desenvolvimento amazônico e a reestruturação dos órgãos destinados a sua consecução.

Quadro 7 - Temas Geopolíticos de Análise do General Meira Mattos.

1	Os fatores geopolíticos são vitais para o desenvolvimento e a segurança nacional do Brasil, baseados em uma integração de planejamento político, espaço e posição territorial , recursos naturais, tecnologia, a coesão e vitalidade da população e a criatividade da liderança para resolver os problemas internos e internacionais.
2	A segurança do Brasil está ligada à bacia do Atlântico Sul – uma localização estratégica acentuada primeiro pelo saliente nordestino, projetando-se na direção da África e obrigando a proteção da parte estreita do Atlântico nas rotas para o Norte da África e para a Europa.
3	O pensamento geopolítico emoldura o planejamento do desenvolvimento regional para a Bacia Amazônica , isto é, segundo os conceitos de polos de desenvolvimento fronteiriços, redes de comunicações, desafios demográficos e recursos naturais . Do mesmo modo, a integração da fronteira com a costa e sua autossuficiência reduzem as ameaças insurrecionistas e estrangeiras contra o interior e podem ser conseguidas dentro do quadro de cooperação do Brasil com os países hispano-americanos .
4	Desenvolvimento, poder e segurança são intimamente ligados à conexão entre estados e países.

Fonte: “O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra”. Coletânea de Artigos da Revista da ESG - Geopolítica e destino. Rio de Janeiro, 2007, p. 53-54. Grifos nossos.

Mattos (2011b) via nas ações político-estratégicas, uma forma possível de refutar a teoria da internacionalização da Amazônia, a qual a tornaria um patrimônio da humanidade.

Tal teoria era defendida a partir dos seguintes pressupostos²⁴: em 1850 o Comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington ao defender a navegação internacional do rio Amazonas, considerando que, pelo seu volume de água, deveria ser incorporado ao mesmo status do direito marítimo; ainda, em 1948 havia sido aprovada pela Unesco a criação do Instituto Internacional da Hilea Amazônica, segundo o qual uma autoridade internacional passaria a administrar as pesquisas científicas e o desenvolvimento da região. A partir dos anos 80 do século passado veio crescendo a propaganda e as pressões de interferência da Amazônia. Somando-se às hostes internacionalistas, compostas principalmente de ONGs, o ex-presidente da França, François Mitterrand, declarou, em 1991 que "o Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia".

Os principais propagandistas e ativistas dessa tese são ONGs dos EUA e de alguns países da Europa, presentes e atuantes na Amazônia brasileira através de discurso associado ao ambientalismo, dispondo fartamente de dinheiro e envolvendo a participação de brasileiros, segundo bem assinala Ab-Sáber em entrevista dada a Dario Luís Borelli em Dossiê Amazônia brasileira I:

De repente, alguns pretensiosos defensores da natureza resolveram pressionar o governo central no sentido de se concederem flonas para as ONGs estrangeiras e aluguel para empresas interessadas na exploração de madeiras nobres. O ponto, porém, é que as ONGs estrangeiras não têm capacidade alguma para exercer atividades econômicas ditas auto-sustentadas, muito menos as empresas madeireiras, que têm condições de alugar florestas por trinta ou sessenta anos com vistas à realização de um desenvolvimento sustentável. Paradoxalmente, os que hasteavam a bandeira das matas atlânticas passaram a defender o ideário do aluguel das flonas para especuladores reconhecidos (BORELLI, 2005).

Sobre a faixa de fronteira interessava a Meira Mattos a criação de 'áreas interiores de desenvolvimento transnacionais', com a finalidade de integrar a região e estimular a cooperação econômica entre os países da América do sul, defendendo

²⁴ Cf. MATTOS. A internacionalização da Amazônia. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 Abr. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1304200510.htm>>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

que a integração da Amazônia é pré-requisito para o ‘Brasil potência mundial’, situação dependente do poder político para superar os desafios.

Neste enfoque é de se admitir, portanto, que no caso da faixa de fronteira, a ocupação, a integração e o próprio desenvolvimento constituem os requisitos mais significativos para a segurança da região e desta forma as concepções de Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos Meira Mattos, e outros, continuam ainda influenciando concepções geopolíticas atuais, como as abordadas por Wanderley Messias da Costa, quando deixa claro em Costa (2016, p. 184) que a sua posição é de considerar que tão produtivo quanto examinar o pensamento geopolítico dos autointitulados geopolíticos é procurar identificar os liames estreitos entre geografia e política (Quadro8).

Quadro 8 - Temas Geopolíticos de Análise de Wanderley Messias da Costa.

1	O Brasil no processo de alargamento das suas áreas de influência regional e global, a partir do desafio de combinar cooperação e dissuasão .
2	As assimetrias de poder e de desenvolvimento econômico no interior da América do Sul constituindo a principal causa da sua fragilidade estrutural do sistema regional.
3	Geopolítica e potencial de riscos no atlântico Sul.
4	A reformulação dos documentos de defesa brasileiros e seus impactos no desenvolvimento econômico, social e científico – tecnológico.

Fonte: Costa (2014), Costa (2016) e Costa (2017). Grifos nossos.

Com vistas às projeções de cenários, Castro (1999) diz que uma das definições da geopolítica é a de que se constitui na geografia política com vistas ao futuro. De acordo com Parker (1998), ela deve ser realizada em três estágios. O primeiro deles se dá pelo exame das características próprias dos objetos espaciais primários. Em segundo lugar, vem a avaliação das interações dos objetos espaciais (objetos de análise) e os padrões espaciais produzidos por essas interações. Por último, considera-se o exame do espaço geopolítico como um todo, de modo que seja possível perceber suas características gerais.

Ao interessar-se pelo estudo do espaço que se desenvolve a política na sua plenitude integral, a geopolítica assume-se como um conhecimento simultaneamente integrador (inclui, assim, as múltiplas manifestações geográficas, políticas, sociais, econômicas, culturais e históricas do espaço em análise) e interdisciplinar, embora por essência seja um saber político. Ela analisa o valor e as possibilidades de um

dado espaço – que poderá ser um Estado ou apenas uma região, por exemplo – em função do seu interesse político (MARINI, 1985).

Marini (1985) considera ainda que, o espaço geopolítico corresponde, assim à área geográfica em que atuam simultaneamente os fatores geográficos (responsáveis por proporcionar informação básica do estudo do espaço) e políticos (relacionados com uma interpretação política obtida a partir dos fatores geográficos) que tornam uma situação geopolítica passível de estudo ou resolução.

Neste contexto, será igualmente conveniente distinguir a geografia política da geopolítica. Vemos na sintetização apresentada por Correia (2004) que a geografia política ocupa-se do estudo da influência do meio geográfico “na formação das entidades políticas” e a geopolítica, no seu sentido clássico, preocupa-se em estudar essa mesma influência “como justificação ou em proveito do poder, do domínio de um Estado sobre outros, da hegemonia de uma entidade política num determinado espaço”.

CAPÍTULO 2 – Compreensões a partir dos documentos de Defesa Nacional.

2.1. Atualização das definições de defesa.

Este tópico trás uma leitura geopolítica, principalmente, de documentos nacionais, assim como documentos de outros países, e para entender a necessidade da importância que os principais documentos de Defesa Nacional possuem para a configuração geopolítica no que tange a uma proposta de definição e readequação dos Programas de Defesa e Segurança Nacional, com vistas à efetivação de ações governamentais, em termos de implementação de recursos materiais e humanos para a região amazônica, em especial para a faixa de fronteira, é necessário analisar o desencadeamento histórico do cenário político, como impulsionador do poder militar no campo da defesa e segurança neste recorte espacial, delimitado pelo estado de Rondônia.

De forma mais intensa, foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, sobretudo, durante os Governos militares (1964-1985), ao passo que, Mello (2011, p.119) vê que a globalização fez da região o local para experimento das ideias de sustentabilidade, ora apresentando condições favoráveis, ora adversas para a construção de novos modelos de desenvolvimento.

Sob a intenção de legitimação do Estado na região, a partir da instauração da DSN no Brasil, e como esta se enraizou no processo de desenvolvimento social e político da sociedade brasileira, esta doutrina se baseou na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida, como salientou Silva (1981, p. 22), em Planejamento Estratégico, ao dizer, “limitemo-nos, pois, ao âmbito mais restrito da política de segurança nacional, aquela já tantas vezes definida como visando a salvaguardar a consecução dos objetivos vitais permanentes da Nação, contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos”.

Já nesse contexto, dois processos são fundamentais para a compreensão do pensamento estratégico-militar brasileiro contemporâneo: a nulidade das rivalidades entre o Brasil e os demais países da América do sul e a crescente importância atribuída à Amazônia.

Outro fator de extrema importância foi a apropriação do debate da geopolítica, uma vez que esta instrui os chefes de Estados acerca das relações entre países e

mesmo as relações internas dentro de cada nacionalidade de forma política, além de contribuir de maneira decisiva para a elaboração de estratégias de defesa junto ao corpo militar de cada Estado. No processo de constituição de uma geopolítica na América do Sul, o Brasil terá papel de destaque, uma vez que, de acordo com Joseph Comblin (1980, p. 27), são traçados três objetivos para a geopolítica brasileira: “ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial”, sendo este último objetivo incorporado, principalmente, a partir do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Atualmente, a importância dada aos seguintes documentos: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), refere-se aos aspectos balizadores e concernentes a estrutura de Defesa e Segurança Nacional e estabelecem os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais. Ainda, a PND ao fixar os objetivos da Defesa Nacional e orientar o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, traça metas, mediante a END, que por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política (BRASIL, 2012a), ao passo que o LBDN é a publicação oficial de defesa do Estado, quando define para quais objetivos militares as estruturas de defesa deverão estar orientadas.

Parte dos princípios fundamentais desses documentos foram resultados dos novos sentidos dado a Amazônia, decorrentes de alterações no cenário político, econômico e social nacional aliado aos objetivos estratégicos direcionados com vistas sua projeção no cenário internacional. Embora durante a década de 60, momento que a política de governo para a região era direcionada para uma colonização dirigida com a finalidade de integrar a região com base na ocupação de terras, as ações do Estado relacionadas à defesa nacional e a segurança territorial não estavam em primeiro plano, mesmo porque a região não era considerada objeto passível de ameaça externa, pois a delimitação de suas fronteiras já estava consolidada, e inexistiam as questões relacionadas às novas ameaças.

Tais interesses com vistas aos objetivos nacionais à época são considerados recentes, pois meio século é pouco ao considerar as motivações relacionadas a ameaça à soberania nacional decorrentes da formação histórica social deste recorte territorial. Até que se chegasse ao que atualmente representa a Amazônia, em

especial o recorte representado pela faixa de fronteira de Rondônia, nota-se que a intenção dos governantes políticos, no que tange ao incremento de ações com vistas à garantia da proteção e segurança territorial, intensificou, sobretudo, a partir do ano de 2010, momento em que teve maior incidência de operações na faixa de fronteira, criaram-se planos e programas voltados para a faixa de fronteira e, principalmente, maior efetivação da PND, destacando a Amazônia e sua faixa de fronteira.

Acerca do LBDN, no sentido da afirmação e divulgação dos fundamentos e parâmetros da defesa, em termos comparativos, eis alguns princípios abordados pelo livro branco alemão: 1) necessidade das forças armadas terem elasticidade para emprego em amplo espectro; 2) preparação para ações preventivas, ou seja, ação militar antes do início da possível crise; 3) necessidade de cooperação militar entre as nações para combater e prevenir as novas ameaças²⁵, tais como, terrorismo e crime organizado, os quais também constam nos documentos de França, Inglaterra, Polônia e nos dos demais membros.

Os documentos de defesa dos países da OTAN, em geral, destacam a necessidade de reformas, para que as Forças Armadas reúnam condições de responder às novas ameaças. Além disso, convocam a cooperação de outros Estados para a luta ou prevenção, principalmente, contra o terror.

No entanto, outros países como: Mongólia, Vietnã, Peru, Equador, Honduras, Paraguai e Índia também relacionam tarefas menos tradicionais, ligadas ao desenvolvimento social e econômico, para emprego de Forças Armadas, com fim de assegurar a estabilidade social e econômica e prevenir o surgimento de crises internas.

Vale destacar a percepção, também ressaltada, acerca da temática deste trabalho concernente ao sentido de defesa e segurança para o Estado plurinacional da Bolívia. Para o Governo Boliviano, o conceito de Defesa disposto também em seu respectivo *Libro Blanco de la Defensa Nacional* (BOLIVIA, 2004, p. 35) é “a reunião e ação de todas as forças materiais que uma nação pode opor às ameaças de adversários internos e externos”. Já o conceito de segurança é dividido pelo Estado boliviano em dois níveis: interno e externo. Sobre o primeiro, o Governo versa que “está ligado estritamente às ameaças que podem servir de obstáculo ao desenvolvimento e à segurança interna, entre as quais se encontram a corrupção,

²⁵ Fenômenos ou ameaças de caráter não militar que desafiam ou criam problemas para a segurança dos Estados” (ISHIDA, 2007, p. 2).

delinquência, instabilidade política, tráfico de armas, narcotráfico, terrorismo etc.” (BOLÍVIA, 2004, p. 20). No nível externo, a segurança é definida como sendo relativa à “independência nacional, integridade territorial e soberania nacional” (BOLÍVIA, 2004, p. 21).

Nota-se que as referências que o Livro Branco de Defesa Nacional da Bolívia faz para ambos os conceitos dizem respeito às ameaças que muito se assemelham ao Brasil ou que podem ter conexão dentro do território brasileiro.

Ao afirmar sua incondicional soberania sobre a Amazônia, o LBDN apresenta em seu texto a Amazônia como um dos focos de maior interesse da defesa, destacando a faixa de fronteira, conforme seu texto:

Ressalta-se o conceito de ‘faixa de fronteira’ adotado pelo Brasil, consolidado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei. Embora este conceito esteja preliminarmente ligado à Defesa Nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais. (BRASIL, 2012b.)

No que diz respeito à vontade política, fica caracterizado neste documento, a importância de efetivar ações como a vigilância e a proteção do território brasileiro, articulando adequadamente a Força Terrestre, com especial ênfase na Amazônia, mais precisamente na fiscalização e controle da faixa de fronteira, no que tange às atividades ligadas aos crimes transnacionais fronteiriços.

No contexto da proteção dos recursos naturais, ao identificar ameaças relacionadas ao que consideramos como ativos estratégicos – grande biodiversidade, fontes de água doce e de energia, vastas reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo – a PND dá importante passo na redefinição do que existe em termos de ameaça no atual cenário geopolítico.

A soberania nacional tem o meio ambiente como uma das riquezas que compõem o patrimônio nacional, e é decorrente da relação entre meio ambiente e defesa nacional que as questões ambientais assumiram extrema relevância para as relações internacionais nas últimas décadas.

A proteção ambiental e o legado secular de preservação, embora menos conhecidos, inserem-se também no rol de atividades das FFAA, as quais agora se

encontram mais evidenciadas na PND, pois segundo a sua edição mais atual, são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. A atuação conjunta das Forças Armadas em defesa do meio ambiente pode ser ilustrada pela relevância das operações Ágata, na fronteira do Brasil, entre 2011 e 2016 em ações conjuntas com o IBAMA e o ICMBio.

Com vistas à defesa em seu sentido *stricto sensu*, o LBDN vê a necessidade que as Forças Armadas têm de ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País. Esta articulação visa atender um dos pressupostos da soberania nacional, a projeção do poder nacional, processo pelo qual uma nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por meio de manifestação produzida com recursos de todas as expressões do poder nacional (BRASIL, 2012b).

Muito embora, tais intenções encontram barreira para sua efetividade, pois ao mesmo tempo em que seu texto apresenta que “o adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” outro parágrafo afirma que “o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais, onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico”, assim, nota-se que o fato de vários objetivos serem priorizados, pode resultar na ineficiência de atender todas as demandas previstas na PND, assim como as mais estratégicas.

Nesse sentido, o imperativo de mobilidade ganha importância estratégica decisiva, dada a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo, a partir da compreensão dos aspectos geográficos do território nacional, que faz do esforço de presença, sobretudo, ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas que possuem limitações intrínsecas, reforçando a ideia de que a mobilidade estratégica deve ser a ferramenta prioritária para efetivar ações com vistas a PND.

Para a concretização deste aspecto, são apontadas 23 Diretrizes a fim de que a Estratégia seja bem-sucedida em sua empreitada. Desses 23 eixos, destacam-se sete que dizem respeito, direta ou indiretamente, à questão das fronteiras amazônicas, a saber:

1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres [...]. 3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras. Este desenvolvimento dar-se-á a partir da utilização de tecnologia [...] nacional. 4. Desenvolver [...] a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica.[...]. 8. Reposicionar os efetivos das três Forças. As principais unidades do Exército, [...] Marinha [...], Força Aérea estão quase todas localizadas em [...] São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul.[...]. 9. Adensar a presença de unidades [...] nas fronteiras. Nas fronteiras [...], as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea têm [...] tarefas de vigilância [...]. 10. Priorizar a região amazônica. A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. 11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica. [...] (BRASIL, 2012a).

Com intuito de sintetizar algumas iniciativas do Estado no que se refere à finalidade da manutenção da soberania na região, dentro dos objetivos estratégicos, desde o Brasil colônia até os dias atuais, abaixo (Quadro 9), apresentamos de forma objetiva as principais ações que puderam influir no estado de Rondônia, sobretudo, na faixa de fronteira, diretamente ou indiretamente ligadas ao controle, monitoramento e manutenção da soberania sobre o território.

Quadro 9 – Iniciativas políticas com reflexo na faixa de fronteira.

Ano	Ação	Finalidade
1728	Fundação da Vila de Santo Antônio do Alto Rio da Madeira.	Proteger a rota do ouro entre o Grão-Pará e o Mato Grosso.
1748	Criação da Capitania de Mato Grosso.	Assegurar a posse territorial para metrópole portuguesa.
1754	Implantação do Destacamento Santa Rosa.	
1760	Implantação do Forte Nossa Senhora da Conceição.	
1776	Implantação do Forte Príncipe da Beira.	
1912	Construção da Estrada de ferro Madeira-Mamoré	Integração territorial.
1932	Implantação do Contingente Especial de Fronteira Forte Príncipe da Beira.	Assegurar a soberania e a defesa nacional brasileira.
1932	Implantação do Contingente Especial de Fronteira de Guajará-Mirim.	
1933	Implantação do Contingente Especial de Fronteira de Porto Velho.	
1915	Construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon (até Santo Antônio do Madeira, atual cidade de Porto Velho).	Integração territorial.
1943	Criação do Território Federal do Guaporé.	
1956	Implantação do território Federal de Rondônia.	
1965	Criação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.	Cooperar na integração e no desenvolvimento de Rondônia.
1969	Criação do Comando de Fronteira Acre/Rondônia.	Assegurar a soberania e a defesa nacional brasileira.
1970	Programa de Integração Nacional (PIN).	Implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte.
1976	Criação do 3º Grupamento Especial de Fronteira em Porto Velho.	Assegurar a soberania e a defesa nacional brasileira.
1976	Criação do 6º Batalhão Especial de Fronteira em Guajará-Mirim.	
1980	Implantação do Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.	
1981	Implantação do estado de Rondônia.	Integração territorial.
1986	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)	Cooperar na integração e no desenvolvimento de Rondônia
2003*	Programa Calha Norte.	Contribuir para a defesa nacional.

Obs.: *Apesar de o Programa Calha Norte ter sido instituído a partir de 1985, somente a partir de 2003 a sua área de abrangência é ampliada ao estado de Rondônia.

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado de Becker (2015a), Becker (2015b), Barroso (2015) e Brigada Príncipe da Beira. Disponível em <http://www.17bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97&Itemid=315>.

A evolução dos acontecimentos referentes às ações da administração federal, com ênfase nesse espaço reflete o significado da importância atribuída pelo Estado, ao ponto de inferir que a evolução histórica resultou o surgimento de novas demandas e, conseqüentemente a tentativa de pronta resposta do Estado. Observa-

se, de forma crescente que a demanda de fiscalização e controle deste espaço não mais vazio, se torna imprescindível, resultando no fato de que a presença de Instituições que detém o monopólio da força é necessária e fundamental para que atinja os objetivos estratégicos nacionais, os quais estão descritos na PND e no LBDN. Para maior exemplificação Reis Friede diz que:

São, portanto, objetivos nacionais a cristalização de necessidades, interesses e aspirações que, em determinada fase da evolução histórico-cultural, toda nação busca satisfazer. A democracia, a integração nacional, a integridade do patrimônio nacional, a paz social, o progresso e a soberania são chamados Objetivos Fundamentais ou Objetivos Nacionais Permanentes que representam os mais elevados interesses da nação e a preservação da sua identidade por longo tempo e, como tal tornam-se verdadeiras referências norteadoras de sua política. Como a consecução dos objetivos fundamentais está condicionada às múltiplas servidões da vida de uma nação, ou da política entre nações, surgem objetivos intermediários, forçando o Estado a fixar etapas impostas pelo ambiente nacional e internacional; tais metas intermediárias constituem os Objetivos de Estado e os Objetivos de Governo (FRIEDE, 2015, p. 462)

A estratégia reflexiva antirreducionista e antideterminista sobre a fronteira é parte da reflexão sobre o papel do espaço e sua estreita relação com o Estado na atualidade (BECKER, 1988), em que pese a utilização de mecanismos que torna a faixa de fronteira um espaço relegado a segundo plano. No entanto, observam-se grandes esforços políticos para que atenção maior seja dada, a partir de uma nova redefinição acerca dos novos significados geopolíticos dados a faixa de fronteira, potencializada neste caso pelo fato de ser este espaço do Estado de Rondônia uma região propícia para ocorrência de ilícitos transfronteiriços, um local que necessita de um plano de desenvolvimento e integração, onde segundo a PND, será abarcado por medidas para atingir tal finalidade por meio da ampliação da abrangência e da profundidade das ações sob a responsabilidade das Forças Armadas na fronteira terrestre.

Esta redefinição mostra que a fronteira oeste deixa de ser um espaço de políticas de colonização e migração, porém continua sendo o espaço de projeção para o futuro, de expectativa, potencialmente geradora de vias alternativas de desenvolvimento, a partir da inserção do País no sistema capitalista global

(BECKER, 2015a), e por outro lado, área suscetível de incidências de crimes com grande repercussão.

No tocante às iniciativas de políticas desta natureza, que vão à direção de atender as demandas ou ao menos amenizar a incidência dos problemas recorrentes na faixa de fronteira, o Exército brasileiro, representado pela 17^a Brigada de Infantaria de Selva possui as prerrogativas necessárias a fim de exercer papel fundamental seja no exercício de suas atribuições subsidiárias, seja em prol da manutenção da segurança nacional, ou do objetivo de defender a nação de possíveis ameaças assegurando a soberania nacional na região. Os dois últimos constituem sua missão principal, e logo, atividade fim, porém os diversos tipos de emprego denotam, sob o prisma da territorialidade, a qual é fortemente ligada à identidade nacional, na expressão comumente utilizada: 'a região onde o Exército brasileiro é mais verde-oliva, é a região amazônica'.

2.2. A dimensão geopolítica e estratégica da Política Nacional de Defesa.

A Constituição Federal de 1988 proporcionou a criação de meios para se elevar o tema da defesa nacional à condição de relevante e legítima política pública, posto que, a partir de então, não apenas as atribuições dos agentes públicos responsáveis por sua condução passaram a estar claramente delineadas, mas se passou a assegurar a participação democrática nas várias instâncias de sua formulação e aplicação.

Contudo, ainda seriam necessárias mais duas décadas para a concretização de todas as etapas deste longo processo, que finalmente culminou na publicação da Política Nacional de Defesa (PND), em 2005, e na Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, as quais estabeleceram os princípios que norteiam a ação militar do Brasil e as iniciativas a serem implementadas para a consecução dos objetivos do país no campo da defesa e segurança internacional.

A PDN aponta que, no passado, a segurança era vista somente pelo ângulo da confrontação entre Estados, ou seja, pela necessidade básica de defesa externa. À medida que as sociedades se desenvolveram, novas exigências foram agregadas. Exigências que atestam a necessidade do emprego eficaz do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

A importância estratégica da Amazônia é um fato incontestável, não somente pelo Ministério da Defesa, mas como para o alto escalão do governo federal. A importância estratégica que é apresentada vê a Amazônia como um fator que implica diretamente no atual equilíbrio mundial de poderes, sendo este um fator geopolítico vital para o desenvolvimento e a segurança nacional, que para tanto, salienta-se a vontade de domínio territorial sobre a Amazônia, o que deve ser conseguido pelos meios de defesa e pelo desenvolvimento do território amazônico.

A conformidade dos objetivos destas iniciativas e implementações com o principal aspecto norteador da PND, ao estabelecer diretrizes para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2012a), reflete a direção que o Estado caminha na busca de soluções para o atual cenário geopolítico que se constrói.

A proposta dada evidencia a subordinação das Forças Armadas ao poder político constitucional como pressuposto do regime republicano o que de certa forma propicia a integração de outras áreas e setores do governo neste complexo processo, o que diante da complexidade geopolítica, traz a importância para que o poder político se aprofunde no processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, estendendo-se, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.

A dinâmica geopolítica e estratégica da PND tem as Forças Armadas, em particular o EB, como ferramenta importante para alcançar o efeito desejável – a dissuasão – a partir da estratégia da presença na região, objeto de análise, em face dos obstáculos à mobilidade e à concentração de forças. Dissuasão que será efetivada a partir da ‘mobilidade estratégica’, conceituada como ‘capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão’.

Em nível estratégico os fundamentos do planejamento estratégico-militar são encontrados na legislação e nos documentos de mais alto nível do País, como a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e as Leis Complementares que tratam da organização, do preparo e do emprego das Forças Armadas. Nesse sentido decorre que para o atendimento eficaz das hipóteses de emprego, as Forças Armadas, deverão ser atendidas, no tocante à quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das hipóteses de emprego, de maneira a possibilitar o aumento da presença militar nas áreas estratégicas da região amazônica.

A PND apresenta diversas ações estratégicas, que dentre as quais destacamos três objetivos a serem alcançados por elas, a segurança nacional, a estabilidade regional e a inserção internacional. Em conformidade com os objetivos deste trabalho, a primeira dimensão estratégica abarca a questão da segurança nacional, propondo ações no sentido de contribuir para o incremento do nível de segurança nacional.

Baseado em Ratzel (1983) e segundo Costa (2016) o território está inexoravelmente ligado ao corpo social que o habita e constitui-se na base de todo o incremento econômico e social de uma dada sociedade que através do seu respectivo Estado estabelece mecanismos de proteção e domínio para esse território. Sobre este tema, na década de 80, com vistas ao revigoreamento da doutrina de segurança nacional, abolida pós-governo militar, mas tendo de permanecer em vigor na fronteira, imberbe e insegura, o Estado, criava o Programa Calha Norte (PCN).

Este Programa começou a ser concebido em 1985, no momento de abertura democrática e de transição do papel das Forças Armadas na política nacional. Novas questões eram apresentadas naquele momento como problemáticas para a administração da fronteira norte, entre elas a proteção das comunidades indígenas, a garimpagem de metais preciosos e o tráfico de drogas (MATTOS, 2011c), principalmente na faixa de fronteira norte, com o conflito entre garimpeiros e indígenas. Abaixo (Quadro 10) fica ainda mais clara a magnitude do projeto:

Quadro 10 – Evolução da Área de abrangência do Programa Calha Norte.

1985 - 2003	2003 - 2005	Atualmente
4 estados – AM, PA, AP e RR	6 estados – AC, AP, AM, PA, RO e RR	6 estados – AC, AP, AM, PA, RO e RO
74 municípios – AM (33) / PA (10) / AP (16) / RR (15)	154 municípios – AC (22) / AP (16) AM (45) / PA (26) / RO (27) / RR (15)	379 municípios – AC (22) / AP (16) AM (62) / MT(141) / MS(44) / PA (27) / RO (52) / RR (15)
7.413 km de fronteira – Peru / Colômbia / Venezuela / Guiana / Suriname / França	13.938 km de fronteira – Bolívia / Peru / Colômbia / Venezuela / Guiana / Suriname / França	13.938 km de fronteira – Bolívia / Peru / Colômbia / Venezuela / Guiana / Suriname / França
Área total: 1.500.000 km ² 18% do território nacional	Área total: 2.186.252 km ² 25% do território nacional	Área total: 3.123.986 km ² 44,8% do território nacional

Fonte: Informações cedidas pelo Departamento do Programa Calha Norte.

O Programa Calha Norte, subordinado ao Ministério da Defesa possui como fim maior, aumentar a presença do poder público na região abrangida pelo programa, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na Região. São duas dimensões de atuação do PCN: a 'vertente militar', que corresponde à 'Manutenção da Soberania e Integridade Territorial', e a 'vertente civil', que corresponde ao 'Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional' (BRASIL, 2007, p. 8), em sua vertente militar, busca por meio de ações próprias das Forças Armadas e dos órgãos de segurança, a segurança na faixa de fronteira, conforme determinação constitucional, com vistas a contribuir para o desenvolvimento ao cooperar efetivamente com ações decorrentes da missão atribuída às Forças Armadas pela Constituição Federal.

Cabe destacar o empreendimento de uma 'nova colonização' resultante de um dos propósitos do Projeto, no sentido que caberia ao Exército a instalação de Pelotões Especiais de Fronteira em pontos críticos e a melhoria dos já existentes, remetendo à tentativa de vivificação da faixa de fronteira, fato que não alterou o cenário existente até os dias atuais na faixa de fronteira de Rondônia, tendo em vista que o único PEF estabelecido lá, data do início da década de 30.

Embora o PCN atualmente alcance 379 municípios em oito Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira) Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 167 são ao longo dos 13.938 Km da faixa de fronteira, somente passou a abranger o estado de Rondônia a partir de dezembro de 2003, concomitantemente à reestruturação e ao aumento das verbas direcionadas ao programa, atuando, sobretudo, na implementação de importantes obras de apoio e fortalecimento da infraestrutura regional, concluindo-se desta forma que a soberania e o desenvolvimento ordenado estão associados à maior presença do Estado.

Nesse sentido, cabe destacar, ainda, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), criado em 2002 como ferramenta para atingir o que se busca em termos de segurança, ao gerar conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal, através do uso de sua infraestrutura tecnológica como aporte para tomada de decisões, possibilitando um trabalho integrado com os mais diversos órgãos (defesas civis, Ibama, Polícia Federal, ICMBio, Forças Armadas, Agência Nacional de Águas, Ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, da

Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de universidades, secretarias municipais e estaduais de meio ambiente na Amazônia Legal.

O CENSIPAM visa apoiar, ainda, nas operações de combate ao desmatamento, mineração ilegal, entre outras, gerando informações e conhecimentos a partir de levantamentos, processamento e análise de dados com uso de tecnologia de geoinformação, como é o caso das operações que ocorrem anualmente, e esporadicamente, no Estado de Rondônia.

Concernente às ações dissuasórias do Estado, Becker (2001) considera que o projeto SIPAM/SIVAM – proteção e vigilância da Amazônia – é um gigantesco projeto de governo brasileiro para o controle da Amazônia, baseado em tecnologia moderna, sob o qual jaz uma estratégia contra a intervenção territorial externa, em nome da droga e do meio ambiente.

A importância do CENSIPAM está no fato de exercer a integração dos órgãos governamentais e promover o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia, sobretudo, nas diversas operações subsidiárias das Forças Armadas na faixa de fronteira, enfatizando, segundo Mattos (2011c), o aspecto de presença institucional na fronteira amazônica, concebida como a ação direta dos agentes do governo central, em particular das Forças Armadas.

Como forma de política de Estado, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, cujo propósito consiste em fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, interligada a sistemas de comando e controle, que por sua vez, estarão interligados às unidades operacionais com capacidade de dar resposta, em tempo real aos problemas detectados, potencializando assim, a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área.

Esse sistema, sobretudo, com fins de sensoriamento remoto e de apoio à decisão e em apoio ao emprego operacional das Forças armadas, foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que orienta a organização das FFAA sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, como pré-requisito para alcançar a soberania nacional.

O SISFRON, que além de visar fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira terrestre tem como finalidade, incrementar a capacidade do Exército de

monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzindo informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões e permitindo dispor de atuadores com capacidade de responder prontamente às ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações singulares, conjuntas ou interagências, sendo necessário para isso entender que, radares por si só não servem para muita coisa. Entretanto, é necessário que o sistema deva estar operante e à disposição permanente, também, das forças policiais, que por sua vez, também, precisam de investimento para amplas condições de atuar.

O SISFRON foi incluído na PND, no objetivo nº 0428: 'Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para a ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais para maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional'.

Muito além de uma ação militar, o SISFRON pode ser considerado como política de Estado, claramente de natureza de interagências governamentais e multidisciplinar. Uma obra de grande porte, e como tal, complexa, para ser implementada pelo Exército Brasileiro ao longo de 10 anos, abrangendo quase 17 mil km de fronteiras terrestres com 11 países, agravado principalmente pelo investimento aquém do necessário. Sua implantação que começou em 2013 e abrange atualmente uma faixa de 650 quilômetros em Mato Grosso do Sul, vizinho do Paraguai e da Bolívia, equivalente a somente 4% dos 16.686 quilômetros de fronteiras do país. Inicialmente, sua previsão era que o sistema funcionasse em toda a linha fronteira brasileira a partir de 2022, mas atualmente a estimativa é que isto aconteça daqui a 17 anos, em 2035, a depender, da "manutenção do fluxo orçamentário", segundo o Ministério da Defesa.

A estabilidade regional, considerada como ação estratégica segundo a PND, estabelece relação com as diversificadas ações que ocorrem nas fronteiras. Por ser um desafio de todos os países e muito mais de um país com as dimensões como o Brasil, a preocupação com a segurança na faixa de fronteira responde, sem dúvidas, aos interesses da segurança do Estado ao passo que a manutenção da estabilidade regional resulta em parte da cooperação nas áreas de fronteira do País.

Pela mobilidade e quantidade de efetivo, o EB poderia contribuir de maneira constante na linha fronteira, pois há o embasamento jurídico para atuar. Mas não o

fazem justamente, porque uma mobilização do efetivo do Exército requer grande quantidade de recursos.

Sobre o SISFRON, a atual avaliação não é das melhores. Tanto o cenário regional, como o nacional, nos permite afirmar que as soluções não podem ser para daqui a 10 anos e sim as respostas devem ser dadas o quanto antes, e a projeção futura não é das melhores, levando-se, ainda, em consideração que atualmente não há perspectiva da efetivação do sistema na faixa de fronteira de Rondônia.

Procuramos, ainda, criar um nexos entre as propostas da Integração da Infraestrutura Regional sul-americana (IIRSA) e a Política Nacional de Defesa, identificando o quanto o desenvolvimento está atrelado à defesa, tendo em vista que ao mesmo tempo em que o projeto de integração da América do Sul deve ser concebido como um grande plano de desenvolvimento para o continente, cria-se caminhos para a integração na área da segurança e da defesa propondo soluções aos inúmeros problemas afetos a esta área, importando analisar os principais desafios enfrentados pela América do Sul na contemporaneidade em vista de aprofundar a compreensão sobre o papel da integração da infraestrutura, para a defesa, bem como da segurança regional e ressaltar que a América do Sul apresenta tanto desafios relacionados à estabilidade e segurança internas (PAGLIARI, 2009) quanto à necessidade de assegurar a soberania sobre os seus recursos naturais (OLIVEIRA, 2012).

Diante disso, a concepção de integração presente nos termos da PND objetiva a construção democrática de um conceito estratégico nacional que crie condições para a integração sul-americana e a construção de meios de dissuasão para ameaças potenciais, endógenas ou exógenas ao nosso subcontinente. Tal conceito cria canais importantes entre defesa, diplomacia, política externa e desenvolvimento econômico, que precisam ser explorados, mantidos e ampliados.

Os relatórios (SILVEIRA 2003, IIRSA, 2003, 2004, 2009), mencionam seis princípios orientadores da iniciativa: Regionalismo Aberto, Eixos de Integração e Desenvolvimento; Sustentabilidade Econômica, Social, Ambiental e Político-Institucional; Aumento do Valor Agregado da Produção; Tecnologias da Informação e Coordenação Público-Privada. Porém, o mais importante é destacar os que estão relacionados diretamente a Política Nacional de Defesa dentro da iniciativa, e que de uma maneira ou outra acabam por incluir os demais conceitos, que são afetos à Defesa e segurança nacional.

Essa nova política de integração e desenvolvimento, está baseada em uma nova concepção de política regional. Deixando de lado os aspectos puramente físicos, esta nova política centra suas ações em espaços locacionais onde os fluxos de bens e serviços entre as regiões produtoras e seus mercados são bastante expressivos, bem como onde as vocações e as potencialidades regionais estão latentes. A ideia aqui é trabalhar sempre com a visão holística da economia. O território nacional foi trabalhado como um espaço geoeconômico aberto, rompendo-se, assim, com a visão tradicional de país fragmentado, segundo suas fronteiras geopolíticas formais, com macrorregiões e estados. Portanto, a ideia do “eixo” é baseada na existência dos fluxos reais de bens e serviços entre determinados espaços geográficos, bem como na existência das demandas dos cidadãos no ambiente em que vivem. Os “eixos” representam espaços territoriais delimitados, mas sem a conotação de regiões físicas homogêneas. O principal, aqui, é a dinâmica socioeconômica e ambiental que caracteriza tal espaço territorial (VIANNA *et al*, 2006, p. 5-6).

No que tange à estabilidade interna, questões como narcotráfico e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e atores militares não estatais explicitam a necessidade de concertação entre os Estados sul-americanos (PAGLIARI, 2009). Para garantir maior autonomia sul-americana sobre a resolução dos desafios, Oliveira (2012) aponta que a infraestrutura exerce um papel vital para integrar espaços de instabilidade aos centros dinâmicos da região, no intuito de maior controle fronteiriço.

Tendo em vista, que há uma crescente escassez mundial de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos, esse panorama regional implica maior visibilidade mundial e possíveis desafios para a manutenção da soberania sobre recursos estratégicos. Klare (2008) assinala que países muito dependentes de tais insumos para o desenvolvimento de suas economias iniciam uma corrida competitiva pelos mesmos, buscando acesso e controle de novas reservas.

A atual PND tem uma base geopolítica sólida na medida em que delimita um entorno estratégico, importante para o planejamento do emprego de Forças armadas e avança em termo de concepção estratégica, uma vez que reconhece áreas sensíveis do poder nacional a ser desenvolvidas. A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa constituem-se em marcos significativos para a orientação do planejamento estratégico das Forças armadas, em particular, o Exército Brasileiro, retratando desta forma, no cenário geopolítico e os novos

significados dados às fronteiras em termos de segurança e defesa, proporcionando a inserção internacional do Brasil como protagonista regional.

2.3. Defesa Nacional *versus* segurança nacional: efeitos da vulnerabilidade das fronteiras.

Através dessa breve introdução sobre a proposta da Estratégia Nacional de Defesa, cabe explicitar os conceitos centrais em que a iniciativa se embasa. Porém, antes, devemos estabelecer um ponto de partida. No aspecto exógeno é recorrente a percepção que tudo o que acontece na fronteira, reflete em todo o território nacional, a potencialidade dos diversos crimes que têm incidência, no primeiro momento na linha de fronteira, pode repercutir, por exemplo, em grandes centros urbanos, como é o caso do ponto final do fluxo logístico de armas e drogas ao chegar nas diversas capitais, para os diversos fins a que se destinam.

A repercussão da falta de ações protetivas e repressivas na fronteira resultam em crimes conexos, intitula o Brasil como rota de escoamento e consumo de drogas, assim como é fator diretamente responsável pelo aumento dos índices de violência como atestam dados estatísticos.

Com mais de 50 mil assassinatos por ano, o Brasil é um dos países mais violentos do planeta. Ademais, a violência letal no país apresentou um preocupante aumento ao longo das últimas décadas: em 1996, a taxa de homicídios nacional foi de 24,8 por 100.000 habitantes e em 2011 atingiu a marca dos 27,1 por 100.000. O país também tem algumas das cidades mais violentas do mundo, destaque feito a alguns centros urbanos no nordeste que figuram regularmente em rankings internacionais de violência (Waiselfiz 2013). Atualmente, cerca de uma em cada dez vítimas de violência letal no mundo residem no Brasil. Há uma série de fatores que contribuem para a espiral de violência no país, incluindo a criminalidade associada ao comércio de drogas ilícitas, as práticas repressivas em detrimento das ações preventivas e de investigação, as altas taxas de impunidade e as desigualdades econômicas e sociais estruturais (MUGAH; RAMOS, 2014).

Nesse sentido é pertinente distinguir no campo semântico os termos segurança e defesa, dois termos fundamentais para esta análise. Basicamente, segurança é a condição psicológica e material em que o elemento humano se

percebe plenamente capaz de proteger a sua integridade mental e física (incluindo sua propriedade) no presente e no futuro²⁶.

Tal termo possui sentido amplo e deve-se levar em consideração que os conceitos de segurança podem variar entre diferentes níveis de abrangência, sendo mais ou menos específicos, ao passo que seu conceito ampliou-se de forma gradual, abrangendo também os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros.

Nesse sentido, preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, inclusive, a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde e industrial.

Ainda, neste sentido o enfoque tradicional sobre o conceito de segurança sofreu mudanças nas últimas décadas, passando por um processo de revisão na agenda de vários Estados e Organizações Intergovernamentais de alcance global ou regional, visto que as ameaças ao aparato estatal passaram a ser compreendidas como de múltiplas naturezas, abarcando questões econômicas, sociais e ambientais, entre outras.

O conceito de defesa dentro do campo geopolítico é fator de grandeza na relação entre os Estados, pois ela envolve a aplicação de diversas modalidades do uso da força ou ações dissuasórias para fazer frente às ameaças ou agressões, a partir da atuação direta das Forças Armadas, atuação integrada com outros aparelhos organizativos do Estado, operações diversas com expedientes preventivos e/ou repressivos.

Conforme a PND, defesa nacional refere-se ao conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (SILVA, 2007, p. 17).

O que ambos os conceitos têm em comum é o fato de carregarem consigo certo grau de subjetividade, além de dependerem da percepção das condições externas que os definem. Por isso, optou-se, nesta pesquisa, por abordar defesa, segurança e fronteira em perspectiva integrada e sob a perspectiva interdisciplinar, mediante o emprego de conceitos consagrados na ciência política, em que se

²⁶ Antonio Jorge Ramalho da Rocha, "Conceitos de segurança e defesa nacional: definições, alcance e operacionalização", p. 04.

destacam as bases que solidificam a estabilidade regional e em outras disciplinas das Ciências Sociais, com ênfase na Geopolítica.

Ainda, para este trabalho os seguintes termos foram delineados sob o escopo dos pressupostos da soberania nacional, no que tange aos objetivos estratégicos do Estado brasileiro, a partir de sua forma de gerir o território, tendo como verdade que o Estado é o principal ator neste processo. Por isso é de fundamental importância a compreensão da característica de permeabilidade das fronteiras, assim como, sua relação de causa e efeito a partir da ausência efetiva de ações de instituições federais nesse espaço.

A permeabilidade que faz dos 1342 km de fronteira internacional do Estado de Rondônia, ganha destaque na END, pois passa a ser objeto do sistema integrado de monitoramento/controle, aliado ao fato da Amazônia representar um dos focos de maior interesse para a defesa.

Em um segundo momento, surge o levantamento das prováveis ameaças à soberania nacional. Entendendo, segundo Saint Pierre (2007), que ameaça não é um objeto que possa ser analisado em si mesmo, mas uma relação que exige uma avaliação de todos os seus componentes, desde o emissor do sinal e a emissão até o receptor. Dessa forma, Mathias (2006, p. 88 - 93) menciona que outro fator que leva-se em conta é que, muitos dos temas hoje apresentados como 'novos' na realidade são antigos e apenas apresentados como novidade, ou antes, eram problemas, mas não representavam ameaça para os Estados que hoje os tomam como tal. São os seguintes temas principais: Tráfico de Drogas; Tráfico de Armas, Degradação do meio-ambiente, Migrações internacionais, Direitos Humanos, Crime Organizado e Terrorismo.

Nesse sentido, merece destaque o seguinte: os 'temas negativos' poderão servir principalmente de motivo e justificativa para estabelecer bases militares estrangeiras em alguns países latino-americanos, garantindo sua presença pretoriana²⁷ na região. Com essa atitude, aumentarão as tensões e focos de

²⁷ Unidades militares denunciadas na antiguidade por se tornarem frequentemente o poder por trás do trono e por seu costume de colocar e remover (matando, é claro) césares segundo suas vontades. Sobre eles escreveu o grande historiador Edward Gibbon, que os acusou de serem sintoma e causa da queda de Roma: "Seu orgulho se viu alimentando pela consciência de seu peso irresistível (...) Foram ensinados a perceber os vícios de seus senhores com um desdém comum e a evitar o temor reverencial em relação a seus mestres que só a distância e o mistério podem preservar" (ANTÓN, 2018). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/28/cultura/1514469132_803437.html/>. Acesso em 07 Fev. 2018.

instabilidade constituindo verdadeiras ameaças à soberania dos Estados (SAINT-PIERRE, 2007, p. 78). O que corrobora a tese da perspectiva integrada ao abordar, simultaneamente, os conceitos de segurança e o de defesa.

Considerado pela ONU um corredor de drogas e armas, Rondônia, em particular sua fronteira com a Bolívia, as cidades de Guajará-Mirim, Costa Marques e Pimenteiras são verdadeiras portas de entrada, e as principais rodovias utilizadas pelo tráfico são a BR-364, BR-425 e BR-429 (CPI TRÁFICO DE ARMAS, 2006, p. 90).

A situação, a qual se encontra esse extenso recorte territorial da faixa de fronteira é tida como ameaça aos objetivos nacionais, além do mais é agravado pelo fato de o único sinal da presença mais ostensiva do Estado é o Pelotão Especial de Fronteira localizado junto ao Forte Príncipe da Beira, no município de Costa Marques o que resulta compreender a plena acepção da expressão ausência do estado desde os rios Mamoré e Guaporé, saindo de Guajará-Mirim até a divisa do estado de Rondônia com Mato Grosso.

Intervenções do poder público com o foco na segurança e na defesa pressupõem ações efetivas que evidentemente devem sair do papel para a prática e por serem ações de característica politizada infere-se que faz parte de uma política pública, requerendo uma decisão governamental, alocação de recursos e, sobretudo, a realocações de efetivos e Organizações militares.

Desse modo surge no atual cenário a questão orçamentária como barreira para tal, pois o orçamento limitado pelo teto de gastos públicos até 2037 e as demandas reprimidas podem ampliar a obsolescência das Forças Armadas, segundo o Ministério da Defesa no sumário executivo do documento 'Cenário de Defesa 2020-2039'.

Além de agravar a insuficiência orçamentária, o teto de gastos vem impactando projetos que visam recuperar a capacidade operacional e modernizar as Forças como é o caso do SISFRON, projeto que o Exército concebeu para defender a fronteira do país e ajudar a combater crimes como o tráfico de drogas e de armas, de modo que sua implantação começou em 2013 abrangendo, atualmente, uma faixa de 650 quilômetros em Mato Grosso do Sul, vizinho do Paraguai e da Bolívia. Isto equivale a somente 4% dos 16.886 quilômetros de fronteiras do país.

O debate sobre a Segurança Pública e a Defesa Nacional tem crescido na sociedade – por meio da mídia, dos cidadãos e dos governantes (BURGOS, 2007),

já que boa parte das ameaças à segurança na América do Sul são transnacionais, sendo a principal delas o narcotráfico. Porém, a amplitude do conceito está mais presente no conceito de Segurança do que no conceito de Defesa (PINTO; ROCHA; SILVA, 2004) e isto parece necessário quando se debate a cooperação e integração entre os países. Mesmo considerando a importância deste tema, a articulação necessária entre os países ainda não ocorre a contento, ou seja, os objetivos buscados em prol de concretizar os interesses regionais de forma a combater essas novas ameaças estão longe de serem atingidos.

A realidade social da região fronteira e a execução de políticas públicas nas duas esferas nestes territórios impõem que a reflexão seja feita neste sentido, sem, contudo dar ao Poder militar exclusividade no sentido de ser o único elemento propiciador de segurança e defesa.

Por estes motivos ora apresentados, conclui-se que a defasagem de intervenções do poder público neste cenário apresenta dinâmicas econômicas e sociais que os transformaram em áreas sensíveis em termos do desenvolvimento de atividades ilegais, como contrabando, tráfico de drogas entre outros, e, por conseguinte afetam tanto a segurança como a defesa nacional.

A pouca nitidez da distinção entre defesa e segurança podem contribuir num primeiro momento, para designação equivocadas de missões às FFAA ao definirem atribuições não afetas àquelas previstas na Constituição federal para o Exército. Este mau entendimento é forte o bastante para desvirtuar sua missão precípua, muito embora que justifique seu emprego contra ameaças à integridade territorial e à soberania nacional, especificamente na faixa de 150 km da faixa de fronteira, onde o EB desempenha papel particular embasado pelo poder de polícia²⁸.

A abordagem acerca das questões que dão o teor de vulnerabilidade às fronteiras presentes no século XXI é construída a partir da atual configuração e da compreensão do cenário em que as fronteiras se encontram, destacando o que Becker (2015a) diz, ao colocar o problema da segurança nacional relacionando ao

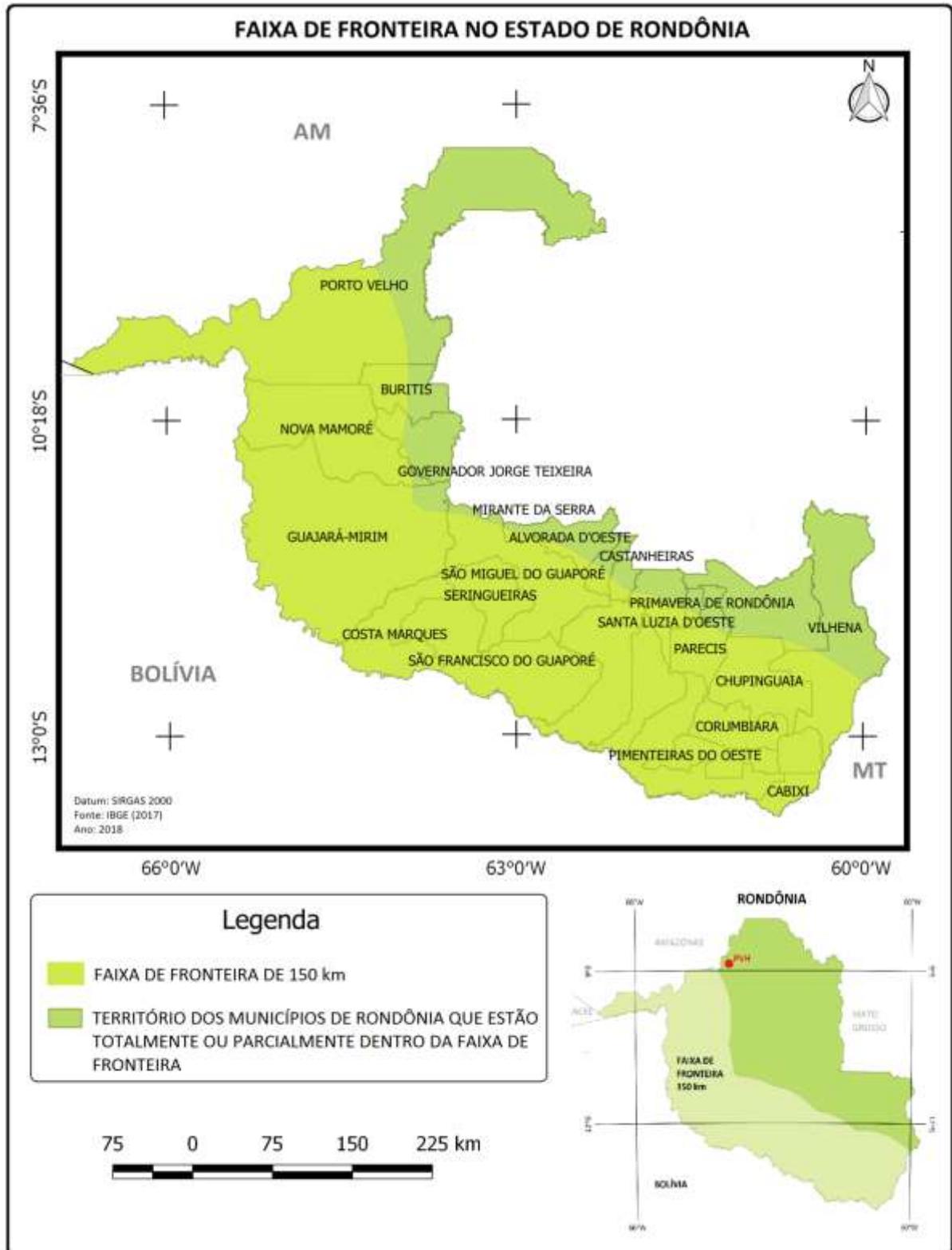
²⁸ Na administração pública, o Poder Executivo exerce o chamado Poder de Polícia, que engloba duas relevantes funções: a polícia administrativa e a polícia de Segurança Pública. A primeira consiste no poder estatal de disciplinar, tendo em vista o interesse público, diversas atividades da sociedade, tais como os setores da saúde pública, costumes, comunicações, atividades econômicas, situação de estrangeiros, exercício profissional, uso e fruição da propriedade. A segunda, correspondendo ao dever do Estado em oferecer condições de segurança à sociedade, seja no plano pessoal seja no coletivo. Consiste no poder-dever estatal de prevenir e reprimir o crime e a criminalidade.

dinamismo interno do país vizinho, o qual Rondônia tem contato através 1342 km de fronteira.

Nesse sentido, esta abordagem consiste em analisar as atividades que causam instabilidades no campo da segurança nacional e que podem influir nas capacidades estratégicas de defesa.

A faixa de fronteira, espaço a partir da intensificação dos fluxos de serviços, de produtos e o intercâmbio de pessoas têm aumentado as dificuldades e a vulnerabilidade já presentes nos municípios fronteiriços (PEITER, 2005), é considerada ainda, como um lugar desigual, desintegrado das realidades mais dinâmicas do território brasileiro e internacional. Um espaço que necessita de medidas específico-efetivas de territorialização do Estado brasileiro como estratégia propiciadora, para a integração bilateral necessária aos dois países capaz de desenvolver políticas adequadas de conteúdo preservador e defensivo, conforme exemplificado na figura 1.

Figura 1 – Faixa de fronteira da Amazônia brasileira com destaque para o Estado de Rondônia.



Elaborado por: Salem Santos, 2018.

O Estado de Rondônia conta com 27 municípios situados na faixa de fronteira com a Bolívia com um contingente populacional de 930.364 cidadãos rondonienses

e uma área de 163.550,034 km², que cobre mais da metade do território de Rondônia (IBGE, 2010), e que é apresentada por Becker (2015a) como símbolo e fato político de primeira grandeza. Mattos (2011b) corrobora esta ideia exemplificando o conceito de geopolítica ao afirmar que é a política aplicada aos espaços geográficos, tornando claro ao entendimento que a fronteira é região estratégica para o Estado, que por sua vez, deve se empenhar em sua rápida estruturação e controle para integrá-lo no espaço global (BECKER, 2015a).

Muito embora, tal conceituação deixa de ser simples após o primeiro momento de análise, que diante da complexidade em assegurar, de forma ampla, a presença do Brasil na valorização da Amazônia no recorte fronteiriço detalhado no abaixo (Quadro 11), evidencia de maneira clara a posição estratégica que o Estado possui frente aos problemas sociais advindos dos crimes transfronteiriços.

Quadro 11 - Municípios de Rondônia situados em área da faixa de fronteira.

Ord.	Municípios	População estimada em 2018 (Nº de habitantes)	Área (km ²)
1	Alta Floresta d'Oeste	23.167	7.067.025
2	Alto Alegre do Parecis	13.227	3.958.273
3	Alvorada d'Oeste	14.772	3.029.189
4	Buritis	38.937	3.265.809
5	Cabixi	5.438	1.314.353
6	Campo Novo de Rondônia	14.009	3.442.005
7	Cerejeiras	16.444	2.783.300
8	Chupinguaia	10.886	5.126.723
9	Colorado do Oeste	16.227	1.451.060
10	Corumbiara	7.567	3.060.321
11	Costa Marques	17.855	4.987.177
12	Guajará-Mirim	45.783	24.855.724
13	Nova Brasilândia d'Oeste	20.459	1.703.008
14	Nova Mamoré	29.757	10.071.643
15	Novo Horizonte do Oeste	8.751	843.446
16	Parecis	5.947	2.548.683
17	Pimenta Bueno	36.434	6.240.940
18	Pimenteiras do Oeste	2.191	6.014.733
19	Porto Velho	519.531	34.090.962
20	Primavera de Rondônia	2.939	605.692
21	Rolim de Moura	54.702	1.457.888
22	Santa Luzia d'Oeste	6.781	1.197.796
23	São Felipe d'Oeste	5.280	541.647
24	São Francisco do Guaporé	19.842	10.959.767
25	São Miguel do Guaporé	22.931	7.460.219
26	Seringueiras	11.860	3.773.505
27	Vilhena	97.448	11.699.146
Total		1.069.165	163.550.034

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista dessas vulnerabilidades por consequência dessas complexidades inerentes a faixa de fronteira, a geopolítica é entendida como o conjunto de políticas e ações do Estado que ao serem concretizadas materialmente num determinado momento, agindo de forma pontual dentro de suas deficiências, forma a condição básica para a criação de múltiplas alternativas de alterações significativas nesse espaço de elevado potencial político.

Inúmeros elementos e condições comandam, sem dúvida as alterações significativas e transformações sociais não só da faixa de fronteira, mas em todo o território do Estado de Rondônia, ocasionando reflexos, ainda, em outras partes do território nacional, em que no campo da defesa e da segurança pública as consequências são potencializadas devido à ausência de políticas perenes desta natureza.

Nesse sentido, a vulnerabilidade das fronteiras é percebida pelo Estado, que diante desta situação prevê o deslocamento de unidades militares do Centro-Sul do país para a Amazônia, conforme a PND, ao documentar, por exemplo, a transferência de um Batalhão de Infantaria, atualmente sediado na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ para a cidade de Ji-Paraná/RO. Transferência esta que estava prevista para ter ocorrido desde janeiro de 2016 e que foi cancelada por ter sido impossibilitada de ocorrer devida restrições orçamentárias.

2.4. Cooperação em defesa e segurança na América do Sul: perspectivas acerca do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

O histórico de conflitos fronteiriços revela-nos uma atual e aparente superação, a qual é resultado das novas possibilidades de cooperação e integração regional que se delinearão no espaço sul-americano, o que de certa forma é algo há algum tempo já almejado pelos Estados que compõe a América do sul, independentemente das forças políticas - ideológicas.

Durante e após a II Guerra Mundial, inúmeras conferências interamericanas aperfeiçoaram a estrutura jurídico-militar e fortaleceram os laços políticos do pan-americanismo. Entre estas, há que se destacar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, chamado vulgarmente, de Pacto de Defesa (Rio, 1946), e a Carta da Organização dos Estados Americanos (Bogotá, 1948) (MATTOS, 2011a, p. 67).

A abordagem regional da América do Sul parte do diagnóstico de que o fim da Guerra Fria consagrou uma visão sistêmica da defesa e significou uma perda de importância do nível global como fator explicativo para as dinâmicas de segurança, dando lugar à emergência do nível regional como sendo o principal e assim o cenário Pan-Amazônico aparece como fator integrador dos países que possuem a floresta amazônica, propiciado por interesses de Estados comuns.

Nessa perspectiva, Meira Mattos defende a posição mais favorável do Brasil na condução da integração interna e também regional, tendo em vista sua posição geográfica privilegiada, com dominância no Atlântico Sul. O autor destacaria a fronteira marítima do país, em 7.400 quilômetros desde a foz do Rio Amazonas, na porção setentrional do país até o limite sul com o Uruguai, e, internamente, com uma fronteira terrestre de 16.886 quilômetros ligando o Brasil à grande parte da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador. Porém, destacava a ‘vasta área, largamente subdesenvolvida, de suas regiões ocidental e setentrional’ e imprimiria à área amazônica um estratégico espaço de integração que deveria ser articulado e desenvolvido (MATTOS, 2007, p. 18).

Seguindo essa dinâmica, foi formulada inicialmente por Barry Buzan em 1991, a versão mais recente e desenvolvida da chamada “Teoria dos Complexos Regionais de Segurança”, a qual foi “apresentada por Buzan e Waeber em 2003, em seu livro *Regions and Powers: the structure of international Security*”. De uma maneira geral, esses autores argumentam a favor de um nível de análise regional para os problemas de segurança presentes no sistema internacional contemporâneo (CEPIK, 2005, p. 2).

Por definição, regiões são compostas por clusters geograficamente delimitados de unidades inseridas em um sistema maior de Estados, de alcance tendencialmente global. Ou, nos termos dos próprios autores: um **complexo regional de segurança** é formado “por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente umas das outras” (*idem*, p. 2, grifo nosso).

Favorecido por alguns aspectos, o Brasil, em parte pela sua própria condição geográfica, a qual lhe confere importância estratégica para a integração regional, além da força política que exerce nas decisões do continente o que lhe permite agir com relativa liderança e capacidade de apresentar iniciativas cooperativas, como o

Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no âmbito internacional, compete-lhe buscar novos parceiros estratégicos para a consecução de seus objetivos na área da defesa, além de intensificar o diálogo com seus vizinhos no entorno sul-americano.

Os acordos de cooperação firmados nas áreas de defesa e segurança internacional podem tornar possível, dentre outras vantagens: a incorporação de tecnologias que o país ainda não domina; o estabelecimento de parcerias para a produção de equipamentos militares; e a consolidação da confiança mútua, particularmente com seus vizinhos. Nesse cenário, destacamos nossa compreensão sobre o termo cooperação em defesa como um processo que abrange os âmbitos político, militar e de indústria de defesa e que busca preservar a soberania dos Estados e diminuir a probabilidade de ocorrências de eventuais conflitos.

Nesse sentido a Estratégia Nacional de Defesa é mais explícita nessa direção, como descrito em sua diretriz de número 18, “estimular a integração da América do Sul”, que indica a necessidade de “prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa através de mecanismo do CDS, do qual não participaria nenhum país alheio à região” (BRASIL, 2012b). E desta forma, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), sob o escopo de um projeto integrador, é determinada pela política e orientada à construção de uma identidade sul-americana com pensamento estratégico próprio.

Segundo os termos de seu Tratado Constitutivo de 2008, a UNASUL é uma iniciativa de integração regional que associa os 12 países sul-americanos a partir do fortalecimento da soberania e da autonomia nacional dos países membros. Entre seus objetivos está o fortalecimento de mecanismos de cooperação regional, buscando articular um espaço econômico e político sul-americano, preservando os espaços nacionais de formulação de política.

Dentro da UNASUL, mais precisamente ligado ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores, foi criado o CDS, uma proposta do Brasil para fomentar a cooperação regional na área da defesa. Seria, pois, esse conselho, baseado em valores comuns aos sul-americanos, tais como: a autodeterminação dos povos, a soberania nacional, integridade territorial, princípio de não intervenção e a prevalência dos Direitos Humanos, como um foro de diálogo cooperativo, equilibrado e democrático, composto pelos ministros de Defesa ou equivalentes de seus 12

países membros – Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Os principais objetivos do CDS, propostos em seu estatuto são: consolidar a América do Sul como zona de paz, contribuindo para o desenvolvimento dos povos e para a manutenção da democracia, construir uma unidade sul-americana em matéria de defesa, compartilhando experiências, além do possível envio de pessoal para treinamento militar em algum dos Estados-membros, ademais ajuda a fortalecer a cooperação regional como um todo, mas mais especificamente na área de defesa (UNASUL, 2008). Além disso, havia a intenção da criação de uma indústria bélica sul-americana, que ainda é muito incipiente, mas que no aspecto da defesa nacional, é considerado uma das coisas mais fundamentais, já que a importação de armamentos se torna muito onerosa (MORAES e NASSER, 2014).

No entanto, no que diz respeito ao objeto deste estudo, Saint-Pierre (2009) afirma que a cooperação internacional na área de segurança no continente sul-americano está voltada para a integração em discurso, mas, na prática, apresenta resistências e torna-se muito mais integracionista com vistas ao campo econômico:

Embora os discursos do Presidente Lula da Silva e seu ministro da Defesa, José Viegas Filho, expressa a vontade política para o Brasil para fortalecer as relações de segurança e defesa entre os países da América do Sul, o que se observa é uma resistência notória à institucionalização de acordos bilaterais ou multilaterais com o objetivo de instituir uma estrutura de defesa comum para a sub-região no curto ou médio prazo. Como declarou o ministro Viegas: 'Eu acho que é importante notar que parece corrigir a nossa opção, nos últimos 15 anos, enfatizando, no Mercosul, a dimensão comercial da integração, na minha avaliação, o desenvolvimento de estruturas mais rígidas de integração político-militar seria uma espécie de 'teto' da construção, correspondendo a um estágio posterior do processo. No estágio atual, devemos dar continuidade, na área de defesa, à linha de estabelecimento de elos específicos. Devemos, por exemplo, manter nossos exercícios combinados. Devemos aprofundar, tanto quanto possível, a coordenação de posições. Mas ainda não é hora de pensar em uma reprodução, no plano político-militar, das estruturas jurídico-diplomáticas com as quais já contamos no plano comercial (SAINT-PIERRE, 2009, p. 12, tradução nossa).

A falta de avanço para a consecução dos objetivos propostos pela CDS ocasionada, invariavelmente, por momentos de instabilidades entre os governos que mesmo apesar da capacidade de influência intrarregional da UNASUL, que em grande parte de sua existência serviu como fórum para o diálogo a presença em

foros internacionais ainda não constitui de fato um mecanismo de projeção da região sob o ponto de vista mundial, assim como no âmbito regional, visto que a integração regional é compreendida como processo a ser realizado em longo prazo.

O poder de influência da UNASUL, assim como sua relação no processo de cooperação em defesa desempenhou, muito mais um papel de mediador para a solução de conflitos regionais, como no caso Colômbia, Equador e Venezuela, de 2008, originado pelo ataque colombiano ao acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), estabelecido em território equatoriano, próximo à fronteira e em reivindicações de autonomia nas províncias bolivianas com o ataque ao gasoduto de Tarija e aos campesinos favoráveis ao governo de Evo Morales.

Nos eventos que passam a se originar, a UNASUL articulou-se com o seu Conselho de Defesa para a resolução das instabilidades, especialmente em 2010, no Equador, com a tentativa de derrubada do governo de Rafael Correa; em 2012, com o golpe de Estado do parlamento ao presidente do Paraguai, Fernando Lugo; e na crise política na Venezuela, com a crescente violência perpetuada mesmo com a eleição de Nicolás Maduro como presidente (BATALLA, 2014, p. 10-14).

A realidade das relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, sugere que a integração de fronteiras requer esforços conjuntos dos entes federados nacionais e de seus correspondentes nos outros países, uma vez que a complexidade do enfrentamento dos problemas envolve questões de soberania de adequação de ordenamentos jurídicos, questões econômicas, sociais e até mesmo, culturais.

Tamanha é a importância da cooperação entre ambos os países para o combate aos ilícitos na região de fronteira. Tal preocupação originou a criação do Gabinete Binacional de Segurança Bolívia-Brasil que tem como objetivo identificar e definir soluções conjuntas para lidar com os crimes transnacionais que afetam os dois países, propondo ações de cooperação na área de segurança e na área de defesa.

Diante deste cenário, pressupõe-se que a cooperação permeando a formulação e a construção de regimes regionais e de políticas públicas, deve ser o elo entre defesa, segurança e fronteira na relação bilateral entre os dois países, já que esta nova ameaça estabelece novas dinâmicas para o contexto securitário internacional.

Conforme o nível de análise regional, o qual é norteado a partir dos potenciais problemas de defesa e segurança, o recorte espacial em destaque faz parte de uma região com projeção de alcance global, a Pan-Amazônia. Assim a temática que antes relacionava a defesa das fronteiras contra eventuais ameaças de agressão dos países vizinhos, em que durante algum tempo dominou o pensamento geopolítico brasileiro, segue agora para um segundo plano, onde, atualmente, trata de um problema que envolve as fronteiras, e nesse sentido diz respeito à questão da segurança e soberania nacional do Estado-Nação, ameaçadas no atual contexto pelas redes ilegais que articuladas a nível mundial desenvolvem atividades ilícitas que perpassam sobre a ordem do Estado.

Sob o escopo da cooperação entre os Estados, a integração regional requerida pela UNASUL, por meio da CDS tem nas questões de defesa difíceis elementos para encontrar os objetivos propostos em sua resolução, a qual é comprometida pela visão geoestratégica e militar carregada de elementos ideológicos, apesar de ser o espaço central para discussões dos problemas sul-americanos e constante participação do organismo como mediador de conflitos evidenciando a importância em intervir nas crises regionais, sobretudo no que se refere a desestabilizações nacionais de ordem interna.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a agenda do Brasil está centrada na América do sul como prioridade e desta forma adotando uma estratégia bem localizada para lidar com o tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, entre outros ilícitos transfronteiriços, onde a ameaça do crime organizado transnacional é incessantemente discutida, porém dificilmente definida.

Porém, de certa forma, o atual contexto estreitou laços e criou condições para acordos de cooperação bilateral entre Brasil e Bolívia, trazendo a importância das questões de interesse comum aos dois países no que diz respeito à segurança, resultando na criação do Gabinete Binacional de Segurança Bolívia-Brasil, convergindo assim, em princípios e diretrizes.

Tendo em vista o tema que traz à tona as diversas ameaças às questões de segurança, o Gabinete Binacional de Segurança Bolívia-Brasil lançou como propostas de ações de cooperação entre Brasil e Bolívia, por exemplo, o combate a organizações criminosas, a atuação conjunta entre as Forças Armadas, as forças de segurança, policiais e de inteligência, a troca de informações entre os países, entre

outras com vistas ao estabelecimento de mecanismos para combater os crimes na área transfronteiriços.

Segundo Mugga e Diniz (2013), de acordo com especialistas, as organizações criminosas mais poderosas do país – Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital – estão crescendo em estatura e eliminando intermediários (os “middle men”) nas áreas de fronteira. O Comando Vermelho está comprovadamente mais ativo no Paraguai, enquanto o Primeiro Comando da Capital opera células em Santa Cruz (Bolívia), tendo em vista controlar as rotas do tráfico entre aquele país, o Brasil e o Paraguai, somado a isso há de se destacar o fato de Santa Cruz de La Sierra ser talvez a área mais vital na Bolívia para os traficantes de drogas. Não só é o local onde se concentra grande parte da produção de cocaína do país, mas também faz fronteira com o Brasil, o maior mercado de cocaína da Bolívia e o segundo maior consumidor da droga depois dos Estados Unidos²⁹.

Cabe salientar que existe um enorme desafio frente à geopolítica vigente, que vai além do tema de defesa e que excede os objetivos propostos pela CDS, pois neste espaço, há a confluência de muitas ameaças contemporâneas temidas, referentes aos crimes de caráter transnacionais, chamando a atenção para aqueles relativos à questão do meio ambiente como a degradação ambiental e gestão da biodiversidade, de tal forma, que Dabelko (1995) afirma serem várias as concepções propostas quando se discute o emprego militar em questões ambientais, desde as que consideram que a pressão ambiental é uma ameaça adicional para o modelo clássico de conflito, até as que situam a ameaça ambiental como elemento chave na elaboração de modelos cooperativos de segurança global.

Desta forma, as perspectivas positivas acerca do CDS encontram barreiras para a sua efetivação, e entraves ideológicos para a sua consolidação enquanto conselho regional, agravado ainda pelas instabilidades internas de alguns países, como é o caso da Bolívia, Venezuela e do Brasil. No entanto há de convir que a cooperação em defesa para a região, segundo as propostas do CDS, é pertinente e necessária para o desenvolvimento e estabilidade da região, nesse sentido, Medeiros reforça esta análise afirmando que:

Entendemos que, enquanto defesa pressupõe unidades políticas em disputa no sistema internacional, segurança pressupõe unidades

²⁹ Ver <http://www.insightcrime.org/news-briefs/alleged-pcc-operatives-arrested-bolivia>.

submetidas a regras comuns. Enquanto a primeira sugere competição, a segunda sugere cooperação entre unidades que compõe determinada comunidade de interesses (MEDEIROS, 2005).

O cenário global, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e o conjunto do aparato multilateral criado para evitar o uso da força têm sido constantemente desrespeitados, a atual conjuntura regional apresenta o abandono das hipóteses de conflito e sua substituição pelas 'hipóteses de confiança, consenso, cooperação e integração', como eixos articuladores do planejamento das políticas de defesa nacionais entre os países da região, resultando no novo enfoque dado às questões concernentes às novas ameaças e a importância estratégica de recursos naturais, o que caracteriza o CDS como o principal ator diante da responsabilidade de intervenção das capacidades sob jurisdição da defesa e do instrumento militar dos Estados na estratégia regional de proteção de ativos.

Quanto à temática atinente aos recursos naturais, integrando a linha de trabalho e investigação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) no âmbito do Estudo América do Sul 2025, uma proposta pertinente é identificar, no marco da dimensão específica da Defesa os fatores e as situações que poderiam se constituir em vulnerabilidades e disfunções que afetam a proteção e/ou a utilização dos recursos naturais existentes na região projetando as tendências em relação ao uso, aplicabilidade e demanda destes recursos naturais regionais, especialmente aqueles que foram identificados como estratégicos por várias e diferentes razões.

Em atendimento às orientações e instruções do Conselho de Chefes de Estado da UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-Americano instruiu ao CEED a desenvolver um estudo prospectivo relativo à defesa e os recursos estratégicos, sendo considerado de grande relevância pelos próprios Presidentes quando expressaram "seu reconhecimento à tarefa do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e suas contribuições à geração de um genuíno pensamento sul-americano valorizando, particularmente, o Projeto de 'Estudo Prospectivo América do Sul 2025', relativo à defesa, ao conceito de interesse regional e à proteção dos recursos estratégicos sul-americanos³⁰".

Não desejamos propor soluções sobre, qual deve ser a estrutura concreta de um esquema de defesa regional, dissertar de forma mais precisa acerca das

³⁰ Declaração da VI Reunião Ordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, Lima, Peru 30 de novembro de 2012.

situações que devem ser desdobradas, no entanto é plausível que a ausência de uma política regional sobre o assunto ignora um fator geoestratégico fundamental, de que a abundância de recursos na região amazônica tem como contrapartida a escassez e a demanda dos mesmos pelos atores extra regionais, como o caso da água doce.

Exemplificando o cenário global, estima-se que cerca de 768 milhões de pessoas não têm acesso a uma fonte de abastecimento de água potável – embora existam estimativas que esse número de pessoas possa ser de até 3,5 bilhões – e outros 2,5 bilhões, permanecem sem acesso ao saneamento básico. Espera-se que a demanda global por água tenha um aumento de 55%, até 2050. Como resultado, a disponibilidade de água doce estará cada vez mais prejudicada durante este período, e as previsões indicam que mais de 40% da população mundial viverá em áreas com grave estresse hídrico até 2050³¹.

Outras questões estratégicas de interesse regional apontam, ainda, para a necessidade de uma eficiente gestão e proteção de recursos naturais como os minerais, energéticos, florestais e agrícolas fortalecendo seu potencial estratégico e contribuindo para seu desenvolvimento sustentável. Sob o escopo da dissuasão, ações nesse sentido podem representar medidas contra propostas lesivas e prejudiciais à soberania nacional como a proposta de internacionalização de um determinado espaço territorial subserviente aos interesses econômicos das corporações transnacionais ou através da declaração – no caso da Amazônia – como reservatório comum da humanidade.

Nesse sentido, o processo iniciado pelo CDS aponta para a configuração de um esquema regional cooperativo fundado em uma dupla categoria: “cooperação para dentro” e “dissuasão para fora”.

³¹ Agua y Energía, Informe de las Naciones Unidas Sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos en el Mundo 2014”, WWDR 2014, UN WATER, 2014.

CAPÍTULO 3 – Exército Brasileiro como poder militar no Estado de Rondônia.

3.1. Historicidade da atuação do governo federal para ocupação da região.

Conhecida popularmente como terras de Rondon, o atual Estado de Rondônia, homenagem dada ao marechal Cândido Rondon (1865-1958) foi instalado no início do ano de 1982, através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que o elevou da categoria de Território federal à categoria de estado. Este estado jovem, objeto de análise, segundo as políticas estatais de segurança e defesa nacional, possui relevância no cenário nacional desde o Brasil colônia, momento em que era demarcado os limites fronteiriços da Amazônia, resultado de interesses conflituosos bilaterais entre Portugal e Espanha em suas respectivas colônias, por diversos fatores, dentre os quais se destaca a descoberta do ouro no Vale do Guaporé no ano de 1734 pelos irmãos Arthur e Fernando Paes de Barros, fato que atraiu milhares de aventureiros para a região levando a Coroa Portuguesa a criar em 1748 a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que abrangia a maior parte das terras que hoje integram o Estado de Rondônia (TEIXEIRA; FONSECA, 1998, p.47).

Os aspectos que despertavam interesses territoriais propiciou uma área de litígio à época, que resultou na implantação do Forte Príncipe da Beira em 1775, no atual município de Costa Marques, cuja fortaleza resguardou por definitivo a área conquistada e explorada pela coroa portuguesa, que após alguns conflitos gerados naquela fronteira, nos anos de 1763 e 1766, assume a função de proteger e manter as delimitações no oeste da capitania de Mato Grosso, evitando assim o contrabando praticado pelos espanhóis e assegurando a antiga companhia do Grão Pará a navegação pelos rios amazônicos.

Como salienta Antônio Carlos Robert Moraes, em sua obra Território e História no Brasil (2005), a 'fronteira' e o 'território' são aspectos fundamentais da construção do Brasil contemporâneo. O autor apresenta sua abordagem na seguinte amplitude:

Sabemos que as fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre elas a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberania estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento

e conquista na definição das fronteiras, que geralmente tem em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado genético deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um construto jurídico, sendo esta dimensão cada vez importante conforme avançamos na história fato que, contudo, não anula a determinação anterior (MORAES, 2005, p. 77).

Em Rondônia, logo no início de sua ocupação (por meio de exploradores portugueses, espanhóis e bandeirantes advindos de São Paulo) por volta do século XVI, podemos observar que as cachoeiras do rio Madeira e do rio Mamoré já eram um motivo de preocupação de como seriam dominadas. Assim, o objetivo de transformar o rio Mamoré e o rio Madeira em rios navegáveis já fazia parte dos planos daqueles que tinham o interesse de ocupar essas terras (PINTO, 2003).

Devido à decadência da produção aurífera da região de Cuiabá, foi favorecida a expansão das áreas mineráveis para o vale do Guaporé com a vinda de novos migrantes de outras regiões da colônia para a extração do ouro, tanto que Emanuel Pontes Pinto infere que, a área geográfica até então conhecida como Madeira e Guaporé passou no século XVIII a perda de seu anonimato, expressão política e histórica ao adquirir referência e identidade, deixando de ser rumo para se tornar região (PINTO, 1993, p.29).

A expansão portuguesa pela bacia Amazônica foi resultante de um conjunto de ações e políticas desenvolvidas pelo poder colonial luso a partir do século XVII à época em que os países ibéricos disputavam a ampliação territorial de suas colônias, onde a questão geográfica teria sido o elemento definitivo da expansão por parte de Portugal, quer seja por conta da hidrografia, por ser um dos fatores viabilizadores desse processo, ou a Cordilheira dos Andes como fator limitador do expansionismo espanhol.

A presença militar na faixa de fronteira de Rondônia remonta à época da colonização do Brasil. Nesse período o Império português temia o avanço dos espanhóis ávidos por esta região. Tal preocupação continuou presente, já que em meados do século XVIII, Marquês de Pombal ordenou a construção de outras fortificações que considerava necessárias para a preservação e manutenção desta parte do território luso-brasileiro.

Um dos aspectos mais marcantes da política de Marquês de Pombal na Amazônia foi a criação de instituições político-administrativas consideradas úteis e necessárias à integração desses espaços na soberania portuguesa, propiciando o

processo de municipalização a partir das fundações de aldeias e vilas, já que a Coroa portuguesa pretendia consolidar a posse dessa região e demarcar com mais rapidez e segurança as fronteiras portuguesas, visando efetivar o que havia sido combinado, em 1750, com o Tratado de Madri.

Assim, a extensão territorial e a soberania brasileira têm em suas raízes as antigas fortificações, que tinham o propósito de defender e guardar o imenso território desbravado por Portugal, as quais foram construções que trouxeram estabilidade na fronteira durante os séculos XVIII e XIX, ganhando destaque na região, o Forte Príncipe da Beira, que através de sua presença garantiu a Portugal o controle da América portuguesa na fronteira das antigas colônias, destacando a importância deste período para o traçado do mapa político dessa região, pois a maior parte das fronteiras estabeleceu-se durante o período colonial.

O avanço da colonização portuguesa e as iniciativas de militarização da fronteira resultaram na política de fortificação do Guaporé. Dentre os fatores que levaram a implantação de fortificações, destaca o aspecto conflitivo acerca das intenções lusitanas de ocupar a porção mais a oeste no território, com registros de conflitos armados entre portugueses e espanhóis.

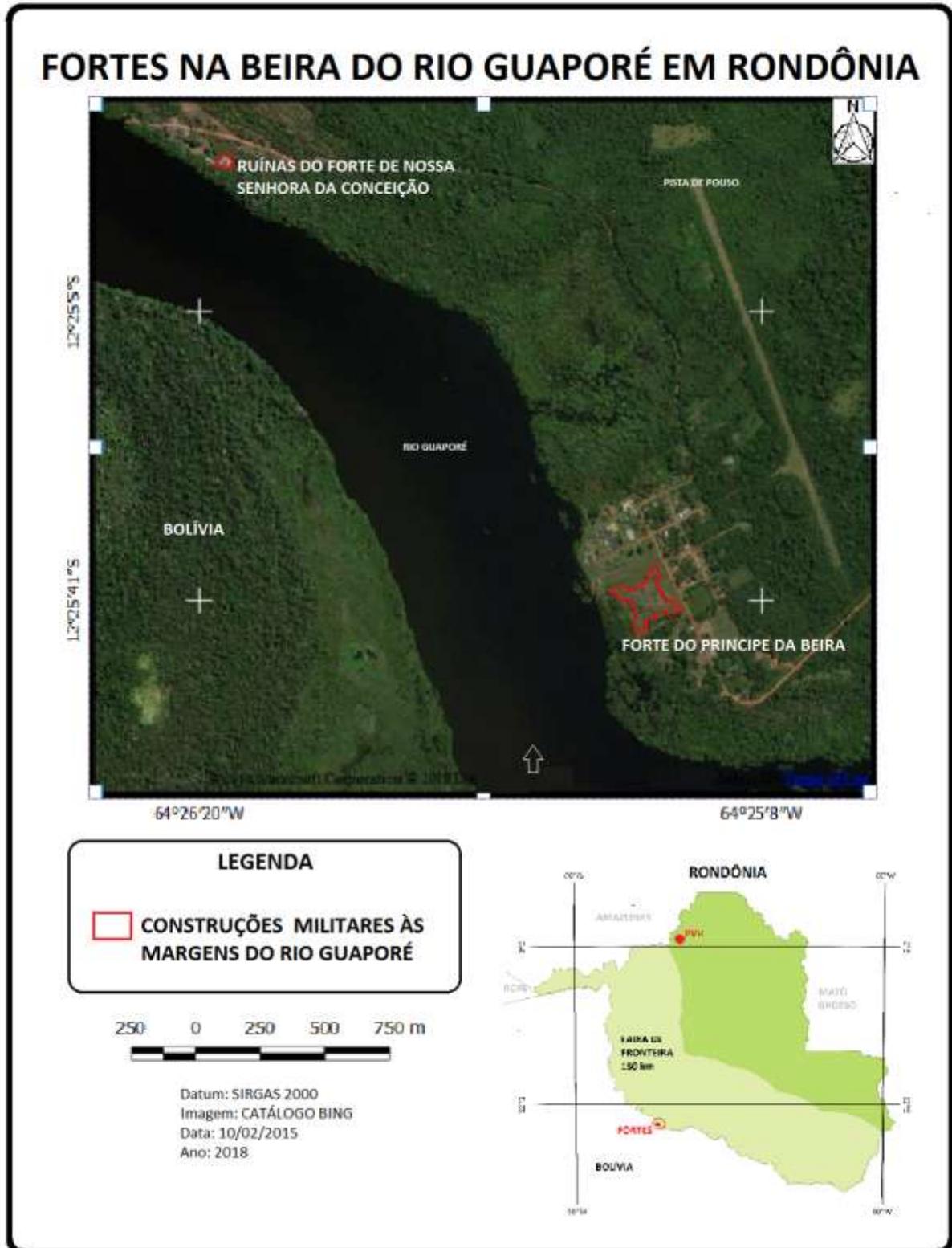
Em meados do século XVIII, o governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, implantou a guarda de Santa Rosa Velha, que depois de reformada, se transformou em destacamento militar de Nossa Senhora da Conceição em 1760, em 1769 recebeu o nome de Forte de Bragança, à margem direita do rio Guaporé, que segundo Denise Maldini Meireles, este foi engolido por uma enchente no rio Guaporé em 1771 (MEIRELES, 1989, p. 173).

Se por um lado o Tratado de Madri reconheceu a posse portuguesa, ainda que baseada em sua população, a posterior anulação do mesmo, pelo Tratado de El Pardo (1761), em outra circunstância deveria exigir uma política mais incisiva, que fixasse definitivamente a posse dos rios Madeira e Guaporé, como meio de comunicação e de deslocamento, assim como, facilitador para o fluxo econômico entre as Capitanias do Grão-Pará e Maranhão com a Capitania de Mato Grosso, e, sobretudo, como meio para o seu mútuo auxílio defensivo.

A coroa portuguesa, para garantir a rota do ouro entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, e de maneira geral proteger os interesses sobre o território colonial, fundou o Real Forte Príncipe da Beira há dois quilômetros a montante do Forte de Bragança, conforme apresenta a figura 2, e assim compreendemos que o século

XVIII foi o momento que os portugueses garantiram o domínio de posse do território de fronteira da Capitania Oeste de Mato Grosso, e com reflexo no âmbito interno, o poder colonial impôs políticas de ocupação, trabalho escravo e militar, que ocasionaram o surgimento de novas coletividades aplicando nesses moldes uma política de ocupação.

Figura 2 – Localização do Forte Nossa Senhora da Conceição e do Forte Príncipe da Beira.



Elaborado por: Salem Santos, 2018.

Esta forma de ocupar, consolidar e manter o domínio do território que ora ganha destaque no cenário mundial a partir do século XVIII, caminha juntamente

com o conceito de soberania, o qual possui relação com a concepção de fronteira, onde se torna protagonista nessas empreitadas a presença militar, como bem descreve Stevaux:

A presença militar na Amazônia está historicamente relacionada com a sua ocupação pelo colonizador e construção dos fortes. A estratégia utilizada pelos portugueses previa a permanência dos militares que prestavam o serviço militar na guarnição, após a sua saída da caserna, sendo prevista uma compensação a título de estímulo. Começavam assim, a surgir os núcleos populacionais que, atualmente, se observam distribuídos ao longo dos rios e, até mesmo, em áreas interiores da região amazônica (STEVAUX, 1996).

Apesar das iniciativas implementadas desde o governo imperial para melhorar o sistema, as dificuldades de comunicação com os pontos mais afastados do imenso território brasileiro continuavam a representar um grave problema para a segurança da nação.

Faz-se necessário apresentar o caráter estratégico que teriam as linhas telegráficas, a importância que era dada para o desenvolvimento econômico do Estado e o papel desempenhado pelos militares na implantação do telégrafo. As Linhas Telegráficas sob a responsabilidade do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon³² eram vistas como elemento de segurança e ocupação da fronteira com a finalidade de permitir uma maior presença do governo central nas distantes províncias do Amazonas e do Acre.

Destacam, ainda, nessa empreitada as marcações de coordenadas geográficas, as demarcações de fazendas nacionais pertencentes ao Exército, os estudos da região sob o ponto de vista de sua defesa, do traçado de vias de comunicação, da navegabilidade de rios e da natureza do terreno, quanto à sua utilização para a lavoura ou indústria pastoril. Além dos interesses estratégicos, efetivou-se a abertura de um traçado que serviu mais tarde para a construção da

³² Com a intenção de ampliar ainda mais o alcance das linhas telegráficas federais, Affonso Penna, Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como “Comissão Rondon”. O objetivo primordial desta comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos estados de Mato Grosso e Rondônia. Com isso, estaria completa a ligação telegráfica do Rio de Janeiro como o estado do Amazonas e a região do Acre, recém adquirida pelo Brasil através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 e onde se executavam os trabalhos de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré (DOMINGUES, 2010).

BR-364, possibilitando uma ligação terrestre da fronteira oeste com o restante do Brasil.

É evidente que a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas foi um dos maiores esforços realizados pelo governo da Primeira República na tentativa de integrar os “sertões do noroeste” ao restante do país, ampliando a ingerência do Poder Central na região.

A ocupação do território foi de suma importância para a região, visto que deu origem a diversas localidades e tantas outras como: Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, e Ariquemes, cidades do atual estado de Rondônia, as quais tiveram seu desenvolvimento e crescimento facilitado. Há cem anos essas cidades não existiam, pois começaram, entre 1910 e 1915, como estações telegráficas e ao longo dos anos foram se transformando em povoados e se desenvolvendo até se transformarem em importantes cidades daquela região.

Após longo período de abandono do Real Forte Príncipe da Beira já a partir dos anos que sucederam a declaração de independência, os militares se estabelecem no Forte Príncipe da Beira somente em 1932, ao lado da fortaleza com o mesmo nome, instalando lá o Contingente Especial de Fronteira de Forte Príncipe da Beira. Em 1954, mudaria para 7º Pelotão de Fronteira e em 1977, para 3º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 6º Batalhão Especial de Fronteira. Atualmente, encontra-se no forte o 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva, sob a subordinação do 6º Batalhão de Infantaria de Selva, vinculado à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na capital do estado de Rondônia.

Nessa perspectiva, esse espaço no contexto da Pan-Amazônia, deixou de ser apenas uma área periférica e passa a ser cobiçada e disputada, ao tornar-se, no decorrer dos anos, uma fronteira de importância geopolítica negociada entre as grandes potências da época, e uma das regiões contemporâneas de grande interesse estratégico para a humanidade.

Aos diferentes poderes corresponde uma diferente gestão do espaço, devido à diferença de natureza e de escala entre eles, e é pelas relações entre esses poderes que se constrói o espaço (BECKER, 2015a, p. 236), sendo assim, Rondônia deve a sua estruturação municipal à geopolítica de integração nacional adotada pelo Exército, representado por expoentes nacionais e regionais, ao longo de mais de cem anos de história, produzindo, dessa forma, condições políticas locais para a

apropriação econômica do espaço, ocupando a fronteira e contribuindo para o consequente surgimento de mais um estado da federação brasileira.

Tais relações se dão mediante a organização espacial de um território, o qual é a forma concreta de uma organização social na medida em que o espaço é a expressão da realidade de relações. Becker (1982) aborda o tema da estrutura espacial do Brasil do ponto de vista do problema dos desequilíbrios regionais, entretanto, consideramos, também, o fato da região em estudo, constituir uma das mais antigas periferias da economia-mundo capitalista, por estar localizada em uma das áreas mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o oceano atlântico, o que dificultou o incremento permanente de políticas públicas, seja pela falta de interesse do Estado no campo socioeconômico ou pela maior atenção dada aos grandes centros do País.

Numa perspectiva geopolítica, a questão da segurança, em relação à Amazônia, sempre foi colocada em primeiro plano pelo regime militar que se instalou no País após 1964, tendo como pano de fundo o imenso vazio existente, a atrair a atenção e a cobiça de alguns países desenvolvidos pelas riquezas que abriga.

As preocupações estratégicas e geopolíticas quanto ao papel do Brasil no cenário geopolítico mundial, originadas durante o governo militar formam um conjunto de heranças daquele período, se considerarmos que este deixou para o País diversas marcas significativas em seu espaço geográfico-territorial, sobretudo, no seu papel decisivo nas estratégias de ocupação da Amazônia. Exemplo disso, foram os novos arranjos políticos-territoriais impostos à federação brasileira, como a criação de novos estados, em particular, a criação de Rondônia em 1981³³, dentre outras ações com o objetivo de modernização da infraestrutura, de forma a alterar a estrutura urbana, industrial, agrária, energética, de transporte e de telecomunicações.

A migração em Rondônia ocorreu, sobremaneira, desde o primeiro ciclo da borracha, com a implantação de seringais no final do século XIX, seguido da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a chegar à década de 1960 com

³³ Em dezembro de 1981, após a transformação de Rondônia em estado, o Coronel do Exército Jorge Teixeira de Oliveira, o último governador do antigo Território Federal de Rondônia, foi indicado também, para o cargo de primeiro governador do estado de Rondônia. Destacaram-se como realizações de sua gestão a execução, mediante verbas federais, do asfaltamento da rodovia BR-364, a construção da usina hidrelétrica de Samuel, o porto do rio Madeira, a criação do Banco do Estado de Rondônia (Beron). Fonte: www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-teixeira-de-oliveira.

pequenas colônias agrícolas e com a Rod BR-364 previamente aberta (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992).

No entanto, a colonização oficial em Rondônia teve início em 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN), em que foram estabelecidos os seguintes projetos: Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto de Assentamento Rápido (PAR) (BECKER, 1990).

Mais tarde, essa estrutura serviu de base para os programas seguintes e para a rede urbana atualmente estabelecida em Rondônia, tendo como eixo principal a BR-364 e as cidades que se formaram nesse mesmo eixo, a partir dos projetos derivados da primeira iniciativa de colonização.

A colonização ocorrida na década de 70 foi vista como um instrumento fundamental dessa ação na Região. Havendo excedentes populacionais em outras áreas do País, notadamente no Nordeste e no Sul, a colonização induzida pelo governo federal apresentou-se como saída política para a solução desse problema.

As transformações sócio espaciais ocorridas no centro de Rondônia na década de 70 têm nos Projetos de Integração e Colonização (PIC)³⁴ o seu grande impulsionador (BECKER, 2015a, p.284).

A implantação de tais projetos constitui fator decisivo para entender as atuais características do estado de Rondônia, especialmente ao ver os reflexos destas transformações implantadas pelo Governo Militar, o qual transformou a região em laboratório experimental das diferentes formas de ocupação da fronteira agrícola na Amazônia.

O que pode ser entendido como resultado e exemplificado pela forte ocorrência de representantes articulados do complexo de pecuária de corte e grãos constituídos pela rede de produtores envolvidos, como por exemplo, Grupo Maggi, Cargill e JBS/Fri-Boi que possuem terminais próprios construídos em Porto Velho, destinados ao escoamento dos produtos para o mercado nacional e internacional (BINSZTOK *et al*, 2012).

É de suma importância a análise das frentes de expansão na fronteira agrícola para a compreensão do conflito fundiário em Rondônia. Especialmente, o

³⁴ Foram projetos a cargo do INCRA, tais como: o Projeto Integrado de Colonização-PIC Ouro Preto, 1971; Sidney Girão, 1972; Ji-Paraná, 1972; Paulo Assis Ribeiro, 1974; Padre Adolpho Rohl, 1975; Projetos de Colonização Dirigido-PAD Marechal Dutra e Burareiro, 1975; Projeto de Assentamento-PA Machadinho, 1981; e o Projeto de Assentamento Rápido-PAR ao longo da BR-364; além dos Projetos Fundiários Alto Madeira, Corumbiara, Guajará-Mirim e Jaru Ouro Preto, ambos criados em 1975.

Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, inserido na faixa de fronteira do Brasil com a República da Bolívia, às margens da BR-425 e único projeto de colonização fora do eixo da BR-364. No entanto, apesar da questão fundiária não estar ligada diretamente aos objetivos propostos neste trabalho, por isso não terá uma análise aprofundada, os conflitos que acontecem na fronteira estão, no geral, conectados com as populações rurais que nela habitam, em oposição a outros grupos sociais ou às estruturas decorrentes do desenvolvimento econômico, industrial e agrícola, em uma hierarquização crescente entre os competidores pelo uso da terra.

Sob a visão estratégica, a principal característica natural dessa região fronteiriça é a existência de bacias hidrográficas com possibilidade de integração entre o território boliviano e brasileiro. Em destaque a bacia do rio Mamoré, cujo eixo fluvial serve de limite internacional, seus principais afluentes percorrem a área do PIC Sidney Girão.

No sentido usual de limite internacional, a colonização da fronteira era uma estratégia geopolítica do Governo Militar que criou o projeto de assentamento, no intuito de incentivar o povoamento, a nacionalização e a defesa da fronteira. Neste sentido, a história das fronteiras está profundamente ligada ao surgimento do Estado Nacional, pois são definidores de limites. Os Estados Nacionais estabelecem suas fronteiras para afirmarem a extensão exata de seu território, assim, no sentido ideológico a fronteira amazônica é o espaço onde o Governo Federal teve papel fundamental no planejamento e investimentos estruturais para o desenvolvimento.

Os principais municípios de Rondônia não fogem à regra do processo de ocupação desenvolvido no estado, onde a rodovia BR 364, considerada um marco geopolítico para o estado, foi a propiciadora do surgimento de novos núcleos urbanos, tida como o mais importante passo para o desenvolvimento regional, sobretudo, na década de 1980. Tal fato fazia parte do projeto geopolítico de integração territorial do Brasil, o qual era calcado na construção de grandes sistemas de engenharia, que tornasse possível os fluxos diversos entre lugares situados em posições geográficas distintas.

Paralelamente a este projeto de integração territorial, através da Rod BR 364 asfaltada, a modificação da estrutura espacial se deu, sobremaneira, a partir da acentuação das tensões e desequilíbrio das regiões brasileiras. Tal projeto político foi acompanhado de políticas de incentivo maciço para que se realizasse a

colonização de terras situadas ao longo da rodovia, evidentemente para beneficiar muitos colonos do sul e sudeste do Brasil, que não encontravam mais terras para o cultivo.

Através desta política de colonização, e povoamento, exemplificada pela figura 3, com fins de expandir a fronteira agrícola e resolver problemas fundiários, trouxe o debate acerca dos atuais conflitos fundiários presente na região, cujas questões que cercam, por exemplo, a BR-421, que desde a criação do PIC Sidney Girão se cogitava o escoamento da produção pela BR-421, estão atreladas ao estabelecimento dela dentro da reserva ambiental, inclusive de proteção integral, motivado pelo fato desta rodovia interligar a zona de fronteira (Guajará-Mirim e Nova Mamoré), ao centro do Estado de Rondônia por um percurso menor e assim diminuir a distância destes municípios e facilitar o escoamento da produção.

Figura 3 - Distribuição e ocupação de terras em Rondônia em 1970.



Fonte: Fonte: Aleks Palitot (2015).

Nesse contexto de modernização acelerada da sociedade e do território nacional, modifica-se a percepção da Amazônia, que assumiu posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa (BECKER, 1982). O surgimento dos municípios de Rondônia foi resultado de uma política de colonização e reforma agrária conduzida pelo Estado, conforme atesta Becker (1982) e Oliveira (1986), seguindo o ideário de Waibel (1979), que mostram a consolidação da BR-364, Cuiabá - Porto Velho e os Projetos de Integração e Colonização, como os

instrumentos geopolíticos mais importantes para a ocupação de Rondônia e da Amazônia Meridional.

Na região Amazônica, a atuação do Estado é, sobretudo, marcante no período que compreende o século XX, a qual foi condicionada às questões geopolíticas mundiais. Nesse período foram implantadas políticas territoriais, as quais, em hipótese foram determinantes para a atual configuração territorial nesta região.

A breve contextualização acima apresentada, em termos teóricos é uma contribuição da geografia política ao conhecimento dos processos contemporâneos que atribuem significado às transformações regionais, e no sentido geopolítico - de estratégia de Estado - esta parte do trabalho está fundamentada nas iniciativas políticas ocorridas desde o período colonial passando pelo período do governo militar, período que a região esteve no centro da estratégia estatal, com vistas à integração nacional com objetivo fim de sua política: a manutenção da soberania nacional através da ocupação e integração.

3.2. Geopolítica contemporânea e o Estado de Rondônia como elemento central de análise.

Apesar da convivência pacífica com os países amazônicos, em alguns momentos da história, a complexa situação política vivida internamente por países sul-americanos, trouxeram consequências sob a forma de crises diplomáticas³⁵, exemplo disso foi o litígio que teve fim em 1903, através do Tratado de Petrópolis, a partir da intervenção do governo brasileiro e a ocupação militar no Estado do Acre, o qual foi anexado ao Brasil mediante indenização de 2 milhões de libras esterlinas (CASTRO, 1994).

Termina a questão acriana com um ato diplomático de grande repercussão - a assinatura do Tratado de Petrópolis (17-11-1903), pelas chancelarias do Rio de Janeiro e La Paz, pelo qual o Brasil incorpora 181 mil Km² ao seu território, oferecendo em troca algumas compensações territoriais somando 2.296 Km², além de compensações outras, como o compromisso de construir uma estrada de ferro, paralela ao trecho encachoeirado do rio Madeira, a

³⁵ No caso boliviano o interesse externo se traduziu na amputação de territórios bolivianos na Guerra do Pacífico, na Questão do Acre e na Guerra do Chaco, respectivamente, para Chile, Brasil e Paraguai. Seu desfecho mais recente foi o mal estar diplomático no Itamaraty diante da desapropriação em 2006 dos ativos da Petrobras na Bolívia, seguido, no ano seguinte, do aumento do preço do gás exportado ao Brasil pelo gasoduto boliviano-brasileiro (Gasbol).

fim de permitir o escoamento da borracha boliviana pelo vale do Amazonas. Após alguns reajustes diplomáticos, ficou acordada entre ambas as chancelarias a construção da estrada de ferro-Madeira-Mamoré, ligando Guajará-Mirim a Porto Velho [...] (MATTOS, p. 49, 2011b).

Do ponto de vista geopolítico, foi notória a repercussão ocorrida em território brasileiro podendo ter como consequências calamitosas para a soberania da República, de modo a comprometer o domínio territorial e que hoje o Estado de Rondônia, potencializado por coexistir interesses estrangeiros subjacentes à disputa com a Bolívia, como ocorrido, anteriormente, em 1870, quando a Bolívia abriu mão de seus deveres soberanos e arrendou o território em litígio para um empreendimento americano intitulado de *Colonization and Commercial Company of Bolivia*³⁶.

Naquele momento, tais fatos foram influenciados pelo *boom* econômico da borracha, o qual só o Brasil tinha acesso à região, e a Bolívia, devido a imensa barreira da cordilheira dos Andes, com seus núcleos populacionais no altiplano separados da extensão do sistema fluvial amazônico.

Caso não houvesse uma intervenção estatal de maneira pontual, existia a possibilidade de que a região se tornasse no mesmo modelo da África partilhada onde as *chartered companies*³⁷ abriram caminho para o futuro controle estrangeiro, nos moldes que ocorreu, também, na instável Polônia, país aberto e zona de passagem, a qual viu todo seu território partilhado entre os países vizinhos - a Rússia, a Prússia e a Áustria; já a Bolívia com sua instabilidade à época e caracterizada como zona de passagem perdeu mais da metade de seu território para o Brasil, Argentina, Peru, Chile e Paraguai (CASTRO, 1994), tendo uma longa história de disputas e perdas territoriais para todos os países com os quais faz fronteira.

Em um mosaico realístico e atual, a região fronteira entre o Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia, destacando o recorte onde o limite fronteiro que separa os

³⁶ Tipo de corporação que evoluiu no início da era moderna na Europa. Ela gozava de certos direitos e privilégios e estava vinculada por certas obrigações, sob uma carta especial concedida a ela pela autoridade soberana do Estado, definindo e limitando esses direitos, privilégios e obrigações e as localidades em que deviam ser exercidos. A carta geralmente conferia um monopólio comercial à empresa em uma área geográfica específica ou para um tipo específico de item comercial.

³⁷ Empreendimento americano autorizado pela Bolívia buscava atrair colonos para a região do Alto Acre. Esse empreendimento não foi, porém bem-sucedido, e um ano mais tarde foi desfeito como resultado da mudança de presidente da Bolívia.

dois países (Rio Guaporé), que percorre o estado federativo brasileiro de Rondônia, através dos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Alta Floresta d'Oeste, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Alto Alegre dos Parecis, Cabixi, Pimenteiras do Oeste, totalizando uma população de aproximadamente 650.970 habitantes (IBGE, 2010), apresenta questões específicas que são fatores determinantes e que constituem a preocupação nacional no que diz respeito à segurança das fronteiras em um contexto maior de segurança nacional frente às novas e velhas ameaças, por ser uma região extremamente permeável pela circulação fluvial, o que favorece a integração, mas também a penetração da ilegalidade e crimes ambientais, tendo em vista o perfil multifacetário e transnacional das novas ameaças que evidenciam a porosidade das fronteiras e a necessidade da “compreensão das questões de defesa e segurança para além das fronteiras nacionais” (MEDEIROS FILHO, 2004, p.6).

Ocorreu, assim, um padrão de ocupação de desenvolvimento econômico imposto para a Amazônia durante o século XX, especificamente entre as décadas de 1950 e 1980, que se intensificou nas décadas de 70 e 80, tendo como base a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. Esse padrão se reproduziu em Rondônia com tais projetos de colonização e infraestrutura, deixando um saldo negativo de intenso desmatamento, o qual repercute até os dias atuais.

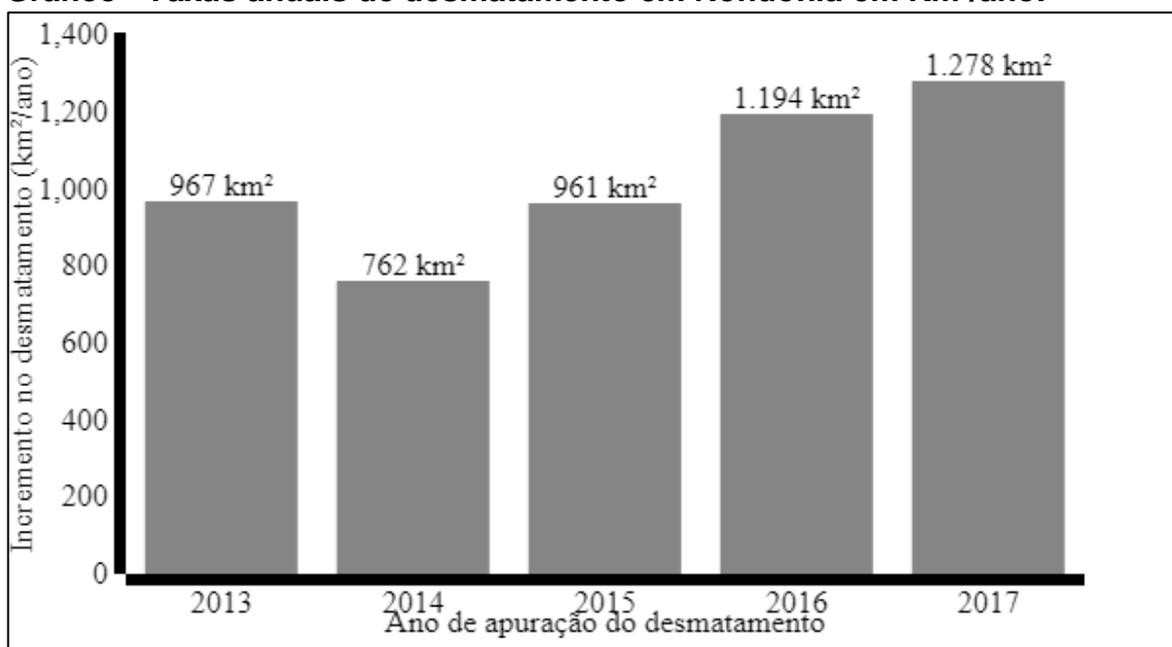
De certa forma, as ações que foram executadas em prol do desenvolvimento de Rondônia, ocorrem desde sua origem, com prejuízo ao meio ambiente, prova disso é o nível acentuado do desmatamento. As políticas públicas tidas como estratégicas apontam que a geopolítica do estado está presente na busca de inserção nos novos cenários estratégicos em nível nacional e global, com destaque para o campo da proteção, da vigilância e do monitoramento ambiental de parte da Amazônia ocidental.

As principais causas do desmatamento na Amazônia e, mais especificamente em Rondônia, foram o aumento da população, em função da migração estimulada pelo governo em décadas anteriores; o crescimento da indústria madeireira, aliado à ampliação do número de estradas e rodovias; e as queimadas, que são feitas para o avanço da pecuária e da agricultura, sobretudo, da soja (GAZONI, MOTA, 2010, p. 26). Apesar de serem numerosas as causas do desmatamento, há amplo

reconhecimento de que a expansão da fronteira agrícola, conduzida pela produção de soja e criação de gado, é uma de suas principais causas (MELLO, 2011, p. 121).

O gráfico abaixo apresenta a estimativa anual de desmatamento em (km²/ano) do estado de Rondônia produzida pelo projeto PRODES, que realiza o monitoramento por satélite por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, informações que são usadas pelo governo para o estabelecimento de políticas públicas.

Gráfico - Taxas anuais de desmatamento em Rondônia em Km²/ano.



Fonte: INPE, 2017.

Em termos de repercussão socioambiental, um dos fatores que contribui para a atenção internacional dirigida para a região foi o desmatamento provocado pela ocupação e exploração das riquezas naturais. Esta ação de devastação afeta incisivamente o meio ambiente e o seu monitoramento tem sido considerado de interesse global, assim, esta ameaça expõe o Brasil a futuras ações internacionais a respeito da sua capacidade de enfrentar e gerir adequadamente os seus problemas internos e, portanto, questionando a sua soberania sobre a região.

No que tange a sua ação causadora, cabe salientar que a degradação florestal antropogênica é entendida, segundo Parotta (2012), como a redução na capacidade geral de uma floresta de fornecer bens e serviços, incluindo armazenamento de carbono, regulação do clima e conservação da biodiversidade.

Ela pode resultar de vários tipos de distúrbios humanos, como a extração seletiva, queimadas, fragmentação e caça excessiva.

Outrossim, no que tange à legalidade de atuação do Exército no combate aos delitos ambientais, cabe citar o item 6, da Portaria do Comandante do Exército nº 061, de 16 de fevereiro de 2005, que aprovou a Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, estabelecendo os principais ilícitos que devem ser alvo de repressão por parte do EB:

A atuação da Força Terrestre na prevenção e na repressão aos delitos ambientais deve estar focada, em princípio, sobre os seguintes ilícitos: a) a prática de atos lesivos ao meio ambiente, definidos na Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 Fev 98; no Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 Set 75; e no Código de Proteção à Fauna – Lei nº 5.197, de 03 Jan 67; b) a exploração predatória ou ilegal de recursos naturais (Lei nº 9.605, de 12 Fev 98); e c) a prática de atos lesivos à diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, definidos na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 Ago 01 (BRASIL, 2005).

A existência da legalidade de atuação do Exército encontra motivações na realidade geográfica do recorte territorial, corroborada ainda, pela fraca ou quase nula presença do Estado, legalidade esta que estabelece as responsabilidades de planejamento, coordenação e execução das ações na faixa de fronteira em decorrência da atribuição subsidiária particular estabelecida pelo inciso IV, Art.17A, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 setembro de 2004.

O que torna essa temática importante para a questão da soberania do Brasil reside no fato de Ele ser protagonista num cenário onde a Amazônia considerada a maior floresta tropical do mundo e com a capacidade de armazenar aproximadamente 86.10^{12} kg de carbono acima e abaixo do solo, desempenhando assim, um papel crucial na regulação do clima global (SAATCHI *et al.*, 2007; BETTS *et al.*, 2008). Mais de 60% da Amazônia está no Brasil, tornando este país o maior repositório mundial de carbono florestal (FAO, 2010).

No entanto, Becker (2015) salienta que o novo valor estratégico atribuído à natureza amazônica tornou patente que ela não se restringe à Amazônia brasileira, mas sim envolve a extensa Amazônia sul-americana. Por este motivo o caráter transnacional da Amazônia pressupõe uma maior atenção política aos novos sentidos dado a ela.

A ameaça de ocupação internacional da floresta já alimenta os projetos das Forças Armadas há muitos anos. Entre os argumentos apresentados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para a criação do projeto Calha Norte, em 1985, por exemplo, estavam: a cobiça internacional dos recursos minerais existentes na região; o crescente trânsito ilegal de estrangeiros; a instabilidade interna nos países vizinhos; a intensificação dos conflitos de terras; e pressões (internas e, sobretudo, externas) para a criação de reservas indígenas em áreas ricas de minérios e na faixa de fronteira (CAVAGNARI FILHO, 1994).

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, todavia, não a isenta de conflitos. O subcontinente é região de recursos naturais abundantes, que despertam interesses internacionais. A crescente demanda por esses escassos recursos pode traduzir-se em divergência de interesses e conflitos, resultando num cenário caótico de uma possível intervenção ambiental propriamente dita, nas suas diversas formas e decorrentes das implicações para o sistema internacional.

A expressão “intervenção internacional” pode ser entendida segundo diversos sentidos. Em um sentido mais restrito, pode significar a violação física das fronteiras nacionais de um Estado soberano com um propósito definido – por exemplo, o ataque a instalações militares ou o envio de ajuda humanitária a populações carentes. Em um sentido mais amplo pode-se pensar em um continuum que vá de uma situação limite, como acima, ao exercício da influência política, incluindo seus níveis mais brandos. Assim, o conceito de intervenção internacional pode abranger desde a intervenção militar propriamente dita até os polidos meios diplomáticos. E ainda, como já foi aqui apontado, a intervenção, enquanto contraponto da soberania, pode apresentar-se como força ou como direito (NETO, 2010).

Sob outro aspecto, o fenômeno da globalização trouxe consigo o agravamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico, o tráfico de armas, que põem à prova a capacidade do Estado, desencadeando potenciais fatores de instabilidade regional caracterizado pelos delitos transfronteiriços, aí incluído outros como demandas sociais reprimidas, disputas pela posse da terra, assimetrias socioeconômicas, dentre outros.

De forma negativa, cresce de importância o sentido da fronteira, pois o aumento no volume de armas e drogas atravessando as fronteiras que vêm acompanhadas pelo fluxo de mercadorias contrabandeadas tem poder de repercutir

em todo o território nacional, o que torna de fundamental importância o amparo jurídico conferido ao EB através do poder de polícia na faixa de 150 km de fronteira.

O tráfico internacional de drogas ilícitas representa a maior ameaça³⁸ não tradicional para a segurança sul-americana; além disso, suas consequências e crimes conexos podem ser observados em toda a região, devido à transnacionalidade do problema. Transnacionalidade esta, que propicia a disputa pelo controle de rotas e da circulação destes ilícitos na região amazônica decorrentes da interiorização e necessidade de expansão desse comércio.

Na América do Sul estão os três maiores produtores de folha de coca do mundo: Bolívia, Colômbia e Peru abastecem sozinhos, todo o mercado mundial de cocaína (UNODC, 2011, p. 38), o que tornou o Brasil um importante corredor para o tráfico internacional de drogas a partir de década de 1970.

Cabe destacar a importância geográfica da região amazônica no contexto internacional do narcotráfico, onde se leva em consideração, a proximidade juntos aos principais produtores (Países Andinos) e pela lógica organizacional em redes, a proximidade junto aos principais mercados (EUA e Europa), o que é determinante para configurar Rondônia rota de circulação.

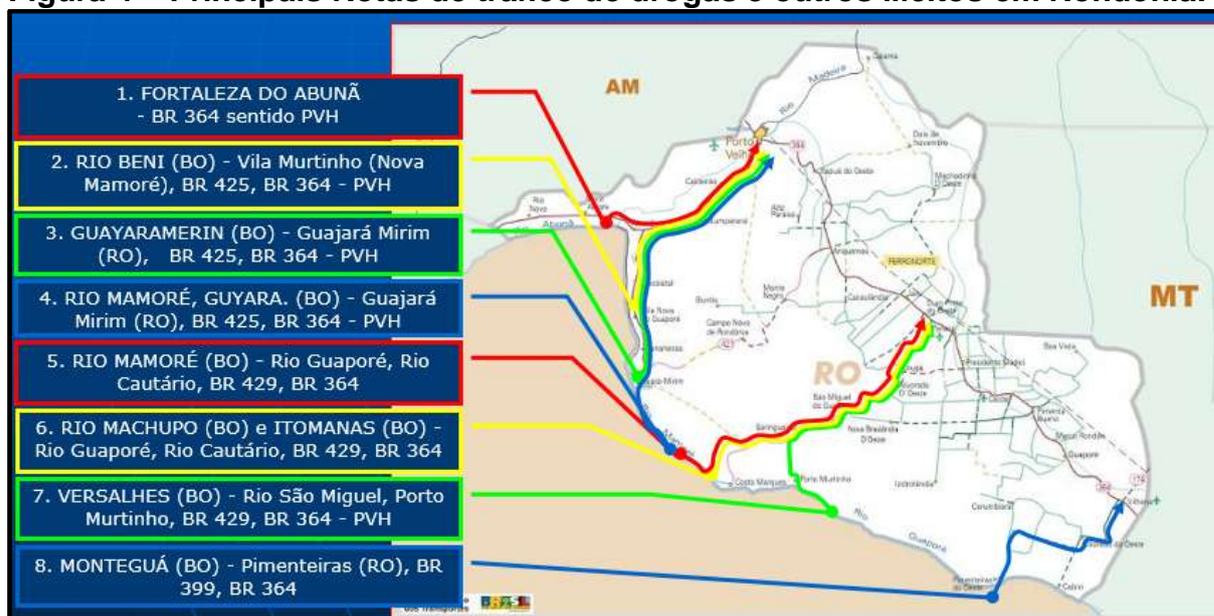
A condição do Brasil de passagem da droga e de mercado consumidor atraiu grupos criminosos que já atuam em outros países e proporcionou, ao mesmo tempo, a formação de grupos criminosos locais que disputam o controle sobre o varejo na distribuição de cocaína e crack, principalmente nas regiões metropolitanas, onde é desencadeado um combate mais intenso, porém, equivalente ao trabalho de 'enxugar gelo', devido à falta de ações eficazes na fronteira, caracterizando-a como porosa e vulnerável.

A fronteira brasileira por sua permeabilidade tem como características favorecer e ampliar os deslocamentos diários de pessoas e produtos entre ambos os países. Contudo, esse movimento de pessoas e produtos também favorece a realização das atividades ilícitas nos pontos da fronteira, pois tais fluxos acompanham os roteiros comuns dos deslocamentos gerais.

³⁸ Há no campo da defesa e segurança um conjunto de antigas e novas ameaças que podem ser divididas em dois grandes grupos: os problemas 'de' fronteira e os problemas 'na' fronteira. Enquanto o primeiro conjunto de ameaças diz respeito à disputa de poder entre Estados Nacionais soberanos, sendo tratados no campo da chamada 'defesa nacional', o segundo relaciona-se com um conjunto de ilícitos de toda ordem que deixa vulneráveis as áreas de fronteira, sendo geralmente tratado no campo da segurança pública" (MEDEIROS FILHO, 2013, p. 68-69).

Diante disto, o levantamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (IDESF) coloca que o contrabando, notadamente o de cigarros, e o tráfico de drogas e armas têm andado de mãos dadas pelas estradas brasileiras (IDESF, 2015), conforme aponta a figura 4 explicitando o caso de Rondônia. E são as disputas das organizações criminosas pelo domínio desses pontos que visam à manutenção dessas rotas usadas pelos fluxos ilícitos podendo ocasionar a violência em determinados pontos da fronteira.

Figura 4 – Principais Rotas de tráfico de drogas e outros ilícitos em Rondônia.



Fonte: CPO PMRO, 2009.

A fronteira tem ganhado representatividade ao observar o fenômeno transnacional do narcotráfico, que tem suas dinâmicas baseadas nas demandas e na produção de recursos (coca, cocaína, maconha etc.) e que tem seu avanço refletido em transformações latentes nas esferas políticas, econômicas e sociais.

O narcotráfico ao adentrar na conjuntura da globalização tem seu fluxo intensificado diante da possibilidade de novos mercados e de atividades econômicas lucrativas internacionais, permeando territórios sem considerar os limites fronteiriços dos países, adquirindo assim uma dimensão transnacional e evidencia uma progressiva diversificação em sua organização, produtos, métodos, meios, áreas de instalação, rotas de tráfico, mercados e sistemas de redes.

Um fator a ser destacado é o papel integrador desempenhado pela Rod BR-364 como a principal via de ligação entre Rondônia e os demais estados do país, e,

estando interligada com a hidrovia do rio Madeira, torna-se um eixo fundamental para o escoamento da produção e a integração intercontinental no Norte do Brasil com o restante da América do Sul, através, também, da Rod BR-319 e a saída para a Venezuela e Caribe.

Para o Brasil, hoje, a integração é vista como um objetivo estratégico nacional. As iniciativas para a integração regional, através de acordos de cooperação multilaterais, é o principal fator de estabilidade entre os países sul-americanos, conforme o prescrito no manual de fundamentos doutrina militar terrestre:

A Projeção de Poder desenvolve-se por meio da participação militar além-fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao País, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional (BRASIL, 2014).

Becker (2015) destaca ainda que:

A integração do Brasil como questão central do interesse nacional e o combate às atividades ilícitas atribui às fronteiras um novo papel estratégico. Reativam-se as fronteiras, por esse duplo processo, tornando as relações transfronteiriças em um tema prioritário das relações internacionais (BECKER, 2015,p. 216).

O que se percebe, é uma confluência do Brasil e da Bolívia nos temas de defesa quando tratados em âmbito regional e internacional, e uma insuficiência de definições estatais quando se trata de defesa e segurança na faixa de fronteira entre ambos. Contudo, a partir do relato dos atores que executam tais políticas públicas, principalmente no território de fronteira, assim como de algumas autoridades, o que se percebe é a falha da presença do Estado em quase todos os sentidos nesses territórios, nos diversos níveis de políticas públicas.

Cabe salientar que, do outro lado da fronteira, a Bolívia tem nos elementos que considera mais estratégicos para a consolidação de sua soberania: o controle estatal dos recursos naturais e das fronteiras, e define a presença do Estado na fronteira como central para o domínio sobre o território e a afirmação da soberania do país. Esta presença deve ser garantida, de acordo com a Constituição Política do

Estado Plurinacional da Bolívia de 2009 (CPE), tanto pelas Forças Armadas como por outros órgãos estatais, de diferentes níveis de poder.

A CPE expressa que *“Las relaciones internacionales y la negociación, suscripción y ratificación de los tratados internacionales responden a los fines del Estado en función de la soberanía y de los intereses del pueblo”* (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, Art. 255).

Artigo 261. A integridade territorial, a preservação e o desenvolvimento das áreas de fronteira constituem um dever do Estado. Artigo 262.^o I. Constitui uma zona de segurança fronteiriça a cinquenta quilómetros da linha da fronteira. Nenhuma pessoa estrangeira, individualmente ou em sociedade, pode adquirir propriedade neste espaço, direta ou indiretamente, ou possuir por qualquer título água, solo ou subsolo; exceto em caso de necessidade do estado declarado por lei expressa aprovada por dois terços da Assembléia Legislativa Plurinacional. A propriedade ou posse afetada em caso de não cumprimento desta proibição será em benefício do Estado, sem qualquer compensação. II. A zona de segurança fronteiriça estará sujeita a um regime jurídico, econômico, administrativo e de segurança especial, orientado a promover e priorizar seu desenvolvimento e a garantir a integridade do Estado. Artigo 263. A defesa, segurança e controle das zonas de segurança de fronteira é um dever fundamental das Forças Armadas. As Forças Armadas participarão das políticas de desenvolvimento integral e sustentável dessas zonas e garantirão sua presença física permanente nas mesmas. Artigo 264. I. O Estado deve estabelecer uma política permanente de desenvolvimento harmonioso e abrangente, sustentável e estratégica das fronteiras, a fim de melhorar as condições de vida da sua população, especialmente das nações e dos povos indígenas de fronteira nativa. II. É dever do Estado implementar políticas de preservação e controle dos recursos naturais nas áreas de fronteira. III A regulamentação do regime de fronteiras será estabelecida por lei (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, Capítulo Segundo, Título VIII, Segunda Parte, tradução nossa).

O limite de fronteira – contido no espaço de fronteira (MIYAMOTO, 1995) – interessa a este estudo por ser um aspecto de relacionamento entre os Estados, e não por sua demarcação inerente de território. Essa dimensão binacional da fronteira é que caracteriza as dinâmicas transfronteiriços.

Espaços transfronteiriços são considerados como aqueles espaços que resultam de relações de tensão e cooperação na escala regional. Sua particularidade está na associação de proximidade, nas transgressões cotidianas daqueles que vivem de um lado e de outro da fronteira, e igualmente pela relação de investimentos ou ações de corporações, agentes não governamentais e as resistências à

construção de institucionalidades específicas. São espaços que contestam a ideia de fronteira como divisa entre países que, durante muito tempo, foi considerada verdadeira restrição para a exploração de terras e recursos (RIO; DRUMMOND, 2013, p. 218-219).

As relações com a Bolívia são prioritárias para o Brasil, abrangendo iniciativas em áreas como cooperação energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais, bem como a articulação em foros regionais e globais. O Brasil confere importância geoestratégica às relações com a Bolívia, país com o qual o compartilha sua maior fronteira (3.423 km) e a condição de país amazônico e platino. A cooperação sub-regional é tida como estratégia, como descrito na PND:

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do MERCOSUL e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 2012a).

A localização geográfica da Bolívia no continente sul-americano sempre interessou ao Brasil. A Bolívia tem acesso às duas principais bacias hidrográficas do continente – Amazônica e Platina, possui território nos Andes, Chaco, Amazônia e Pantanal, e posiciona-se de forma central para a conexão entre os Oceanos Atlântico e Pacífico – ao que se denominou o *heartland* da América do Sul, segundo a tese do *heartland* sul-americano de Mário Travassos.

Com isso em mente, Mário Travassos traçou uma nova triangulação de capitais, com base na teoria de Mackinder (1904), que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, terra central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre³⁹. Com o propósito de designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século (MELLO, 1997) que, trazendo para o contexto do Brasil e tomando como referência a posição geográfica de influência do Brasil, o colocaria em conexão com as áreas estratégicas mencionadas e garantiria a preponderância de seu poder na região.

³⁹ Mackinder (1904), dentro do contexto de que quem conquistasse a Europa oriental dominava o centro do mundo, dominando, conseqüentemente, a “Ilha Mundial” e quem governasse a “Ilha Mundial” governaria o mundo (CASTRO, 1999, p. 220).

Tal triângulo compreendia justamente o território boliviano, e seria formado entre as cidades de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre – o *heartland* sul-americano (MELLO, 1997). A vantagem do Brasil com relação à possibilidade de influência nesse triângulo estaria na localização geográfica do Mato Grosso, que corresponde à porção central do continente, servindo de posição intermediária entre as ocorrências na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica. Ao capitanear a neutralização da influência platina na região amazônica, estaria aberto o caminho do Brasil rumo ao Oceano Pacífico (MIYAMOTO, 1995), e é exatamente o que se observa hoje com o financiamento, por parte do Brasil, da construção de estradas em território boliviano, na essência do planejamento da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

No mesmo sentido, atualmente, dos dez eixos multinacionais de integração em desenvolvimento traçados no âmbito da IIRSA⁴⁰, três projetos abrangem o estado de Rondônia. São eles os eixos Interoceânico Central, o eixo Amazonas e Peru-Brasil-Bolívia. Com destaque para as possibilidades de articulação multimodal da cidade de Porto Velho com os grupos de projetos do Eixo Peru - Brasil - Bolívia que abrem a possibilidade de saída de grãos e *commodities* agrícolas do sudoeste do Brasil, principalmente dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, para os portos do Pacífico presentes no território peruano.

Tais projetos permitem conjecturar as potencialidades da região em constituir uma infraestrutura integrada que seja funcional à defesa e ao desenvolvimento regional, haja vista que a integração de infraestrutura é um passo fundamental para que se avance na integração nas áreas de segurança e de defesa da América do Sul, bem como para o desenvolvimento socioeconômico regional.

⁴⁰ Tal caracterização com relação à infraestrutura voltada “apenas para fora” na região amazônica também foi apontada por Serra e Fernández (2004, p. 123) em trabalho intitulado “Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo”, em que os autores relatam que a infraestrutura voltada apenas ao grande comércio exterior não favoreceria a região amazônica no sentido em que esta continuaria “isolada” de um maior desenvolvimento frente outros centros dinâmicos dos países nessa área. Com a análise de potencialidades e ameaças, os autores finalizam o trabalho apontando oportunidades à Amazônia, em função de maior conectividade dos transportes, focalizando na importância do planejamento. A partir de um maior detalhamento e estudo dos projetos viários em sua área de abrangência, uma importante potencialidade apontada seria que a integração física poderia avançar na exploração sustentável de recursos naturais de forma a favorecer, também, a elaboração de produtos da região com maior valor agregado, alavancando o desenvolvimento socioeconômico interno. Assim, os autores concluem que apesar das dificuldades, os projetos de maior integração na Amazônia brasileira e sul-americana apontam para motivos mais “otimistas” no tocante à integração nessas regiões (SERRA, M.A. & FERNÁNDEZ, R.G., 2004, p. 127-128).

Nesse sentido, a construção de grandes obras de energia, transportes e comunicações constitui um fator significativo para aumentar as capacidades logísticas da região, formar cadeias produtivas e reduzir as assimetrias existentes, especialmente no interior do subcontinente.

3.3. Estrutura Organizacional do EB e especificidades das atribuições subsidiárias no estado.

Partindo do pressuposto que o Poder Militar é instrumento para a política, e, portanto, subordinado a ela, a formulação de planos, a partir do resultado da relação entre a política e estratégia, permite a condução política-estratégica dos conflitos nas diversas áreas e esferas políticas. O conceito de estratégia tem origem na guerra, e é na guerra onde se encontram os fundamentos desse conhecimento sistemático.

Sucintamente, Clausewitz (1984) afirma que os elementos estratégicos que afetam o uso de engajamentos (ações) podem ser classificados em vários tipos: morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos, e que a estratégia seria o uso de engajamentos para o objetivo final da guerra.

No entanto, este conceito originalmente utilizado no contexto de guerras, não reflete suas aplicabilidades para este fim nos dias de hoje, haja vista as características de um país pacífico como o Brasil, onde a possibilidade quase nula de um possível engajamento em um conflito de guerra com outra nação é resultado de uma política que busca sua inserção internacional por meio de cooperação e não pela ideia de imperialismo ou supremacia.

A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro (BRASIL, 2012a). Assim, a Estratégia Nacional de Defesa, buscou traçar metas para assegurar que os objetivos da Defesa Nacional pudessem ser atingidos, mediante as diretrizes estabelecidas na END, as quais estão voltadas para a preparação das Forças Armadas com capacidades adequadas para garantir a segurança do País tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise (BRASIL, 2012b).

Um aspecto de grande relevância neste trabalho é o conceito de mobilidade estratégica, ou seja, a capacidade da Força Terrestre (EB) atingir qualquer ponto do

território nacional em pouco tempo e assim estar em condições de se fazer presente frente às vulnerabilidades do imenso território brasileiro.

Tal questão abordada e proposta como superioridade estratégica por Mackinder, e citado por Costa (2016) ao dizer que, as condições de mobilidade de poder militar e econômico tem um caráter transcendente e, sem dúvida, ilimitado, foi corroborada pela END, na Diretriz de nº 4, com o propósito de efetivar a capacidade de dissuasão, apresentando a necessidade de priorizar a ‘mobilidade estratégica’ conceituada como capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, assim definida na Política Nacional de Defesa como:

A aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito – reforçada pela mobilidade tática – entendida como a aptidão para se mover dentro daquela região – é o complemento prioritário do monitoramento/controlado e uma das bases do poder de combate, exigindo, das Forças Armadas, ação que, mais do que conjunta, seja unificada (BRASIL, 2012a).

Assim, a mobilidade estratégica torna-se fundamental ao levar em consideração, principalmente, a extensão da Pan-Amazônia, região composta por nove países da América do Sul - incluindo o Departamento Ultramarino da França - tendo em comum em seus territórios, a floresta amazônica, área estratégica e que representa prioridade para as Forças Armadas, como bem descreve o Livro Branco de Defesa Nacional:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse da defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, tem, em números aproximados, 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao Brasil — cerca de 70%. O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais (BRASIL, 2012b).

Neste tópico pretende-se descrever a importância da Estratégia nacional de defesa para a Amazônia ocidental, destacando a mobilização de contingente militar e sua viabilidade e/ou atuação prática em nível de interferência na estruturação

territorial do arco central⁴¹ – região que compreende a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, segundo Secretaria Nacional de Segurança Pública – em particular o estado de Rondônia, com vistas a compreender como esta política de defesa contribui para transformar política e socialmente esse amplo espaço territorial, concentrador e propício à prática de delitos diversos, marcadamente o narcotráfico e os crimes ambientais.

Cabe salientar que, devido Peru, Bolívia e Paraguai serem os principais produtores/fornecedores de maconha e cocaína, é pela fronteira do arco central que ingressa a maioria das drogas comercializadas no país, concentrando-se também os maiores volumes de apreensão de cocaína e maconha. Praticamente todos os municípios do arco central integram rotas do tráfico de drogas, segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Para efetivar uma análise das condições da aplicabilidade da Política nacional de defesa, foram realizadas pesquisas na doutrina e legislação em vigor com a finalidade de formar subsídios para a atuação das Forças Armadas em consonância com o amparo legal e a pertinência de sua atuação na região delimitada pela faixa de fronteira.

As Forças Armadas subordinadas ao Ministério da Defesa do Brasil foram criadas em 1999, cujo Ministério é subordinado diretamente ao Presidente da República. O Exército, na condição de representante da força terrestre, tem como missão preservar e garantir a defesa da pátria, zelar pelo cumprimento pleno da constituição e pela manutenção da lei e da ordem.

Juntamente com a Marinha do Brasil e a Aeronáutica, é o instrumento para a efetivação da Estratégia nacional de defesa, o qual constitui na forma da lei, instituição permanente e regular que em momentos significativos de nossa história atuou de forma a interferir nos rumos da nação, sendo por vezes o elemento democrático na sociedade, aglutinador e miscigenador da raça brasileira.

Ainda, o EB é considerado um elemento organizador em uma sociedade marcada historicamente por momentos críticos, que vão desde a participação marcante na consolidação territorial da nação brasileira à época do Brasil colônia,

⁴¹ Espaço territorial com semelhanças em termos de diagnóstico socioeconômico e demográfico sob o escopo da Segurança Pública nas Fronteiras. O arco central é composto por três Estados, sendo eles: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e concentra 99 municípios. Mesmo Rondônia estando localizado na região norte, pelas suas características fronteiriças foi definido como pertencente ao Arco Central (Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014).

por ocasião da expulsão dos holandeses em solo brasileiro, passando pela Guerra do Paraguai, pelo período do governo militar, até a temática atual acerca do papel desempenhado pelos militares na faixa de fronteira, de forma a exercer o monitoramento para a manutenção da unidade, da integridade nacional, e, sobretudo, cooperar no enfrentamento às novas ameaças.

Cabe destacar que, as FFAA, instituições concebidas para a defesa do Estado nacional contra ameaças externas na possibilidade de ocorrência de conflitos na órbita militar com outras nações que, além desta concepção, contribuem também no combate às ameaças internas, que juntamente com aquelas constituem fatores relevantes e condicionantes, de modo a influenciar no grau de segurança e defesa nacional.

Nesse sentido, compreendemos também que, além da defesa externa, considerada como destinação precípua das Forças Armadas, cabe a ela de forma legítima, sob o prisma das atribuições subsidiárias, o poder de polícia, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre (BRASIL, 1999). Tal questão mostra-se relevante a partir dos atuais desafios frente às ameaças advindas do poder do crime organizado de um lado, e por outro a questão ambiental da floresta amazônica, os quais exercem forte influência, respectivamente nos aspectos segurança e soberania nacional.

Com vistas a guarnecer todo o território nacional, o Exército brasileiro é disposto e distribuído em Comandos Militares distribuídos a partir de critérios geográficos, como se depreende de suas denominações: Comandos Militares da Amazônia, do Oeste, do Planalto, do Nordeste, do Sudeste, do Leste, do Sul e o criado recentemente do Norte.

O Comando Militar da Amazônia⁴², estrutura organizacional com competência para contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardar os interesses nacionais e cooperar com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, tem sua área de abrangência limitada aos estados que compõem a Amazônia ocidental (Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia).

⁴² Atualmente, o Exército Brasileiro dispõe de uma grande quantidade de militares baseados na Amazônia, cerca de 20.146 militares (fonte: Comando militar da Amazônia, 2017), distribuídos em 5 (cinco) Brigadas de Infantaria de Selva, 2 (duas) Regiões Militares (BRASIL, 2012, p. 113-116) e 2 (dois) Comandos Militares de Área (BRASIL, 2014), sendo um deles o Comando Militar da Amazônia.

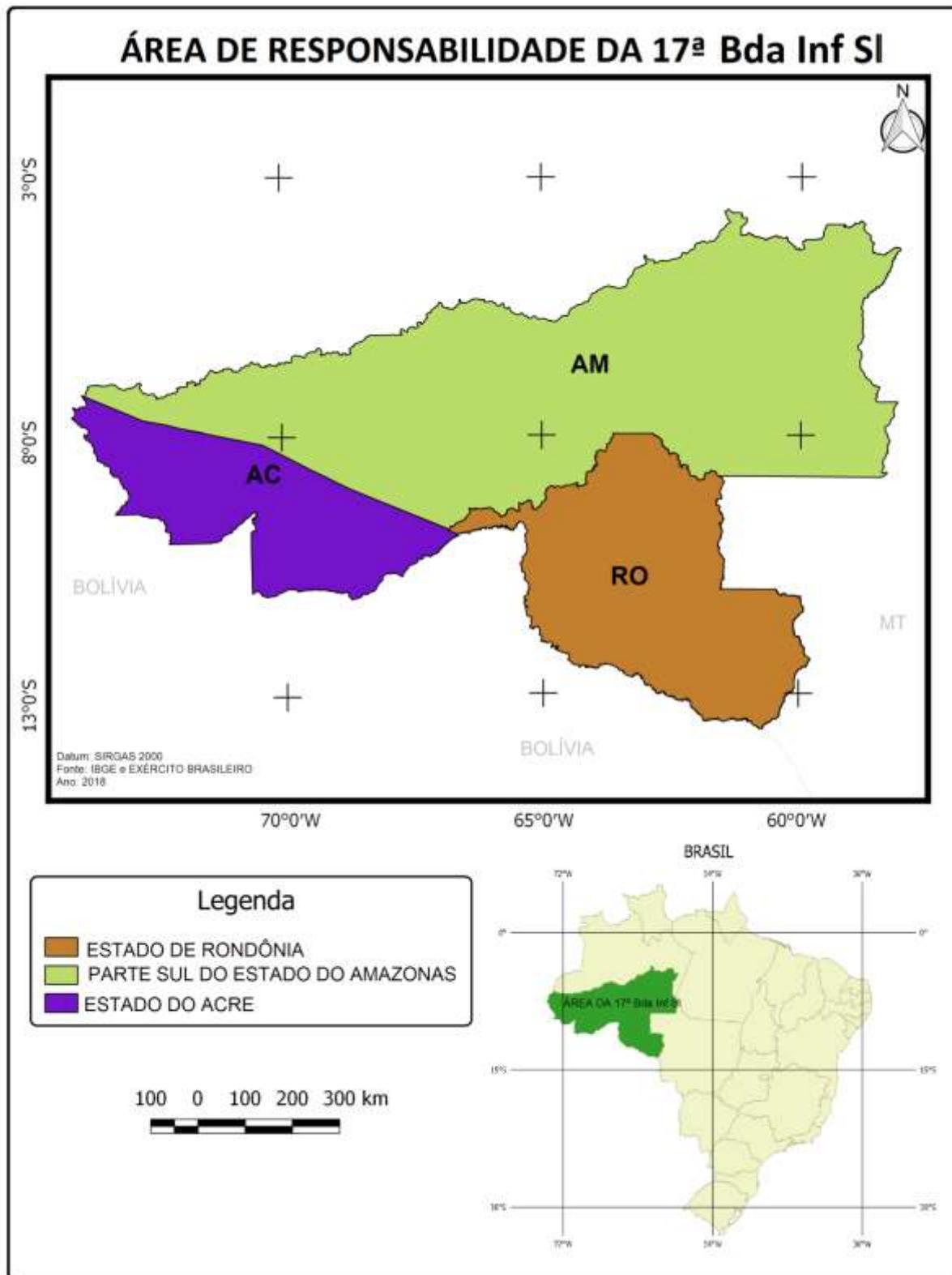
Por sua vez as Brigadas de Infantaria, peça chave e módulo básico de combate, cujo tipo pode ser variável, conforme a natureza de sua missão, o material utilizado ou a área operacional para a qual é vocacionada, são distribuídas no território nacional, sendo enquadradas e delegando a elas a responsabilidade por determinada área.

A Brigada é uma grande unidade formada pela combinação de armas, capaz de cumprir missões de modo autônomo. Normalmente, compõe-se de unidades e subunidades de manobra (infantaria e cavalaria), de apoio de fogo (artilharia de campanha), de defesa antiaérea (artilharia antiaérea), de apoio ao combate (engenharia e comunicações) e de apoio logístico (intendência, saúde e material bélico). As brigadas poderão receber, conforme a necessidade, frações de aviação do Exército, guerra eletrônica, inteligência eletrônica, operações psicológicas, operações especiais, de unidade antiaérea, além de apoio de veículo aéreo não tripulado (VANT). As brigadas caracterizam-se pela flexibilidade de sua organização e por variados tipos de armamentos, munições, veículos e equipamentos, que, juntamente com pessoal qualificado, são integrados para a realização de complexas operações (BRASIL, 2012b).

A figura 5 abaixo, representa a área de atuação onde figura a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, diretamente subordinada ao Comando Militar da Amazônia, como Força terrestre responsável por garantir os objetivos estratégicos nacionais na região, assim definidos sucintamente:

I) cooperar com a defesa da Pátria e com a garantia dos Poderes Constituídos, da Lei e da Ordem; II) participar do combate ao crime transnacional e ambiental na faixa de fronteira; III) participar de missões internacionais; e IV) cooperar com o desenvolvimento regional e com a Defesa Civil, dentro da sua área de responsabilidade (sul da Amazônia e estados do Acre e de Rondônia) (Brigada Príncipe da Beira, 2017).

Figura 5 – Área de responsabilidade da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.



Elaborado por: Salem Santos, 2018.

Observando o mapa acima, entende-se a importância estratégica da presença militar no que diz respeito ao amplo espectro das formas de emprego do EB no

recorte territorial apresentado, a fim de salvaguardar os interesses nacionais na região seja no campo da defesa nacional em no seu sentido mais *stricto sensu* da palavra, seja como ferramenta para garantia da segurança nacional ou na cooperação em operações de segurança pública, e por último, sua atuação no combate aos crimes ambientais, num espaço que a cada dia se coloca na janela para o mundo.

O Exército executa suas ações por meio das organizações militares da Força Terrestre, as quais são categorizadas em acordo com suas destinações finalísticas correspondentes. Há unidades operacionais, de comando e apoio administrativo, podendo-se mesmo categorizá-las como aquelas voltadas para atividade fim e as direcionadas para a atividade meio da instituição.

Abaixo, estão relacionadas as organizações militares presentes no estado de Rondônia, de acordo com suas missões finalísticas para o emprego do Exército brasileiro.

Quadro 12 - Organizações militares em Rondônia e os fins a que se destinam.

Organização Militar	Tipo de emprego
17ª Brigada de Infantaria de Selva	Operacional
17ª Base Logística	Logística
17ª Companhia de Infantaria de Selva	Operacional
17º Pelotão de Comunicações de Selva	Operacional
17º Pelotão de Polícia do Exército	Operacional
31ª Circunscrição de Serviço Militar	Serviço militar
5º Batalhão de Engenharia de Construção	Construção
Comando de Fronteira Rondônia / 6º Batalhão de Infantaria de Selva	Operacional
Companhia de Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva	Operacional
Hospital de Guarnição de Porto Velho	Saúde
Tiro de Guerra de Colorado do Oeste	Formação de reservistas
Tiro de Guerra de Vilhena	Formação de reservistas

Fonte: <http://www.eb.mil.br/web/guest/quarteis-por-estado1>.

Organização: Adaptado pelo autor.

É inerente às Forças Armadas a capacidade de ter respostas imediatas às mais inúmeras situações, e para tanto militares em permanente estado de prontidão. Diante de tal contexto, novas demandas têm sido apresentadas ao Exército pela sociedade, como realizar ações subsidiárias em combate à seca, força de pacificação em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas ou a crimes transfronteiriços, exigindo unidades militares flexíveis e, principalmente, adequadas ao emprego do combate não convencional.

Nesse sentido, observamos que não basta o estado de prontidão das Forças armadas, necessita ainda, a ocorrência de ação integrada, o que é diretriz do Programa de Proteção integrada de Fronteiras, instituído pelo Decreto N° 8.903, de 16 de novembro de 2016, no qual, tais ações integradas, possuem como escopo a participação de órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e ainda a cooperação e integração com os países vizinhos.

Conforme contido em seu nome, o programa enfatiza a importância das ações de prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão dos delitos transnacionais e ambientais na faixa de fronteira.

No que tange aos crimes transfronteiriços, no Brasil, o poder de polícia conferido constitucionalmente às Forças Armadas na faixa de fronteira corrobora o argumento defendido ao longo deste trabalho de que defesa nacional e segurança nesses territórios possuem relações intrínsecas, ao ponto de ser debatido em todo o trabalho em perfeita harmonia, no que se refere ao uso do EB como ferramenta para atingir tais fins.

Com o objetivo de intensificar a presença do Exército Brasileiro (EB) na faixa de fronteira, controlar o tráfego de vias e combater delitos transfronteiriços na fronteira oeste do país, um fator a ser levado em consideração, é a forma que se desenvolve as diversas operações que o EB participa juntamente com outras instituições e órgãos civis e/ou militares.

Segundo relatos, o que prejudica a eficácia dessas operações é o caráter esporádico em que elas acontecem, e que na maioria das vezes não é feito uso do

princípio da surpresa⁴³, pois o criminoso sabe, com certa antecedência quando ocorrerão tais ações.

Um tipo de operação que acontece anualmente é a Operações Ágata. Esta operação é coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e seu caráter interagências é entendido pelo convite que é estendido aos demais órgãos governamentais para participarem de tal operação sob a condução dos militares, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Receita Federal e demais órgãos de segurança dos Estados da região de fronteira.

Tais operações buscam, de certo modo, comprovar a capacidade da mobilidade estratégica, indicando que as grandes distâncias podem ser superadas num país de dimensões continentais.

Porém sabe-se que, quando comparado ao volume de ilícitos que atravessam a fronteira durante todo o ano, o resultado da operação não é impactante, pois os resultados obtidos são baixos, mesmo sendo positivos pelos reflexos que atingem diretamente a população, principalmente no que diz respeito ao reforço da presença das forças de segurança no período e nas regiões onde as operações são realizadas.

Isso por que nas fronteiras um dos principais objetivos das operações e dos agentes é impedir a entrada de toda e qualquer mercadoria e/ou produto ilegal, já que a entrada de produtos de forma ilícita, como: drogas, armas, alimentos, cigarros e contrabando de forma geral, trazem consigo violência, assim como outros crimes conexos e grandes perdas econômicas para a indústria, o comércio legal e principalmente para o Estado.

Abaixo está representado um demonstrativo de materiais apreendidos e relacionados, segundo informações da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, durante a Operação Ágata ocorrida no ano de 2015 e em 2016. São números que exemplificam, de certa forma, uma pequena amostra de tudo que ocorre em números maiores em grande parte do ano, de acordo com o quadro 13.

⁴³ Conforme Doutrina Militar de Defesa (2007), Princípio que consiste em golpear a força adversa onde, quando ou de forma tal que ele não esteja preparado. O comandante que obtém o efeito da surpresa poderá alterar a seu favor, de forma decisiva, a correlação das forças em combate.

Quadro 13 – Materiais apreendidos durante a Operação Ágata 2015 e 2016 em ações coordenadas pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

Material apreendido	Quantidade apreendida no período	
	22 a 31 de julho de 2015	13 a 22 de junho de 2016
Cocaína (Kg)	0,130	0,336
Maconha (Kg)	39,5	6,320
Outras drogas (Kg)	0,05	0,236
Embarcações	3	4
Veículos leves	4	2
Madeira (m3)	599,80	400
Armas (qtde)	33	5
Munições comuns (qtde)	83.863	356
Explosivos (Kg)	90	0

Fonte: Relatório da Operação Ágata 2015 e 2016, na área de responsabilidade da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

O controle do Estado em um território transfronteiriços e amazônico requer medidas de adensamento da presença militar nas fronteiras. Pelas características do território brasileiro e pela impossibilidade de cobrir toda a extensa faixa de fronteiras terrestre, marítima e espaço aéreo sobrejacente, esse adensamento ocorre por meio do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença das Forças Armadas. Nesse sentido, e apesar da atual ineficiência, os militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército Brasileiro, por vezes são a única presença do Estado, com a árdua missão, de diuturnamente, defender o território e manter a soberania, além das atribuições subsidiárias de atuar por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Por certo, a presença da Força Terrestre em locais estratégicos é imprescindível para a defesa das fronteiras amazônicas, sendo fundamental à garantia da soberania brasileira, principalmente, em face da ausência dos demais entes estatais. Tal assertiva é corroborada com o posicionamento de Fontes:

O que ainda se observa é uma fronteira praticamente abandonada, principalmente nas regiões Norte e Centro-oeste. Em muitos rincões nas fronteiras deste país apenas pequenos pelotões de fronteira do Exército representam não só a única expressão do Estado como também a única população não indígena da região. Resta óbvia, portanto, a constatação de que o imenso vazio demográfico de nossas fronteiras e a quase completa ausência do poder estatal na região, são fatores que facilitam consideravelmente as atividades de organizações criminosas internacionais, com consequências que são paradoxalmente percebidas com mais intensidades nos grandes centros urbanos (*Idem*, 2010, p. 3-4).

Com vistas a este adensamento e no que tange à reorganização das Forças Armadas, a região do município de Ji-paraná e seu entorno é tida como estratégica na tentativa de equacionar características geográficas acerca da distribuição de organizações militares no território nacional.

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional, rearticulando o Exército de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, o Planejamento estratégico do Exército contempla a implantação de uma Organização Militar do tipo Batalhão de Infantaria de Selva em Ji-Paraná-RO.

Tal atividade, além de contribuir com a dissuasão extra regional, haja vista que esta é considerada a principal forma de garantir a soberania brasileira, segundo a PND, ela traz consigo alterações no espaço geográfico, de acordo com suas formas de emprego. Ademais, tal realocação pode resultar na implantação de destacamentos de efetivos para a fronteira, sob a forma de pelotões especiais de fronteira, constituindo em polos de dinamismo socioeconômicos nas localidades onde são instalados, representando, senão a única, a mais importante presença do Estado nas áreas mais remotas.

O exemplo do Batalhão em Ji-Paraná apresentado é parte integrante da política nacional de defesa, no que tange ao planejamento estratégico direcionado para as questões de defesa da Amazônia, percebida como uma região significativa para a defesa e a segurança da América do Sul, considerando os problemas resultantes da baixa capacidade do Estado de se fazer presente na totalidade de seu território e de garantir a sua estabilidade.

Tal estabilidade encontra-se norteadada pelo conceito de segurança e defesa nacional, onde o Exército brasileiro desenvolve capacidades para, atuando integrado às demais Forças ou isoladamente, atender a três requisitos simultaneamente: garantir a defesa do território, projetar poder a fim de assegurar interesses vitais e atender às demandas da política exterior em favor da segurança, da paz internacional e da integração regional (BRASIL, 2012b).

Como forma estratégica o conceito de presença caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também

preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário (BRASIL, 2014).

As alterações do espaço geográfico, de acordo com as formas de emprego do EB, estão norteadas pela sua capacidade de atuação na faixa de fronteira, entendendo que o reflexo causado pela ausência de instrumentos do Estado, em face de sua missão constitucional, assim como suas atribuições subsidiárias, é sentido em todo o território brasileiro, o que se deve às dinâmicas ilícitas vinculadas à formação da conexão entre os países limítrofes.

Pensando a fronteira internacional, a partir de sua influência no território nacional, percebe-se que esta possui uma carga maior de vulnerabilidade quando comparadas com outras partes do território nacional, dadas as dinâmicas ilícitas transfronteiriças atuais: o contrabando, o tráfico de drogas e de armas de fogo e munições. Sendo que a repercussão desses fluxos nos centros urbanos tem ocasionado a violência como um novo fenômeno social, onde em inúmeros momentos as Forças Armadas foram utilizadas para o combate a este fenômeno em ações de garantia da lei e da ordem quando esgotado os meios convencionais.

No entanto, isto não justifica o emprego das Forças Armadas para combater esse flagelo. Se as forças policiais e os seus contatos internacionais não conseguem reprimir o crime, devem ser discutidas e reorganizadas, bem treinadas e armadas, mas não substituídas pelas Forças Armadas (SAINT-PIERRE, 2007, p. 80). Que, de acordo com a Constituição Federal, a missão constitucional das Forças Armadas está bem definida.

Porém como parte integrante da floresta amazônica, e em conformidade com objeto de estudo deste trabalho, esse espaço territorial representa um desafio constante para a integração nacional e a sua proteção é a missão fundamental do Exército brasileiro como braço forte e mão amiga. Para essa instituição, a conquista da Amazônia é parte da história das Forças Armadas, sendo o seu papel oportunizar as possibilidades e enfrentar os desafios de garantir a presença soberana do Estado brasileiro em uma área sujeita a cobiça internacional e propícia às novas ameaças existentes no presente século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Defesa Nacional, portanto, experimenta um momento ímpar, em que as preocupações acerca dos riscos inerentes à deterioração das capacidades do país nas últimas décadas, bem como da incerteza quanto ao novo papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas após três décadas da constituição federal de 1988, aos poucos se dissipam ante a perspectiva de retomada do interesse de governantes e da sociedade civil pelo tema.

Ao longo das próximas décadas, a participação conjunta dos diferentes segmentos da sociedade em prol de uma política efetiva e democrática de Defesa Nacional implicará não apenas assegurar o reequipamento e a ampliação da capacidade operacional das Forças Armadas, mas também o fortalecimento institucional de uma área vital para o futuro do país.

Por outro lado estamos assistindo a diluição do limite entre o que é segurança e o que é defesa nacional, que embora não haja em consenso uma noção muito clara sobre o significado e mesmo sobre a importância e os impactos para a sociedade, existe, de certa forma, uma generalização de pensamento, em que no momento, o País deve ter uma maior preocupação com a faixa de fronteira, de modo a concentrar suas unidades militares em áreas vulneráveis e estratégicas do ponto de vista da segurança e da defesa, inclusive, pela dificuldade de adequação de outra instituição pública aos fatores intrínsecos àquela porção territorial.

Sem esquecer-se do poder político, do poder econômico, do poder científico e tecnológico, a presença do Estado em um determinado território ao empregar o poder militar, de acordo com o cenário atual já explicitado no decorrer deste trabalho, resulta na apropriação territorial e na produção do território.

O mosaico realístico na faixa de fronteira apresenta o incremento do uso da tecnologia juntamente com a presença militar como fatores condicionantes para a efetividade da presença do Estado, e daí a capacidade militar de dissuasão seja voltado para a defesa nacional, assim como para o desenvolvimento das atribuições subsidiárias.

Esta compreensão tem o território como produção espaço-temporal do exercício do poder por determinado grupo que, neste caso, a representação do Estado pela instituição Exército Brasileiro, efetiva o território num processo

caracterizado pelo uso do monopólio da força no (e com o) espaço geográfico centrado nas territorialidades que o condiciona.

Nesse sentido, a territorialidade imposta através do emprego do poder militar, por meio das atribuições do EB nesse espaço geográfico, significa ao mesmo tempo a intervenção, se preciso for, na complexidade social, agindo como elemento mediador entre política e território, buscando efetivar a soberania do poder nacional.

Se o que é desejado para o futuro, é um Brasil que produza apenas commodities e continue sob o domínio econômico e tecnológico, conclui-se que não há necessidade de recursos para a readequação das Forças Armadas. Agora, se é desejado um Brasil em direção aos países desenvolvidos, é fundamental que as Forças Armadas sejam muito bem equipadas e preparadas para os fins a que se destinam, o que envolve o desenvolvimento e incentivo à ciência, tecnologia, inovação e planejamento. Porque, no momento em que o Brasil se tornar um país desenvolvido, torna-se também uma grande potência.

Nesse sentido, o poder de dissuasão, como instrumento da estratégia, comumente utilizada e pretendida na região amazônica, caracteriza-se pela manutenção de forças militares suficientemente fortes e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar, haja vista o patrimônio de caráter estratégico presente em 60% do território brasileiro e predominante em Rondônia, dentro do espectro de responsabilidades e jurisdição de Defesa.

A atual Política Nacional de Defesa possui intenções fundamentais e necessárias para deixar marcas positivas no espaço geográfico-territorial da Amazônia ocidental, em particular na faixa de fronteira delineada entre o estado de Rondônia e o Estado Plurinacional da Bolívia, sobretudo, através da presença física de instituições como o Exército brasileiro, onde será possível uma maior integração regional como as Forças Armadas da Bolívia, representando desta forma, o trabalho em conjunto para atingir objetivos em comuns e específicos àquela região.

Tais resultados esperados por meio desta Política terão grandes chances de serem concretizados, quando a referida Política sair da teoria para a sua efetivação, e para isso, a reputação da doutrina militar de um Estado deve ser o resultado de um aprofundado debate que guiará a estruturação, o preparo e o emprego das Forças armadas.

O processo de transformação do Exército é fundamental para reposicionar a Instituição diante das novas problemáticas relativas ao contexto atual e futuro. O

sucesso dessa empreitada está relacionado ao aumento da flexibilidade e capacidade operacional da Força Terrestre como um todo, porém subordinada ao poder político.

O poder político, por meio de sua política nacional de defesa é o responsável pela vivificação da faixa de fronteira, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente, que são aspectos essenciais para o desenvolvimento e o novo sentido de integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia.

Para tanto o comando militar da Amazônia coordenando a integração de diversos órgãos federais e regionais a fim de proporcionar eficiência e rapidez nas ações de repressão, fiscalização e apoio à população, é sem dúvidas uma possibilidade de efetivar ações no sentido de assegurar os objetivos propostos pela PND.

Procuramos apresentar uma reflexão sob a análise geopolítica da Política Nacional de Defesa, por meio das ações do Estado que atestem a necessidade da mudança da concepção que é dada a defesa e segurança nacional, no que tange à 'prioridade' dada para a Amazônia, onde estas ações concorrem para redução das incertezas no ambiente nacional e internacional.

Com vista à redução destas incertezas e levando se em consideração o conjunto de deficiências que proporcionam um cenário de ameaças às quais se devem reagir com ações que levem a manutenção da soberania e ao desenvolvimento sustentável, o Poder militar, representado pelo Exército brasileiro, como um componente do Poder nacional, poderá contribuir, principalmente, sendo a presença do Estado nos rincões mais remotos do território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKHEUSER, Everardo. **A Estrutura Política do Brasil**. I - Notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1926.

_____. **Problemas do Brasil: Estrutura Geopolítica**. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BACKHAUSER, Everardo. **Geopolítica Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In BECKER, BK; COSTA, RH. (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-21.

_____. **As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamound, 2015a, v.1.

_____. **As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamound, 2015b, v.2.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: Aubertin, C(org) **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: Orstom, 1988 p.60-89.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135-159.

BETTS RA, Malhi Y, Roberts JT (2008) The future of the Amazon: new perspectives from climate, ecosystem and social sciences. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**. Series B, Biological Sciences, 363, 1729–1735.

BINSZTOK, Jacob; ERTHAL, Rui; TUBALDINI, Maria Aparecida; DEUS, José Antonio Souza de; MACEDO Giovanni Raimundo de. Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra-Reforma Agrária promovida pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia. Belo Horizonte: **Fino Traço**, 2012, v. 1, p. 11-21. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Projetos%20Integrados%20de%20Coloniza%E7%E3o.pdf>.

BLACHE, Vidal de La. La Géographie Politique a propos des écrits de M. Frédéric Ratzel. **Annales de Géographie**. n. 32, ano 7, 15 de março de 1898. Tradução: Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. 1898.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998 1.v.

BOLÍVIA. **Libro Blanco de Defensa La Paz**. Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, 2004.

BORELLI, Dario Luis. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 7-35, Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Set. 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999**. Dispõe sobre normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

_____. **Portaria nº 061, de 16 de fevereiro de 2005 do Comandante do Exército**. Aprova a Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, integrante das Diretrizes Estratégicas do Exército (SIPLEX-5), e dá outras providências. Brasília, DF, 18 fev. 2005.

_____. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. 2ª Ed. Aprovada pela Portaria Normativa n. 113 /SPEAI/MD, 1º de fevereiro de 2007. Brasília, 2007.

_____. Ministério de educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Plano nacional de Pós Graduação - PNPG 2011 - 2020**, - Brasília - DF, v.2, 2010.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre**. 1ª Ed. 2014 aprovada pela Portaria n. 003 do Estado Maior do Exército. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **Catálogo de Capacidades do Exército**. 2ª Ed. Portaria n. 310 do Estado-Maior do Exército, de 23 de novembro de 2015. Brasília, p. 46-63, 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES Nº 147/2017, de 4 de abril de 2017.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65331-pces147-17-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRIGADA PRÍNCIPE DA BEIRA. **Histórico e Missão da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.** Disponível em: http://www.17bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=316. Acesso em 07 jan. 2017.

BURGOS, Antonio L. da Costa. Defesa nacional e segurança pública. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). **Segurança e defesa nacional – da competição à cooperação regional.** São Paulo: Fundamento Memorial da América Latina, 2007. p. 217-225.

BUZAN, Barry. **A evolução dos estudos de segurança internacional.** Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Unesp, 2012.

CASTEX, Raoul. **Teorías Estratégicas.** Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, Vol. I, 1ª parte, 1938.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica comparada.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

_____. **Geopolítica, princípios, meios e fins.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Defesa com democracia e desenvolvimento. **Teoria e Debate**, nº 24, 1994.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**, [ed. orig. 1832], Bk 1, Chap. 7. Princeton: PUP, 1984.

COLLINS, John M. **Military Geography for Professionals and the Public.** Washington, D.C.: National Defense University Press, 1998.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional – O poder militar na América Latina.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORREIA, Pedro Pezarat. **Manual de geopolítica e geoestratégia.** Coimbra: Quarteto Editora, 2002-2004. 2. v.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia Brazil's projection in the South Atlantic: geopolitics and strategy. **Confins** (Paris), v. -, p. 9839, 2014.

_____. **Geografia Política e Geopolítica**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2016.

_____. The Brazilian Geopolitics and its influence on National Strategic Thinking. **L'espace Politique**, v. 31, p. 1, 2017.

COUTO, José A. C. Fronteiras: de onde viemos e para onde poderemos estar querendo ir. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). **Segurança e defesa nacional – da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundamento Memorial da América Latina, 2007. p. 205-216.

CPI DAS ARMAS. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas**. Relatório. Brasília, 2006.

DOMINGUES, Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **Anais do XIV Encontro Regional – ANPUH – Rio de Janeiro**, julho 2010. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf Acessado em 15-09-2017.

CARVALHO, Delgado. CASTRO, Therezinha de. Geografia Política e Geopolítica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). Geografia e Geopolítica. **A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2017.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. 2009. Disponível em: <<http://www.ncpe.org.bo/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FAO. **Global Forest Resources Assessment**. 2010. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Italy, Rome.

FONTES, Sérgio Lúcio M. S.. A Segurança Pública na Amazônia: situação atual (monitoramento de fronteiras, presença estrangeira, atuação de ONG, ilícitos transnacionais e perspectivas futuras). In: **Seminário de Segurança da Amazônia**. Manaus: SAE, 2010. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/wpcontent/uploads/2010/08/Artigo-Dr-Sergio-Fontes-DPF.pdf>> Acesso em: 30 out. 2017.

GAZONI, J. L.; MOTA, J. A. Fatores Político-Econômicos do Desmatamento na Amazônia Oriental. **Revista Sustentabilidade em Debate**, vol.1, n.1, p. 25-42, 2010.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GRAY, Colin S. **Estratégia Moderna**. Tradução Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

HART, Basil Liddell. **Strategy** (ed. revista de Decisive Wars of History, 1929). New York: Meridian/Penguin Group, 1991.

IDESF – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. **Rotas do crime: as encruzilhadas do contrabando**. Disponível em: <goo.gl/ol4hYI> Acesso em: 12 dez. 2016.

KLARE, Michael T. **The New Geopolitics of Energy**. Nova Iorque: The Nation, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

MARINI, José. **El Conocimiento Geopolítico**. Buenos Aires: círculo militar, 1985.

MATTOS, C. de M. A Geopolítica brasileira – Predecessores e Geopolíticos. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano XVII, N. 39, p. 58-82. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. v. 1.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. v. 2.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. v. 3.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiões da Fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. Editoras Vozes – 1989. Petrópolis.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. **Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 300.

MELLO–THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia: Terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume, 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, Nº 4, p. 75-92. São Paulo, 1981a.

_____. **O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)**. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH – USP, 1981b.

MORAES, A. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Rodrigo Franca de; NASSER, Reginaldo Mattar (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. IPEA, Brasília: 2014.

MUGGAH, Robert e DINIZ, Gustavo. Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia “América do Sul como prioridade” contra o crime organizado transnacional **Instituto Igarapé**. Artigo Estratégico nº 5, 2013. Disponível em: <https://igarape.org.br/wpcontent/uploads/2013/10/artigo_estrategico_protegendo_as_fronteras_port.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

MUGGAH, Robert; RAMOS, Michele. Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras. **Instituto Igarapé**. Artigo Estratégico nº 8, 2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p1.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2018.

NETO, PD. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 82p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. S. et al. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1990.

OLIVEIRA, Lucas Kerr; BRITES, Pedro V. P. (2012). O Contexto Estratégico e a Geopolítica Energética do Leste Asiático: estudo de caso da Coreia do Sul. In **Anais da II Semana de Defesa e Gestão Estratégica Internacional**. Rio de Janeiro, v. 1.

PAGLIARI, Graciela. **O Brasil e a Segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

PARKER, G. **Geopolitics – past, present and future**. London: Pinter, 1998.

PARROTTA JA, Wildburger C, Mansourian S (2012) Understanding relationships between biodiversity, carbon, forests and people: the key to achieving REDD + objectives. **A Global Assessment Report**. Vol. 31. International Union of Forest Research Organizations (IUFRO), Vienna, Austria.

PEITER, P. C. **Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

PINTO, E. P. **Território Federal do Guaporé: Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil**. Rio de Janeiro: VIAMAM, 2003.

PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 235 p.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o estado. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: USP/FFLCH, v. 2, p. 93-109, 1983.

RIO, Gisela A. Pires do; DRUMMOND, Helena Ribeiro. Água e espaços transfronteiriços na América do Sul: questões a partir do território. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 209-230, jan./jun. 2013.

SAATCHI SS, Houghton RA, Dos Santos Alvalá RC, Soares JV, Yu Y (2007). Distribution of aboveground live biomass in the Amazon basin. **Global Change Biology**, 13, 816–837.

SAINT-PIERRE. Héctor Luis. As “Novas Ameaças” às Democracias Latino Americanas: Uma Abordagem Teórico Conceitual. 2007. In. **Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional**. Organizador: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Fundação Memorial da América Latina. São Paulo. 2007.

_____. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil**; el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa. Madrid: Real Instituto Elcano, 2009. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/defensa+y+seguridad/dt50-2009>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SHEMELLA, P. The Spectrum of roles and missions of the Armed Forces. In: BRUNEAU T.; TOLLEFSON S. D. **Who Guards the Guardians and How: Democratic Civil-Military Relations**. University of Texas, Austin, Press, 2006.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil**. Coleção temas brasileiros. Volume 7. Brasília: Editora UnB, 1967.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico**. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Luiz N. da. Calha Norte – A fronteira do futuro, in **Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque** (NEEMA), Amazônia I, Rio de Janeiro: Tauari, 1999.

SILVA, Paulo Roberto Costa e. Integração sul-americana. **A Defesa Nacional**, Nº 809. Rio de Janeiro. 2007. p. 11-29.

SILVEIRA, Jose Paulo. **Herramienta de trabajo para el diseño de una vision estrategica de la integracion fisica suramericana** – Presentado em el marco de la IV Reunión del Comité de Dirección Ejecutiva de IIRSA. Julio de 2013.

SLOAN, G. Military doctrine, command philosophy and the generation of fighting power: genesis and theory. **International affairs** v. 2, n. 88, p. 243 – 263, 2012.

STEVAUX, João Batista. **Missão dos Elementos de Fronteira: manutenção da integridade territorial ou vivificação da faixa de fronteira**. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Rio de Janeiro, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: ed. Ática, 1993.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e Dante Fonseca. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Editora Rondoniana, 1998.

UNASUL. **Estudo Prospectivo América do Sul 2025**. Centro de Estudos Estratégicos de Defesa Sul americano. Disponível em: <<http://ceed.unasursg.org/Espanol/09-Downloads/Biblioteca/RRNN2025.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2018.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). **Relatório Mundial Sobre Drogas**, Nova Iorque, 2011.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. LÓCIO, Aprigio Botelho. SALES, Raquel da Silva. **Os Eixos de Integração Nacional e a Integração Regional da Infraestrutura Sulamericana**. Governo do Estado do Ceará - Secretaria do Planejamento e Coordenação (Seplan). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Nota técnica 16. Fortaleza - CE. Fevereiro/2006.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.